

PATRÍCIA TRINDADE TRIZOTTI

“UM BRINDE AOS ASSINANTES!”: Os Almanques do jornal *O Estado de S. Paulo* (1896, 1916, 1940)

Dissertação apresentada a Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Unesp – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestre em História

(Área de Conhecimento: História e Sociedade)

Orientadora: Prof^o Dra. Tania Regina de Luca

**Assis
2010**

PATRÍCIA TRINDADE TRIZOTTI

“UM BRINDE AOS ASSINANTES!”: Os Almanques do jornal *O Estado de S. Paulo* (1896, 1916, 1940)

Dissertação apresentada a Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Unesp – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestre em História. (Área de Conhecimento: História e Sociedade)

Data da Aprovação: 29/11/2010

Banca Examinadora

Prof. Dra. Tania Regina de Luca - Unesp/Assis

Dra. Adelaide Maria Gonçalves Pereira – UFC

Prof. Dr. Antonio Celso Ferreira – Unesp/Assis

Suplentes

Dra. Ana Luiza Martins – CONDEPHAAT

Dra. Flávia Arlanch Martins de Oliveira – Unesp/Assis

*Pour ma maman:
Tu me manques beaucoup...*

Agradecimentos

Em certas noites, após chegar da aula, durante o saborear de alguma tranqueira comprada no caminho de volta para casa, Júlia, minha colega de quarto durante os anos de graduação e eu, comentávamos que se um dia fossemos colocar uma epigrafe para iniciar a narrativa da nossa história, desde o dia que decidimos explorar uma cidade chamada Assis, perdida no canto esquerdo do Estado e da qual nós nunca tínhamos ouvido falar até então, escolheríamos o seguinte trecho: “Você não sabe o quanto eu caminhei, prá chegar até aqui, percorri milhas e milhas antes de dormir. Eu nem cochilei...”. Embora a música do grupo Cidade Negra não fosse um primor musical, essas palavras representavam bem o que nós havíamos passado juntas durante esse período da nossa vida. Dele fizeram parte não só acontecimentos que nos marcariam, mas também conheceríamos pessoas que levaríamos no coração para sempre.

Algumas eu quero agradecer aqui nesse espaço, embora, receio que essas palavras ainda não sejam suficientes para expressar a enorme gratidão que sinto. Primeiro, gostaria de agradecer a Prof. Tania Regina de Luca que tanto me fez crescer, que tanto me ensinou. Por toda sua dedicação, paciência e disponibilidade. À Fapesp pelo financiamento e por ter acreditado no projeto, aos professores da Unesp pela excelente formação e aos funcionários do Cedap e da biblioteca da FCL de Assis que tantas vezes ajudaram.

Em especial aos bibliotecários, Auro Mitsuyoshi Sakuraba, Ana Paula da Silva, e Milene Rosa de Almeida, que sempre me recebiam com um sorriso meigo toda vez que os procurava. Gostaria de agradecer ainda a gentileza da Prof. Ana Maria de Almeida Camargo por emprestar o Almanaque do *Estado* de 1896 e a todos os funcionários do IEB, acervo onde busquei os outros dois Almanaques. Aos professores Antonio Celso Ferreira e Luiz Roberto Velloso Cairo, que participaram da banca de qualificação, pela atenção na leitura do texto e pelos apontamentos.

Ao Deivid querido, amor e amigo de tantas horas desesperadas. Por suas palavras de incentivo e por ter me proibido de cair quando várias eu me senti fraquejar. Às melhores amigas que eu conheci na faculdade e que com as quais tive o prazer de conviver quatro maravilhosos anos: Julia, Glicia, Luana, Renata e Juliana. Ainda que os ventos nos tenham levado para caminhos e mares diferentes, a emoção de tê-las perto,

ainda que estejam longe é incontável. Aos companheiros de conversas acadêmicas, bobas, maldosas e engraçadas Danilo Ferrari, Adriana Poor, Carol, Carlos, Bruno, Fernanda, Cinthia, Denise, Camila, Josuel, Rosi, Gleice, Glauce, Daiane, Salete, Veloso. A dona Alice pelos ensinamentos e todos os puxões de orelha.

Por último, quero agradecer especialmente ao meu pai por todo o esforço empreendido para me dar a educação que ele não por ter e por me fazer rir quando me via com um livro nas mãos de madrugada e dizia irritado: “Você vai acabar louca de tanto estudar menina!”. E a minha mãe tão saudosa e querida que infelizmente, por um capricho do tempo e da vida, não pode acompanhar o desfecho da minha aventura de vir para um lugar do qual ninguém conhecia, mas que todos acreditavam no poder que teria em me amadurecer.

O real não está na saída nem na chegada:
ele se dispõe para a gente é no meio da travessia

Guimarães Rosa

Resumo

O trabalho analisou os almanaques publicados pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em três momentos distintos: 1896, 1916 e 1940. As pesquisas com esse tipo de fonte multiplicaram-se na historiografia nacional e internacional, pois tais impressos apresentam grande diversidade e possibilidades de abordagens. No Brasil, registra-se a presença de almanaques já na primeira metade do século XIX. Produziram-se almanaques literários, administrativos, de farmácia, além dos lançados por editoras e jornais. No caso dos patrocinados pelo diário dos Mesquita, observa-se que vieram à público em momentos-chave da história da cidade de São Paulo, do país e mesmo do mundo. Pretendeu-se levar em conta o momento histórico em que cada edição surgiu, bem como a compreensão de seu conteúdo, materialidade e a própria história do órgão que os lançou. A publicação do almanaque de 1896 possibilitou refletir sobre o início do crescimento da capital paulista e seu processo de modernização, perceptíveis, sobretudo, nas publicidades presentes no impresso. Os almanaques do *Estado* de 1916 e 1940 convidaram, por sua vez, a refletir sobre a construção das identidades paulista e nacional, visto que vieram a público durante a Primeira e Segunda Guerra Mundial e atestaram as transformações que ocorreram não só a cidade de São Paulo, mas também no próprio jornal *O Estado de S. Paulo*.

Palavras-chaves: Almanagues, *O Estado de S. Paulo*, Imprensa Paulista, São Paulo

Résumé

Le travail a analysé les almanachs publiés par le journal *O Estado de S. Paulo* en trois moments distincts: 1896, 1916 et 1940. Les études avec cette source se sont multipliées dans l' historiographie nationale et internationale, car, ces imprimés présentent une grande variété et des possibilités d'approches. Au Brésil, on note la présence des almanachs déjà dans la première moitié du XIX siècle. On a produit des almanachs littéraires, des administratifs, des pharmacies et aussi des almanachs lancés pour des maisons d'éditions et des journaux. Au cas des sponsorisés par le journal de la famille Mesquita, on s'observe que les almanachs ont apparu en des moments importants de la ville de São Paulo, du pays et tout à fait du monde. La publication du almanach 1896 a rendu possibilité réfléchir sur le début de l'ascension de la capitale paulista et son processus de modernisation, que a apparue, surtout, dans les publicités présentes dans le imprime. Les Almanachs du *Estado* 1916 et 1940, ont invité, aussi, à réfléchir sur la construction de l'identité paulista et nationale, vu que, sont venus à public pendant la Première et Deuxième Guerre Mondiale et ont prouvé les transformations que sont arrivés dans la cité de São Paulo, mais aussi dans le propre journal *O Estado de S. Paulo*.

Mots-clé: des Almanachs, *O Estado de S. Paulo*, Presse paulista, São Paulo

Lista de Ilustrações

Figura 1: Recibo de assinatura de A Província de S. Paulo de 1875.....	52
Figura 2: Capa do <i>Almanaque d`O Estado de S. Paulo de 1896</i>	66
Figura 3: Anúncio do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>	74
Figura 4: Anúncio sobre o recebimento de colaborações para 1897.....	74
Figura 5: Anúncio sobre a assinatura do jornal.....	74
Figura 6: Anúncio de venda de romances na sede do jornal.....	74
Figura 7: Propaganda do Elixir M. Morato.....	75
Figura 8: Anúncio de Farmácia.....	76
Figura 9: Anúncio do Dr. Ignácio Pereira da Rocha.....	76
Figura 10: Anúncio simples da Tipografia a Vapor.....	78
Figura 11: Anúncio do Grande Hotel Paraíso.....	79
Figura 12: Cal de Pedra Antonio M. de Barros.....	79
Figura 13: Horário de trens da Companhia de trens Sorocabana e Ituana.....	81
Figura 14: Horário de trens da Companhia de trens Mogiana.....	81
Figura 15: Descrição da cidade de São Paulo presente no almanaque de 1896.....	83
Figura 16: Lista dos integrantes do governo paulista.....	83
Figura 17: Descrição da cidade de Pederneiras.....	84
Figura 18: Capa do <i>Almanaque d`O Estado de S. Paulo para 1916</i>	90
Figura 19: O Falar Caipira – carta de Valdomiro Silveira ao <i>Estado</i>	98
Figura 20: Seção de Obras d` <i>O Estado de S. Paulo</i>	102
Figura 21: Prédio do <i>Estado</i> da Rua Boa Vista e baixo o Teatro construído por Julio Mesquita.....	102
Figura 22: Poda de restauração.....	111
Figura 23: Poda de formação.....	111
Figura 24: Poda de formação.....	111
Figura 25: Ferramentas utilizadas na poda.....	111
Figura 26: Planta da cidade de São Paulo.....	116
Figura 27: Aspectos Novos de São Paulo: Teatro Municipal.....	118
Figura 28: Aspectos Antigos de São Paulo: a antiga Igreja da Sé.....	118
Figura 29: Propaganda do depurativo Iodostarine do Laboratório Roche.....	120

Figura 30: Anúncio dos produtos da Farmácia Granado.....	120
Figura 31: Fachada da Mappin Stores.....	126
Figura 32: Fachada da Casas Pernambucanas.....	126
Figura 33: Fachada da loja de calçados A Bota Ideal.....	127
Figura 34: Anúncio da Joalheria A Pendula Internacional.....	128
Figura 35: Fachada da Charutaria Carioca e fotografia de suas operárias.....	128
Figura 36: Casa Stephen que comercializava pianos.....	130
Figura 37: Anúncio da Casa Malta e da Casa Odeon.....	130
Figura 38: Capa do <i>Almanaque d`O Estado de S. Paulo para 1940</i>	141
Figura 39: Propaganda do Extrato de Tomate Peixe.....	142
Figura 40: Propaganda da Caixa Econômica Federal, presente no <i>Almanaque da Manhã</i> (1940).....	142
Figura 41: Propaganda da Caixa Econômica Federal, presente no <i>Almanaque d`O Estado de S. Paulo para 1940</i>	142
Figura 42: Imagem da disposição do conteúdo no <i>Almanaque `O Estado de S. Paulo para 1940</i>	143
Figura 43: Reprodução do poema de Francisca Julia da Silva.....	143
Figura 44: Conselhos as Crianças.....	144
Figura 45: Logotipo do jornal.....	150
Figura 46: Funcionário d` <i>O Estado de S. Paulo</i> em comunicação com a cidade do Rio de Janeiro.....	150
Figura 47: Página sendo depositada na rotativa Marinoni por funcionário.....	151
Figura 48: Tubo pneumático que ligava as redações as oficinas.....	151
Figura 49: As máquinas produziam 48.000 jornais por hora.....	151
Figura 50: Anúncio da Viação Aérea São Paulo VASP.....	154
Figura 51: O problema do Trânsito.....	155
Figura 52: Anúncio do Ford V-8.....	155
Figura 53: Reportagem sobre moda.....	160
Figura 54: Reprodução do Calendário.....	161
Figura 55: Pequenas publicidades.....	162
Figura 56: Anúncio da propaganda da Malzbier da Antártica.....	163
Figura 57: Anúncio do creme Glidermol.....	163
Figura 58: Propaganda do Elixir Doria.....	164
Figura 59: Anúncio do Sanatório Pinel.....	166

Figura 60: Propaganda da Máquina de escrever Royal.....	167
Figura 61: Anúncio da máquina de escrever Remington.....	168

Lista de Tabelas

Quadro I - Novos jornais (1851-1890).....	35
Quadro II - Prêmios Distribuídos (1875 – 1942).....	56
Quadro III - Anúncios do Almanaque d` <i>O Estado de S. Paulo</i> para 1896.....	76
Quadro IV - Colaborações no <i>Almanaque d`O Estado de S. Paulo</i> para 1916.....	92
Quadro V - Anúncios do Almanaque d` <i>O Estado de S. Paulo</i> para 1916.....	125
Quadro VI - Colaborações no <i>Almanaque d`O Estado de S. Paulo</i> para 1940.....	145

Lista de Abreviaturas

AP/AMAC – Acervo particular da Prof.^a Ana Maria de Almeida Camargo

AP/TRL – Acervo particular da Prof.^a Tania Regina de Luca

IEB/USP – Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo

Sumário

Introdução	15
Capítulo 1: A imprensa e os Almanques	21
1.1 Percursos.....	22
1.2 Os Almanques no Brasil.....	27
1.3 A imprensa paulista no século XIX.....	33
1.4 Sobre um jornal e seus brindes.....	49
Capítulo 2: <i>O Estado de S. Paulo</i> e seus Almanques	64
2.1 O Almanque d` <i>O Estado de S. Paulo</i> para 1896.....	64
2.2 O Almanque d` <i>O Estado de S. Paulo</i> para 1916.....	86
2.2.1 Produção Literária.....	92
2.2.2 Biografias e Ensaios.....	99
2.2.3 Outras Temáticas.....	116
Capítulo 3: Para uma nova década, um novo Almanque	132
3.1 O Almanque d` <i>O Estado de S. Paulo</i> para 1940.....	141
Considerações Finais	170
Referências Bibliográficas	173

Introdução

É que o almanaque contém essas verdades iniciais que a humanidade necessita saber, e constantemente rememorar, para que a sua existência, entre uma natureza que a não favorece e a não ensina, se mantenha, se regularize, e se perpetue (...). E se os livros todos desaparecessem bruscamente, numa fogueira atizada pelo senhor, restando apenas entre o montão de cinzas um almanaque inocente, a civilização, guiada pelas indicações genéricas que ele desse sobre a cronologia, a religião, o estado, a lavoura, o direito, poderia continuar, sem esplendor e requinte, mas com fartura e ordem a sua marcha de caravana para sua ignorada Meca.¹

Muitos escritores como Eça de Queiroz, em Portugal e Machado de Assis, no Brasil, procuraram explicações literárias para o surgimento dos almanaques. Na seqüência do texto que serve de epígrafe a essa introdução Eça narrou, a partir de uma velha lenda talmúdica, a forma miraculosa como as vésperas do Dilúvio, dois filhos de Seth gravaram com um cinzel tijolos a fim de preservar nesses, todos os conhecimentos adquiridos até então, já que a cólera das águas ameaçava engolir tudo que existia. Desse ato, teria se construído um verdadeiro livro do saber que, nas palavras do autor português, seria o nosso já conhecido almanaque.

Essas interpretações que surgiram durante muito tempo a respeito do almanaque talvez possam ser explicadas como uma forma de elevar seu status, já que apesar da grande produção desses, os mesmos sempre foram apontados como inferiores perante os livros e depois posteriormente diante de jornais e revistas. Porém, com o intuito de modificar essa condição, pesquisas despontaram no universo acadêmico e fizeram dos almanaques sua fonte e/ou objeto, o que deu margem ao surgimento de um campo específico de investigação. No Brasil, destacam-se os trabalhos realizados por Eliana de Freitas Dutra, Margareth Brandini Park e Vera Lúcia Casanova.

A tentativa de inventariar os almanaques existentes em acervos também foi de extrema importância. Aqui cabe destacar a pesquisa realizada pela equipe composta por Ana Maria de Almeida Camargo, Inês Etienne Romeu, Márcia V. Clemente Madrigali,

¹ QUEIRÓZ, Eça de. Almanagues: Introdução ao primeiro volume do *Almanaque Enciclopédico*. In: _____ . *Notas Contemporâneas*. Lisboa: Edição Livros do Brasil, [19-].

Maria Regina Davidoff e Suelly Campos Cardoso, cujos resultados foram apresentados no 5º Congresso Brasileiro de Arquivologia, realizado em 1982 na cidade do Rio de Janeiro. Os pesquisadores catalogaram almanaques publicados na capital paulista e no interior, entre 1857 e 1900, que constavam em acervos do Rio e de São Paulo.

Já o catálogo *São Paulo em Revista*, organizado por Heloisa de Faria Cruz,² levou a cabo levantamento sistemático acerca da imprensa paulistana entre os anos de 1870 a 1930 e fez menção a alguns almanaques existentes em acervos. Embora os dois trabalhos tenham revelado a presença de almanaques em arquivos, ainda faltam pesquisas, com maior abrangência, que rastreiem e sistematizem os almanaques em acervos públicos e particulares, nas diferentes regiões do país.

Com o propósito de contribuir para a produção historiográfica acerca de almanaques, enfatizar a importância desses impressos e contribuir para os estudos sobre a história da imprensa no Brasil, a pesquisa aqui realizada propôs-se a analisar o almanaque produzido pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em três momentos de sua história: os anos de 1896, 1916 e 1940.

O periódico, criado em 1875 por Américo Brasiliense e Campos Sales, foi um dos poucos que resistiu ao tempo, apesar de ter atravessado dificuldades ao longo de sua trajetória. Atualmente ocupa o posto de segundo jornal mais antigo do Brasil ainda em circulação (134 anos), superado apenas pelo *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, com seus 182 anos.³ A fim de angariar assinantes e resolver o problema da inadimplência no pagamento das assinaturas, o *Estado* resolveu premiar com brindes os novos assinantes e aqueles que não atrasavam seus pagamentos. A política de premiação durou quase sessenta e cinco anos, período no qual foram distribuídos os mais variados brindes, entre os quais o *Almanaque d'O Estado de S. Paulo*.

Ao escolher a publicação para análise optou-se por tomá-la, ao mesmo tempo, como fonte e objeto. A escolha pautou-se no fato de se tratar de uma publicação proveniente de um jornal que teve importante participação na história brasileira e paulista desde a sua fundação, que se deu no âmbito da defesa da causa republicana. Ao longo de sua história, o matutino tomou posição em relação a questões importantes do seu tempo, como atesta, por exemplo, o envio de Euclides da Cunha a Canudos como

² Cruz, Heloisa de Faria. *São Paulo em revista: Catálogo de publicações da imprensa cultural e de variedade paulistana (1870-1930)*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1997.

³ *O Jornal do Commercio* foi criado em 1827 pelo francês Pierre Plancher.

correspondente de guerra,⁴ ou seu envolvimento com a Revolução Constitucionalista de 1932. Já no primeiro governo Vargas, o jornal foi ocupado e durante a ditadura militar passou de entusiástico aliado do regime a uma de suas vítimas. A publicação de trechos de *Os Lusíadas* nos espaços das matérias censuradas foi a forma encontrada para denunciar a situação. Adicione-se que os *Almanaques* do jornal ainda não foram objeto de pesquisas acadêmicas e contam apenas com breves citações.⁵

O estudo do *Almanaque d`O Estado de S. Paulo* permitiu obter informações preciosas não só acerca de sua própria publicação, como também de estabelecer um panorama sobre as transformações ocorridas na cidade de São Paulo e os rumos tomados pela hegemonia paulista nos diferentes momentos de publicação. Os almanaques possibilitaram, ainda, compor quadros a respeito das diversas atividades da capital, fossem econômicas, comerciais, de serviços e bens disponíveis, além de conterem informações sobre a situação das cidades interioranas que, com o advento do café, também queriam se mostrar progressistas.

Além do almanaque, outra fonte importante para a pesquisa foi o próprio jornal *O Estado de S. Paulo*, pois a partir de suas páginas foi possível identificar os problemas não apenas no que concernia a falta de pagamento dos assinantes, mas também em relação à alteração do preço das assinaturas, modificação nos brindes e nas formas de se premiar.

A biografia *Julio de Mesquita* do jornalista Paulo Duarte,⁶ o livro *Cartas do Exílio*⁷ - organizado por Ruy Mesquita, que reúne a correspondência entre Marina e Júlio de Mesquita Filho - e a coleção de suplementos lançados pelo *O Estado de S. Paulo* em 1974, quando do centenário do matutino, contribuíram com informações preciosas para a composição da história do jornal.

⁴ No dia 30 de julho de 1897 o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou a seguinte nota informativa: “Por contrato firmado com esta empresa, o Sr. Euclides da Cunha nos enviará correspondência do teatro de operações e, além disso, tomará notas e fará estudos para escrever um trabalho de fôlego sobre Canudos e Antonio Conselheiro. Este trabalho será por nós publicado em volume. O Dr. Euclides da Cunha é, como todos nossos leitores sabem, um escritor brilhante e perfeitamente versado nos assuntos que vai desenvolver. O seu trabalho, por conseguinte, será interessante e constituirá um valioso documento para a história nacional”. Apud DUARTE, Paulo. *Julio de Mesquita*. São Paulo: Hucitec, 1977. p. 24.

⁵ A pesquisadora Heloisa de Faria Cruz consultou o *Almanaque do O Estado de S. Paulo para o ano de 1916* durante a elaboração de sua tese de Doutorado. Ver CRUZ, Heloísa de Faria. *Na cidade, sobre a cidade – cultura letrada, periodismo e vida urbana: São Paulo (1890-1915)*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1994. Já o Almanaque de 1896 foi arrolado por Ana Maria de Camargo em seu estudo sobre almanaques paulistas, como também o fez Heloisa no catálogo que ao qual se referiu na nota 2. Ver CAMARGO, Ana Maria de Almeida. *Os primeiros Almanaxes de São Paulo*. São Paulo: Convênio IMESP/DAESP, 1983, p. 52.

⁶ DUARTE, Paulo. *Júlio de Mesquita*. São Paulo: Hucitec, 1977.

⁷ FILHO, Ruy Mesquita (org). *Cartas do exílio: a troca de correspondência entre Marina e Júlio de Mesquita Filho*. São Paulo: Terceiro Nome, 2006.

Como metodologia optou-se por seguir as indicações do texto *História dos, nos e por meio dos periódicos: trajetórias e perspectivas analíticas*, de Tania Regina de Luca.⁸ Dentre as indicações sugeridas pela pesquisadora, a atenção que deve ser devotada à materialidade do impresso, bem como a noção que se deve ter sobre as condições técnicas de produção vigentes, do que se dispunha, o que foi escolhido e por qual motivo,⁹ permitiram uma melhor acuidade no tratamento das fontes.

Uma vez que os almanaques tiveram grande relevância na história das práticas de leitura, já que eram acessíveis graças ao fato de muitos serem distribuídos de forma gratuita, também se teve em conta as pesquisas desse campo, especialmente as conduzidas por Roger Chartier. Já estudo de Robert Darnton, *O Iluminismo como negócio: história da publicação da Enciclopédia 1775-1800*,¹⁰ em que o autor perscrutou os caminhos da atividade editorial do iluminismo, os modos de pensar e de se comercializar a *Enciclopédia* de Diderot, a partir de cartas de editores e outros documentos administrativos da *Société Typographique de Neuchâtel*, importante editora de livros franceses no século XVIII, permitiu a compreensão dos métodos empregados por Darnton para identificar o que acontecia nos bastidores da produção e da distribuição de uma obra, mesmo que essa fosse um livro e não um almanaque.

Em relação à construção da hegemonia de São Paulo perante o resto do país e a busca em legitimar a posição “merecida” dos paulistas por meio de símbolos, sobretudo o do bandeirante, a tese de doutorado *O Sangue Intimorato e as Nobilíssimas Tradições* de Kátia Maria Abud, foi relevante para compreender os debates em curso no momento de produção de um dos almanaques distribuídos.

O trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro, intitulado A imprensa e os almanaques, buscou-se traçar um panorama a respeito do objeto almanaque e como se deu sua chegada ao Brasil, o que exigiu comentar, o nascimento da imprensa e, mais especificamente, a imprensa paulista no século XIX, quando surgiram vários periódicos importantes, entre eles *A Província de S. Paulo* que, na transição do regime monárquico para o republicano, alterou seu nome para *O Estado de S. Paulo*. Ainda nesse capítulo, procurou-se expor os problemas que o *Estado*, enquanto era *A Província*, enfrentou com a inadimplência de seus assinantes e a forma encontrada para tentar resolver o impasse

⁸ LUCA, Tania Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla (org). *Fontes históricas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

⁹ Idem, p. 132.

¹⁰ DARNTON, Robert. *O Iluminismo como negócio: história da publicação da Enciclopédia 1775-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

e, ainda, angariar novas assinaturas. Já no final do capítulo, foi realizado um rápido balanço sobre a materialidade dos três almanaques e o contexto do jornal na época em que foram impressos. Para finalizar, analisou-se o primeiro *Almanach d`O Estado de S. Paulo para o ano de 1896* e procurou-se estabelecer informações sobre seu organizador, seus colaboradores, os anúncios e as temáticas que o compuseram como a descrição das cidades do interior paulista e a presença de documentos importantes para a história de São Paulo.

No segundo capítulo, o foco centra-se no *Almanach d`O Estado de S. Paulo para o ano de 1916*, oportunidade em que se analisa a posição do jornal frente à guerra em curso na Europa. No ano anterior, o *Estado* havia passado por uma forte crise, pois, ao noticiar a guerra, criticou de maneira veemente a Alemanha. Os alemães, que até então eram os maiores anunciantes do periódico, sentiram-se ultrajados e não mais quiseram pagar pela publicidade, o que ocasionou uma significativa diminuição na lucratividade do jornal. Outro aspecto recorrente no almanaque diz respeito à posição econômica de São Paulo, em que a pujança paulista sempre aparece destacada, como exemplifica o balanço realizado em *O Progresso Paulista em 25 anos*, texto notoriamente ufanista. Segue-se o levantamento dos colaboradores, que registra nomes de proa como Amadeu Amaral, Emilio de Menezes, Ernesto Bertarelli, Julio Cesar da Silva, Martins Fontes, Plínio Barreto, Pinheiro Junior, Valdomiro Silveira, entre outros. Também serão arrolados futuramente no texto com mais precisão, os anúncios, as indicações sobre produtos e serviços oferecidos, a preocupação com a agricultura, expressa em artigos sobre o café e a poda, os melhores meses para os lavradores e também as novidades do momento, como a lei do cheque e a prática do *foot-ball* e do *turf*.

Por fim, o último capítulo, ainda a ser redigido, corresponde ao Almanaque *d`O Estado de S. Paulo para 1940*, publicado num momento em que a hegemonia paulista havia sofrido duro golpe, sobretudo em suas pretensões políticas. Entretanto, análises preliminares indicam que não diminuíram as pretensões do estado em continuar como símbolo, o que fica explícito nos textos em que se discute o advento da República em São Paulo, a construção do palácio do Ipiranga e os apontamentos históricos sobre o território. A agricultura não foi esquecida, como demonstram os artigos a respeito do combate às saúvas, sobre a lavoura e o calendário agrícola. A Segunda Guerra, como não poderia deixar de ser, teve destaque, embora quando da confecção do almanaque o conflito ainda estava em seu início. Dentre os três almanaques que compõe a pesquisa, o

de 1940 é o mais diversificado em termos de conteúdo, pois abrigou desde biografias de Machado de Assis e Voltaire até conselhos úteis, como o procedimento que devia se adotar para as cordas não apodrecerem ou para a montagem de uma estante de livros. Todos esses assuntos são sumariamente elencados na análise, inclusive a colaboração de Sergio Milliet, Afonso Schmidt, Léo Vaz, entre outros. Houve também a participação, pela primeira vez, de mulheres com a inclusão de poesias de Glicínia Geribaldi Rossato e Maura de Sena Pereira.

Mas antes dessas mulheres colaborarem no almanaque em 1940 e muito antes desse mesmo existir, esse tipo de impresso percorreu um longo caminho, como se verá a seguir.

Capítulo 1: A imprensa e os almanaques

*E choviam almanaques, muitos deles entremeados e adornados de figuras, de versos, de contos, de anedotas, de mil coisas recreativas. E choviam. E chovem. E não de chover almanaques. O tempo os imprime, Esperança os brocha; é toda a oficina da vida*¹¹

Em 1890, Machado de Assis publicou um belíssimo conto a respeito de como teriam surgido os almanaques. O conto inicia-se com o autor exigindo dos bibliógrafos que “sumam”, pois ele contará uma história que interessará as pessoas “muito menos aborrecidas”. Em seguida, narra a paixão do Tempo, “um velho de barbas brancas,” por Esperança, “menina de quinze anos, bela como a tarde, risonha como a manhã, sossegada como a noite”. Ela foge do Tempo a todo instante, visto que o considera “carregado de anos”, e rejeita a possibilidade de unir-se a ele. Então o Tempo, doente de amor, teve uma brilhante idéia: criar um almanaque, no qual constariam os meses e os anos, para que Esperança percebesse o passar de sua mocidade. O velho Tempo, apaixonado, fez chover almanaques por toda terra várias vezes, durante muitos e muitos anos, e Esperança deu-se conta de que envelhecia, embora se sentisse sempre jovem. Finalmente, decidiu-se casar com o Tempo e o ajudar na confecção dos almanaques. Esperança, então, atou uma fita verde em cada almanaque e esses passaram a ter um toque de feminilidade, ficaram mais alegres e perderam a aspereza. Machado de Assis publicou seu conto no *Almanaque das Fluminenses* (1890)¹², escolha adequada, em vista da temática, e do fato de o conto ter sido publicado num impresso dirigido às mulheres.

A explicação literária imaginada por Machado, apesar de sedutora, não resolve o problema do ponto de vista historiográfico. A análise etimológica da palavra almanaque indica que o termo provém do árabe *al-munákh* ou *al-manákh*, que designa o lugar em que o camelo se ajoelha; estação, clima; parada em uma viagem¹³. Em grego, almanaque remete a mês e nas línguas orientais é sinônimo de boas novas. Na sua

¹¹ ASSIS, Machado de. Como se inventaram os almanaques. In: MEYER, Marlyse (org.). *Do Almanak aos Almanques*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

¹² O *Almanaque das Fluminenses* foi publicado pelos mesmos editores da revista carioca *A Estação*, periódico em que Machado colaborou durante muitos anos.

¹³ Houaiss, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

versão saxã, o termo guarda forte ligação com a lua¹⁴. Os significados atribuídos ao vocábulo são, de certa forma, semelhantes e, apesar de seus vários sentidos, não diferem de forma significativa. Desde o início, os almanaques tiveram um vínculo muito forte com o calendário e chegaram mesmo a ser considerados sinônimos desse.

1.1 Percursos

Jacques Le Goff afirmou que o primeiro almanaque europeu surgiu na Alemanha, por volta do ano de 1455, ao qual se seguiram o *Almanaque da Corporação dos Barbeiros* (1464) e o *Almanaque Anual* (1471)¹⁵. A proximidade entre as datas dessas publicações e aquela da invenção dos tipos móveis de Johannes Gutenberg evidencia que a origem dos almanaques remonta ao início da história dos impressos no Ocidente, ou seja, meados do século XV.

Nos primórdios os almanaques eram feitos em formato in-quarto, isto é, suas folhas eram dobradas duas vezes ao meio, obtendo-se assim oito páginas, quatro de cada lado. O papel não era de boa qualidade, sobretudo por se tratar de publicações baratas e de baixo custo. Nos séculos posteriores, o formato passou a ser in-octavo e in-doze, que graças às dobras resultaram em dezesseis ou vinte e quatro páginas.

Em relação aos conteúdos, nos almanaques predominavam temas relacionados às previsões do tempo, tão importante numa sociedade agrícola, considerações sobre os meses para o plantio, fases da lua e o ciclo dos dias. Traziam também o calendário, com orações e provérbios, signos astrológicos, anedotas, festas religiosas, contos, fábulas, fatos estranhos e admiráveis da natureza, como inundações e tremores de terra, informações sobre saúde, pragas e pestes, conselhos culinários, divertimentos e temas ligados à religião, como a relação vida-morte e corpo-alma¹⁶.

Já no que respeita à distribuição dos almanaques, esses seguiram já no século XV, os mesmos caminhos do livro. Só a partir do século XIX, tais impressos tiveram seu circuito de difusão vinculado à categoria de jornais e revistas. Lucien Febvre e Henry Martin, em pesquisa sobre o surgimento e comércio do livro, não distinguiram entre os almanaques, que consideraram parte do mesmo processo de circulação

¹⁴ PARK, Margareth Brandini. *História e leituras de Almanques no Brasil*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil: São Paulo: Fapesp, 1999.

¹⁵ LE GOFF, Jacques. Calendário. In:_____. *História e memória*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990. p. 527. O autor não fornece o nome do almanaque, que teria sido o primeiro a ser impresso.

¹⁶ PARK, Margareth Brandini. *Op cit.*, p. 59.

comercial. Segundo os autores, no começo, agentes que trabalhavam para os livreiros percorriam cidades, grandes e pequenas, a fim de localizar possíveis interessados em adquirir as obras que ofereciam. Os agentes levavam consigo listas de livros das quais faziam parte almanaques, além de panfletos, em que informavam em qual estalagem ficariam hospedados e os horários de atendimento aos interessados. Tais panfletos informativos eram não só distribuídos como também fixados em lugares de grande circulação, sobretudo nas épocas de festejos, que atraíam públicos significativos. Quando os negócios eram bem sucedidos, os agentes retornavam à mesma cidade diversas vezes e acabavam por estabelecer postos fixos, inclusive com a abertura de lojas de propriedade do livreiro para o qual trabalhavam ou, por sua própria conta e risco.

Ao lado desse primeiro mecanismo de vendas, ainda durante o século XV, surgiram vendedores ambulantes, que se encarregavam de vender livros e almanaques. Na Inglaterra, esses ficaram conhecidos por *chapmen* e as obras que comercializavam eram os *chapbooks*. Mascates perambulavam por toda Europa e, sobretudo nas regiões da Alemanha e da França, eram denominados de *colporteurs*, por venderem *littérature de colportage*, composta de livretos que adaptavam e popularizavam obras eruditas¹⁷. Segundo Laurence Hallewell, em sua “maior parte (...) aparecia sob a forma de pequeno folheto, mal impresso (quando não grosseiramente) no papel mais barato possível para manter-se dentro do limitado poder de compra de seus leitores, as vezes ilustrado com uma ou duas simples xilogravuras.”¹⁸ A literatura de *colportage* engloba os famosos livros da *Bibliothèque Bleue* francesa, estudados por Roger Chartier. Daí muitos historiadores vincularem os almanaques a essa *littérature de colportage*, pois os ambulantes levavam entre suas mercadorias não só tal literatura, mas também os almanaques.

Diferentes dos agentes, que apresentavam o prospecto aos interessados e esses faziam os pedidos, esses vendedores ambulantes já carregavam os livros com eles, sem

¹⁷ Nos diversos países, surgiram panfletos e folhetos semelhantes a essa *littérature de colportage*. Na Espanha, publicaram-se os *pieglos sueltos* e em Portugal, as *folhas volantes*. No Brasil, seu equivalente é a literatura de cordel, produzida no nordeste brasileiro desde o fim do século XIX. Nela, assim como na *colportage* francesa, as obras eruditas são adaptadas aos folhetos e apresentadas segundo as regras de composição desses. A maioria das narrativas deixam de ser em prosa para serem reescritas na forma de poesia, com a introdução por vezes de versos extras para que se obtenha a rima esperada. Clássicos como O Conde de Monte Cristo, Romeu e Julieta, Iracema, A Escrava Isaura, entre outras foram adaptadas ao cordel. Ver ABREU, Márcia. *Histórias de Cordéis e Folhetos*. Campinas: Mercado de Letras: ABL, 1999.

¹⁸ HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T. A. Queiroz: Ed. da Universidade de São Paulo, 1985. p. 535.

necessitar de uma encomenda prévia. Esses andarilhos, como informam Febvre e Martin, “desempenharam no século XVI, um papel essencial das idéias reformadoras,”¹⁹ pois chegavam muitas vezes a campos longínquos, distantes e difícil acesso, o que impossibilitava o estabelecimento de livreiros e seus postos fixos. Os mascates vendiam além de livretos e almanaques, bíblias ilustradas, romances de cavalaria, abecedários e estampas gravadas em madeira com imagens populares que eram penduradas nas paredes de casas e cabanas.

Outra forma de distribuição importante para a difusão de livros e almanaques se consubstanciou nas feiras, disseminadas por toda Europa. As feiras tornaram-se locais de apreço por possibilitar o encontro de livreiros e impressores e por acontecer em intervalos regulares. De acordo com Febvre e Martin:

(...) fazer as contas, pagar dívidas, comprar o material tipográfico necessário aos fundidores e aos cortadores de caracteres que também vem para discutir os problemas comuns, anunciar a próxima publicação de um livro, assegurar-se de que nenhum outro editor pensa em imprimi-lo, fixar com os livreiros de outras cidades as bases de intercâmbios regulares, são todas as razões que incitam livreiros e impressores a freqüentar as grandes feiras.²⁰

As feiras eram realizadas, em média, duas vezes ao ano e duravam cerca de quinze dias. Cada comerciante se estabelecia como podia nas praças, ruas, abrigos improvisados e estalagens. As mais importantes eram as que aconteciam nas cidades de Lyon, Medina Del Campo, Frankfurt e Leipzig. A primeira cidade tornou-se uma espécie de encruzilhada comercial, que recebia mercadorias comercializadas em toda a Europa. Entre os muitos produtos oferecidos, havia uma grande quantidade de almanaques, prognósticos e livros populares, ligados a *littérature de colportage*.

No decorrer do século XVI foram às feiras de Frankfurt que se tornaram os principais pontos de encontro de vendedores provenientes de todos os lugares. Devido à clientela e produtos diversificados, que variavam do simples ao mais exótico²¹, ficaram conhecidas como “feiras internacionais”. Com o constante crescimento e importância da feira de Frankfurt, os editores passaram a imprimir e divulgar os catálogos de suas oficinas na ocasião de tais eventos. Após a Guerra dos Trinta Anos, as feiras de Leipzig também adquiriram grandes proporções, como as de Frankfurt, e logo tornaram-se pólo aglutinador do mercado livreiro.

¹⁹ FEBVRE, Lucien P. V, MARTÍN, Henri-Jean. *O aparecimento do livro*. São Paulo: Hucitec, 1992. p. 336.

²⁰ Idem, p. 327.

²¹ Como afirmaram Febvre e Martin, “lá se via um elefante antes mesmo de ser conhecida a estrada para as Índias”. Idem, p. 330.

Foi ao longo do século XVIII que os almanaques modificaram-se “substancialmente, sob o impacto da Revolução Industrial, do crescimento urbano e da mobilidade populacional, do avanço da alfabetização e da leitura entre as massas.”²² Surgiram almanaques variados: agrários; literários; históricos; científicos; de farmácia; de família; de cidades; jornalísticos, entre muitos outros. Apesar da diversificação, nunca deixaram de apresentar o tradicional calendário, conteúdos astrológicos e curiosidades. Os almanaques sempre desfrutaram de popularidade e muito contribuíram para difundir as práticas de leitura. Entre os impressos de grande circulação nas sociedades do *Ancien Régime*, Roger Chartier arrolou os almanaques e folhetins,²³ lidos intensamente pelas pessoas e suficientemente influentes para moldar maneiras de pensar e de contar.²⁴ Nesse sentido, medir a quantidade de leitores é um passo importante para avaliar a difusão dos impressos.

Durante muito tempo, os estudos sobre alfabetização imaginaram que bastaria contar as assinaturas das atas de casamento, para calcular a porcentagem da população apta a ler e escrever. Entretanto segundo Chartier, até a idade de sete anos, as crianças aprendiam a ler fora da escola, com a ajuda de alguém, fosse a própria mãe ou um pastor que servia de pedagogo. Só muito depois que se dava o aprendizado da escrita:

Daí resulta que a população de leitores potenciais deva ser maior que a dos assinantes, sobretudo nos meios populares, pois os textos confirmam que a assinatura pertence ao aprendizado da escrita, iniciada somente numa idade em que um grande número de leitores já começaram a trabalhar. Portanto, não é possível restringir a capacidade de leitura das sociedades tradicionais apenas às porcentagens de alfabetização, classificadamente calculadas²⁵

Assim, parece mais plausível, que aqueles que assinavam o nome sabiam ler, mas nem todos que dominavam a leitura assinavam seu nome. O pesquisador destacou que, desde a antiguidade, a leitura era realizada em voz alta, a fim de atingir basicamente dois propósitos: o primeiro, vinculado a uma função pedagógica, procurou alfabetizar a partir de leituras oralizadas, que também estimulavam o domínio da retórica e do falar em público. O segundo propósito, de acordo com Chartier, tinha um viés literário: ao se ler em voz alta o escrito, esse se tornava conhecido e circulava por

²² FERREIRA, Antônio Celso. *Para ler nos caminhos de ferro: O Almanach Litterário de São Paulo (1876-1885)*. Patrimônio e Memória. V. 2, n° 1, jul. 2006. Acesso em: 20 out. 2006.

²³ A leitura desses dois tipos de impressos só não era comparável com a leitura da bíblia.

²⁴ CHARTIER, Roger. Do livro a leitura. In: _____ . *Práticas da Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. p. 87.

²⁵ Idem, p. 80.

diferentes lugares, pois, as pessoas acabavam por memorizar os textos que ouviam com frequência²⁶.

Já a partir da segunda metade do século XVIII, uma nova maneira de ler se impôs: a leitura silenciosa, individual, laicizada e emancipada das leituras realizadas por ocasião de celebrações religiosas ou reuniões familiares. Chartier define a transição da leitura oralizada para a silenciosa como a primeira revolução da leitura no Ocidente, já que a com essa mudança, a leitura tornou-se mais rápida e possibilitou que um maior número de textos fossem lidos.

Várias representações de ambas as leituras, em voz alta e silenciosa, encontram-se em pinturas, que se tornaram famosas, como a de Jean-Baptiste Greuze, que circulou no século XVIII sob a forma de gravura e na qual uma família está reunida em torno do pai, que lê em voz alta o que se presume ser a bíblia. Em relação à leitura individual e íntima, a pintura de Pierre-Antoine Baudoin, em que uma jovem está encostada em uma poltrona completamente absorta em seus pensamentos, na privacidade de seu quarto e com um romance que parece ter acabado de ler.

A segunda revolução da leitura, configurada por Roger Chartier, refere-se as diversas possibilidades de aquisição de livros e periódicos, que ao longo do tempo não ficaram restritas apenas à compra. De acordo com o pesquisador:

A história do livro, do ponto de vista da sociologia cultural, esforçou-se por reconhecer os limites de difusão do impresso e de supor tipos intelectuais em função das leituras supostas. É necessário, para tanto, prevenir-se de que todo livro possuído não quer dizer forçosamente lido e que, inversamente, a leitura não implica a compra porque o acesso ao livro pode-se fazer tanto através do comércio de livraria, como também através da biblioteca pública.²⁷

A criação e proliferação de instituições, como as sociedades de leitura, os clubes do livro, as bibliotecas públicas e até mesmo o empréstimo entre amigos permitiu a expansão do acesso a tais obras.²⁸

No Brasil, desde a colonização até o alvorecer do século XIX, o acesso aos livros era bastante restrito e dependia de liberação da metrópole para que aqui entrassem

²⁶ CHARTIER, Roger. As revoluções da leitura no Ocidente. In: ABREU, Márcia (org.). *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura no Brasil: Fapesp, 1999.

²⁷ CHARTIER, Roger, ROCHE, Daniel. O livro: uma mudança de perspectiva. In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1976. p.105.

²⁸ No Brasil, o acesso ao livro ocorreu, sobretudo, por gabinetes de leitura muito bem retratados em MARTINS, Ana Luiza. *Gabinetes de Leitura da Província de São Paulo: A Pluralidade de um espaço Esquecido*. São Paulo. Mestrado (História) – Universidade de São Paulo, 1990 e SCHAPOCHNIK, Nelson. *Os jardins das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na corte imperial*. São Paulo. Doutorado (História) - Universidade de São Paulo, 1999.

e depois de 1808, para a sua impressão. A censura portuguesa teve características peculiares em relação ao restante da América, como se verá a seguir.

1.2 Os almanaques no Brasil

A chegada oficial da imprensa entre nós deu-se tardiamente em comparação com a América Espanhola. Durante todo o período colonial, a impressão era proibida e severamente punida, pois interessava a coroa portuguesa manter o mais rigoroso controle sobre sua colônia. Lustosa lembra que “qualquer pequeno escrito original que surgisse no Brasil colonial deveria forçosamente ser publicado na Europa ou permanecer na forma de manuscrito”.²⁹ Com a criação da imprensa régia em 1808, fundou-se também o primeiro jornal impresso no Brasil, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, no qual se publicavam decretos, fatos relacionados com a família real, notícias nacionais etc. A *Gazeta* assemelhava-se muito ao modelo firmado pela *Gazeta de Lisboa*, porém, a publicação estava sob rígida censura, bem como o restante dos impressos aqui publicados a partir de então. Data da mesma época, o jornal o *Correio Braziliense*, de Hipólito da Costa, impresso em Londres e que combatia com veemência a metrópole portuguesa. Durante os anos que se seguiram, sobretudo com o fim da censura régia portuguesa em 28 de agosto de 1821, multiplicaram-se os jornais e panfletos, ligados às lutas políticas que expressavam pontos de vista de grupos específicos. Dentre os mais conhecidos e ora atacando o rei, a monarquia e as cortes resultantes da revolução liberal do Porto, ora defendendo-as, estavam *O Amigo do Rei e da Nação*, *Correio do Rio de Janeiro*, *O Espelho*, *A Malagueta*, *O Reverbero Constitucional Fluminense*³⁰.

Os almanaques também estiveram presentes, entre os periódicos, panfletos e suplementos que circularam durante a primeira metade do século XIX no Brasil. Duas figuras importantes que publicaram seus almanaques nessa época foram Pierre Plancher e os irmãos Eduardo e Henrique Laemmert, que publicaram respectivamente o *Almanak Imperial do Comércio e das Corporações Civis e Militares do Império do Brasil* (1829)

²⁹ LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p.22.

³⁰ Abaixo, respectivamente, o redator e o período em que os jornais citados estiveram em circulação: *O Amigo do Rei e da Nação* – Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva (março-junho de 1821); *O Correio do Rio de Janeiro* – João Soares Lisboa (1821 a 1823); *O Espelho* – Manuel Ferreira de Araújo Guimarães (1821-1823); *A Malagueta* – Luis Augusto May (1821-1822 com edições extraordinárias entre maio e julho de 1823); *O Reverbero Constitucional Fluminense* – Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa (1821-1822).

e o *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro* (1849). A existência de almanaques foi registrada por viajantes estrangeiros em seus diários, caso do inglês Thomas Ewbank, homem de posses e ligado às ciências, que chegou ao Brasil em 1846 e aqui permaneceu por pouco mais de seis meses. Em suas anotações, o viajante ressaltou a importância dos almanaques na orientação tanto dos que visitavam o império, quanto daqueles que nele residiam: “6 de fevereiro, se para os estrangeiros, o almanaque é um manual necessário, para os brasileiros é indispensável, a fim de capacitá-los a acompanhar o curso dos dias santos.”³¹

Os almanaques fizeram mais que guiar seus leitores e listar os santos do dia. Traziam também informações sobre tarifas de serviços variados, horários e passagens de trens etc. No século XIX, foram comuns almanaques regionais como o *Almanach Administrativo, Civil e Industrial de Minas Gerais* (1864), o *Almanach Administrativo Mercantil e Industrial da Província de Pernambuco* (1872), o *Almanak Mercantil e Industrial da Província do Ceará* (1873) e *Almanak Popular do Rio de Janeiro e Imperial Cidade de Niterói* (1878). Apesar dos almanaques apresentarem conteúdos equivalentes, a incorporação de novos elementos, ou ainda a razão pela qual foram produzidos, possibilitou uma diversificação a ponto de se propor uma tipologia dos que foram publicados durante dos séculos XIX e XX.³² Além dos almanaques regionais foram impressos almanaques literários que, de acordo com Eliana Dutra, representaram os primeiros esforços editoriais com vistas ao aumento da produção de impressos no Brasil.³³

Os almanaques literários, a cargo dos intelectuais da época, foram lançados com a intenção de acompanhar a vida literária no Brasil, caso de José Maria Lisboa, que publicou o *Almanach Litterário de São Paulo*, entre 1876 e 1885,³⁴ e de renomadas livrarias, como a Garnier, instalada na Rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro, desde 1844 e que publicou o *Almanaque Brasileiro Garnier*.³⁵ Esse, além de, ter a intenção de divulgar os livros que vendia, estampava em suas páginas artigos de importantes homens letras da época que, tratavam de literatura, língua, etnografia, folclore, história,

³¹ EW BANK, Thomas. *A vida no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 1976. p. 73.

³² Para realizar essa tarefa foram considerados, em primeiro plano, a diversidade que os almanaques tiveram no Brasil e, em segundo, sua ordem cronológica.

³³ DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes Literários da República: a história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

³⁴ O almanaque não foi publicado nos anos de 1882 e 1883.

³⁵ A Garnier fechou suas portas em 1920, quase um século depois de sua inauguração.

geografia e ciência. O almanaque da Garnier promoveu, ainda, concursos para premiar trabalhos de ficção (incluindo contos, novelas e poesias), ensaios que contribuíssem para o estudo da geografia das regiões do Brasil e mesmo concursos de fotografia, com temáticas voltadas às raças brasileiras, os tipos de beleza feminina, paisagens, rios, festas tradicionais e personagens que caracterizassem as regiões do Brasil - como o gaúcho, o vaqueiro etc.

Outro almanaque editado por uma livraria foi o *Almanaque Melillo* (1904), de propriedade de Miguel Mellilo e Cia. A publicação era composta por biografias, contos, calendários, tabelas sobre produção e consumo do café e, ainda, notas históricas. Esse almanaque, ao contrário do almanaque da livraria Garnier, foi editado em São Paulo e não deve ter tido vida longa, pois nos acervos, se conserva apenas um único exemplar³⁶.

Os almanaques de farmácia, por sua vez, desfrutaram de grande popularidade. O alcance e a importância que tiveram evidenciaram-se nas altas tiragens, na gratuidade, no modelo tipográfico, na ampla rede de distribuição, além da indiscutível tarefa de educação sanitária, ainda que repetidas vezes tenham sido considerados pela cultura letrada brasileira, um gênero menor. O primeiro almanaque de farmácia publicado no Brasil foi o *Pharol da Medicina*, elaborado em 1887 com o patrocínio da Drogaria Granado, do Rio de Janeiro, que se constituiu uma espécie de modelo para os seus sucessores. O *Pharol* possuiu uma tiragem inicial de 100 mil exemplares e, de 1913 a 1923 atingiu a cifra de 200 mil. Esses impressos eram produzidos no mais das vezes por laboratórios fabricantes de tônicos e remédios, que por ocasião do lançamento de seus produtos, imprimiam seus almanaques e os distribuíaam pelas farmácias, o que possibilitava a distração do paciente adoentado, bem como divulgava, ao mesmo tempo, o novo produto, tanto que vários levaram o nome do mesmo. Dentre os almanaques farmacêuticos que circularam no país, os mais conhecidos foram *Saúde da Mulher*, publicado pelo laboratório Daudt Freitas & Cia, concebido por ocasião do lançamento do Tônico Saúde da Mulher em 1906 e que circulou até 1974, o *Almanaque Bromil*, do mesmo fabricante, o *Capivarol* e o *Biotônico Fontoura*. Esse último merece destaque, pelas dimensões que o projeto alcançou e que deve ter surpreendido até mesmo o fabricante do produto.

Em 1915, o farmacêutico Candido Fontoura, natural de Bragança Paulista, veio para São Paulo e trouxe consigo a fórmula do Biotônico Fontoura, tônico composto por

³⁶ Um dos acervos citados é do Instituto de Estudos Brasileiros/IEB-USP.

extratos de plantas aromáticas e eupépticas, e de substâncias como ferro e fósforo, que eram capazes de transformar a vida das pessoas, deixando-as com mais energia e saúde. Até então, Candido Fontoura havia redigido artigos sobre saúde para o jornal *O Estado de S. Paulo*. Foi nesse ambiente, que conheceu o taubateano Monteiro Lobato, que um ano antes, havia se tornado efetivamente conhecido por ter publicado nas mesmas páginas de *O Estado*, uma carta intitulada “*Velha Praga*” (12/11/1914). Em seu escrito, Lobato descreveu as queimadas provocadas pelos caboclos, qualificados pelo escritor como *sarcoptes mutans* (piolhos da terra). Um mês depois, Lobato, publicou no mesmo matutino, o conto “*Urupês*”, em que também de forma depreciativa caricaturizou o homem da roça (23/12/1914).

A partir desse momento nasceu a figura do Jeca Tatu, que integrou a primeira das três facetas que o personagem adquiriu entre 1914 e 1947.³⁷ De acordo com a análise de Sylvania Telarolli³⁸, o Jeca de 1914 consubstanciou o pensamento evolucionista do século XIX, sob a óptica pessimista e racista, ao atribuir as classes pobres – lê-se nessa categoria os caboclos – as deficiências do país. A polêmica em torno do Jeca atingiu tamanha proporção que o artigo *Velha Praga* chegou a ser publicado em sessenta jornais, dos mais variados cantos do Brasil e incentivou o desenvolvimento de contrapontos ao Jeca Tatu³⁹. No fim de 1917, após ter publicado *O Saci-Pererê: resultado de um inquérito*, seu primeiro livro, Lobato começou a organizar sua segunda obra, que conforme anúncio da Revista do Brasil de dezembro do mesmo ano chamar-se-ia *Dez mortes trágicas* e seria lançado entre fevereiro e março do próximo ano. O livro, na verdade, só saiu em julho de 1918 e dele faziam parte os dois artigos publicados anos antes no *Estado*, *Velha Praga* e *Urupês*. Esse último foi escolhido como título da obra. A primeira edição esgotou rapidamente e foi seguida de outras duas que também acabaram. A notória popularidade que o livro adquiriu aumentou, sobretudo, com o discurso proferido por Ruy Barbosa em 20 de março de 1919 na ocasião da abertura da segunda campanha civilista. O referido jurista iniciou sua fala com as seguintes palavras: “Conheceis por ventura o Jeca tatu, do *Urupês*, de Monteiro Lobato, o admirável escritor paulista?”. A respeito da repercussão que teve tal indicação, Lobato em carta a Godofredo Rangel de 20 de abril de 1919 declarou:

³⁷ O Jeca Tatu foi criado em 1914, seguido do Jeca Tatuinho (1919) e do Zé Brasil (1947).

³⁸ LEITE, Sylvania Helena Telarolli de A. Monteiro Lobato, palmatória do mundo. In: _____. *Chapéus de palha, panamás, cartolas: a caricatura na literatura paulista (1900-1920)*. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

³⁹ Os exemplos mais conhecidos foram o Mané Chique-Chique, de Ildefonso Albano, Juca Leão, de Rocha Pombo e até o Juca Mulato, de Menotti Del Picchia.

O discurso do Ruy foi um pé de vento que deu nos Urupês. Não ficou um para remédio, dos 7.000! Estou apressando quarta edição, que irá do oitavo ao décimo segundo milheiro. Tiro-as agora aos quatro mil. E isso antes de um ano hein? O livro assanhou a taba – e agora, com o discurso do Cacique – Mor, vai subir que nem foguete.⁴⁰

Todavia, a terceira edição dentre as esgotadas que Lobato se referiu na carta a Rangel, apresentou um diferencial: o texto intitulado “*Uma explicação desnecessária*”. Nesse, Monteiro Lobato revisou a posição antes ocupada por Jeca Tatu e retificou as causas que o tornaram daquele jeito:

Cumpre-me, todavia, implorar perdão ao pobre Jeca.

Eu ignorava que era assim, meu caro Tatu, por motivo de doenças tremendas. Está provado que tem no sangue e nas tripas um jardim zoológico da pior espécie. É essa bicharia cruel que te faz papudo, feio, molenga, inerte.

Tens culpa disso? Claro que não. Assim, é com piedade infinita que te encara hoje o ignorantão que outrora só via em ti mamparra e ruindade.

Perdoa-me, pois, pobre opilado, e crê no que te digo ao ouvido: és tudo isso que eu disse, sem tirar uma vírgula, mas ainda és a melhor coisa que há no país. Os outros, que falam Frances, dançam o tango, pitam havanas, e, senhores de tudo, te mantêm nessa Geena dolorosa, para que possam a seu salvo viver vida folgada á custa do teu penoso trabalho, esses, caro Jeca, tem na alma todas as verminoses que tu só tens no corpo.

Doente por doente, antes como tu, doente só do corpo.⁴¹

Nessa segunda fase, o Jeca não é mais culpado por seu estado, já que ele é apenas o reflexo das mazelas de uma nação que não prioriza a educação, a saúde pública e o saneamento básico. Enquanto Lobato cuidava da impressão das primeiras edições de *Urupês*, o escritor entrou em contato com o texto de Belisário Pena, *Saneamento do Brasil*, que fez com que o mesmo repensasse seus juízos a respeito do que antes havia escrito sobre o homem rural e, portanto, sobre o Jeca. Entusiasmado e totalmente envolvido com as novas idéias, engajou-se na campanha a favor do saneamento defendida por Miguel Pereira, Artur Neiva, Afrânio Peixoto e o já referido Belisário Pena. Lobato passou a escrever uma série de artigos no jornal *O Estado de S. Paulo*, que podem ser divididos em dois blocos. No primeiro intitulado “*Saneamento do Brasil*,” publicado em dezoito de março de 1918, escreveu os artigos “*A ação de Oswaldo Cruz*,” em que enalteceu “o cientificismo desenvolvido em Manguinhos, na luta do

⁴⁰ LOBATO, Monteiro. A Barca de Gleyre. 2º Tomo. São Paulo: Braziliense, 1964. p. 194. Lobato falou constantemente em suas cartas a Rangel sobre o sucesso do livro *Urupês*: “O meu *Urupês* continua a sair bestialmente. Até enjoa. Tirei em fim de março mais 4 milheiros; pois só tenho em estoque 500 e estou premeditando a 5ª edição” (06/07/1919), “Ontem fiz a conta e achei isto: minha tiragem está em 109.500 exemplares. Veja se era possível esperar isto a dois anos e meio, quando soltei timidamente o primeiro milheirinho dos *Urupês*!” (16/01/1923)”. Citações da mesma obra, respectivamente pg. 203 e 251.

⁴¹ Apud LEITE, Sylvia Helena Telaarolli de A. *Op. cit.*, p. 82.

laboratório e do microscópio contra as práticas caseiras e empíricas.”⁴² A esse artigo seguiram-se “*Vinte milhões de opilados*”, “*Três milhões papudos e idiotas*”, “*Doze milhões de impaludados*”, “*Diagnóstico*” e terminou com “*Reflexos Morais*” em vinte e dois de março do corrente ano.

O segundo bloco de artigos intitulado “*Problemas do saneamento*” foi aberto em cinco de abril também de 1918 com “*Primeiro passo*” e “*Um fato*”. Nesse, Lobato retratou a experiência de um grupo de frades franceses, que ao chegar da França instalaram-se na beira do Rio Paraíba e em vez de continuar com os trabalhadores da região nas condições deploráveis que se encontravam, deram aos mesmos uma alimentação abundante, depois os abrigaram em casas higiênicas e dentro de suas possibilidades os curaram de certas doenças. Essas atitudes acabaram por praticamente ressuscitar esses homens. Lobato ao relatar esse exemplo, cunhou a frase emblemática de que “o caipira não é assim. *Está* assim.” Com o sucesso dos artigos publicados, esses foram reunidos no livro *O problema vital* (1918) e publicado pela Sociedade Eugênica de São Paulo em parceria com a Liga Pró-Saneamento do Brasil.

O livro acabou por ser visto como o resultado dos pensamentos do escritor sobre a saúde pública, além da procura por “explicações e responsabilidades para as condições de miséria reinantes; nesses textos, de tom candente e incendiário, Lobato chegou a propor que se entregasse a direção do país a higienistas e engenheiros.”⁴³ No ano de 1925, a partir de uma encomenda do Laboratório Fontoura, Monteiro Lobato, adaptou o Jeca Tatuzinho⁴⁴ para promover os produtos do laboratório, especialmente o Biotônico Fontoura e angariou forte popularidade que, ainda prevalece nos dias atuais. Ao longo do tempo, o folheto propagandístico que então havia sido criado foi substituído pelo *Almanaque do Biotônico Fontoura*, no qual o Jeca continuou a aparecer como personagem central, recuperado das doenças que o assombavam, calçado com botinas, disposto e saudável. O *Almanaque do Biotônico*, escrito com uma linguagem simples, didática e persuasiva, conquistou multidões e atingiu cifras extraordinárias para o gênero, com estimativas de ter atingido entre 1930 e 1970, cerca de dois e três milhões e

⁴² AZEVEDO, Carmem; CAMARGOS, Márcia; SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato: Furacão na Botocúndia*. São Paulo: Editora Senac, 1997. p. 114.

⁴³ Idem, p. 83.

⁴⁴ Segundo Marisa Lajolo, o diminutivo no nome demonstra a afetividade nascida pelo personagem nessa fase. Ver LAJOLO, Marisa, Jeca Tatu em três tempos. In: SCHWARZ, Roberto. *Os pobres na Literatura Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

meio de exemplares.⁴⁵ Na ocasião do centenário do escritor no ano de 1982, o almanaque ultrapassou a marca de cem milhões de exemplares⁴⁶.

Outros almanaques, por sua vez, eram vinculados a empresas jornalísticas e tipografias⁴⁷. O surgimento de novos jornais, a expansão das cidades e a presença de uma imprensa cada vez mais dinâmica foram fundamentais na difusão de novos impressos e sua diversificação, o que pode ser percebido a partir dos caminhos da imprensa em São Paulo.

1.3 A imprensa paulista no século XIX

Durante a década de 1820, províncias como a de São Paulo solicitaram ao governo imperial a instalação de uma tipografia que permitiria a criação de um jornal. Segundo Affonso de Freitas, cujo trabalho rastreou a origem da imprensa em São Paulo,⁴⁸ as classes dirigentes da época solicitaram a Junta Diretora da Tipografia Nacional o envio de um prelo para Província. A Junta aquiesceu o envio e, ainda, dispôs-se a contratar pessoas para montar e fazer funcionar o novo prelo, como relatou Freitas:

Haviam sido também contratados os artistas que deveriam montar e dirigir o estabelecimento com que a magnificência imperial parecia pretender pagar a dívida contratada com os paulistas pela ação decisiva de São Paulo na modorrenta questão da fundação de Império dos Bragança, que só teve solução nos campos do Ipiranga por sáfaro ser então o terreno de ação político-nacionalista do Rio de Janeiro e Minas Gerais, mau grado aos indigentes esforços do então futuro Marques de Valença, Estevam Ribeiro Rezende, no baldado intento de que das encostas da velha cidade de Ouro Preto partisse o brado da Independência.⁴⁹

O presidente da Província, Lucas Antonio Monteiro de Barros, com o propósito de resolver a questão, enviou ao Marquês de Maricá, Mariano Pereira da Fonseca, então ministro da fazenda, uma carta em que pedia a remessa de um prelo ou pelo menos a

⁴⁵ PARK, Margareth. *Op. cit.*, p. 108.

⁴⁶ AZEVEDO, Carmem. *Op.cit.*, p. 200.

⁴⁷ Além do Almanaque do OESP, objeto da pesquisa, jornais como *Correio Paulistano*, *Correio de Campinas*, *Diário Mercantil*, *A Platéia*, *La Tribuna Italiana*, *O País* e *Gazeta de Notícias* publicaram seus almanaques nas últimas décadas do século XIX. Já no século XX outros exemplos de periódicos que também realizaram tal empreitada - além do OESP - foram o *Jornal Pedagógico* em 1905, a *Revista do Commercio e Industria* em 1918, o *Correio da Manhã* na década de 1940, o *Correio do Povo* na década de 1970, além dos almanaques da Editora Abril, reunidos em PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. "A Máquina da Memória"- História, Evento e Tempo Presente no Almanaque Abril (1975-2006). Tese de Doutorado. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

⁴⁸ FREITAS, Affonso de. *A Imprensa Periódica de São Paulo desde seus primórdios em 1823 até 1914*. São Paulo: Tip. do Diário Oficial, 1915.

⁴⁹ Idem, p. 10.

licença para que outras pessoas pudessem estabelecer um prelo na província. Barros não recebeu resposta. Nova petição foi necessária para que o governo remetesse os materiais necessários para a criação da tipografia. Só que para não fugir a regra, mais uma vez nada aqui chegou⁵⁰. Cansado de esperar, Antonio Mariano de Azevedo Marques, mais conhecido pela alcunha de “mestrinho,”⁵¹ resolveu lançar em 1823 *O Paulista*,⁵² jornal manuscrito, copiado em folhas de papel comum a bico de pena e distribuído a grupos de cinco assinantes, que se revezavam na leitura do mesmo. Pouco depois, em 1827, surgia *O Farol Paulistano*, já impresso em tipografia própria de propriedade de José da Costa Carvalho que, segundo Freitas, era “já então homem notável na sociedade brasileira e que estava destinado a galgar pelo seu talento, ilustração e fino tato social as mais altas posições na política nacional”.⁵³ Dois anos depois, em 1829, foi criado o *Observador Constitucional*, impresso na mesma tipografia⁵⁴ do *Farol Paulistano*, de propriedade de Libero Badaró,⁵⁵ seguido pelo *Paulistano*, *A Voz Paulistana*, *Correio Paulistano*⁵⁶ e *Federalista*, todos datados da década de 1830 e defensores de ideais políticos.

Nessa década surgiram jornais literários, como o *Amigo das Letras*,⁵⁷ vinculado à Faculdade de Direito de São Paulo, instituição criada em 1828, de fundamental

⁵⁰ Outras províncias, além de São Paulo, conseguiram prelos, cada qual a seu modo, ora por atitudes autônomas, como no caso paulista ou por iniciativa oficial da província. O Ceará conseguiu seu primeiro prelo em 1924, antes, portanto dos paulistas, seguidos do Rio Grande do Sul (1827), Goiás (1830), Santa Catarina e Vila das Lagoas (Atual Maceió-1831), Rio Grande do Norte, Piauí e Sergipe (1832), Mato Grosso (1835/1840), Espírito Santo (1840), Paraná (1849/1853) e Amazonas (1851/1854).

⁵¹ Assim chamado por já aos 15 anos dar aulas de latim.

⁵² O documento que trata da criação do referido jornal data de 17 de setembro de 1823 e nele Azevedo Marques deixaria claro que o jornal ficaria a cargo do diretor (que seria ele próprio) e que se publicaria correspondência de interessados mediante a assinatura e originais das mesmas e que os “subscritores” deveriam o enviar uma importância a casa do diretor para a confecção do jornal.

⁵³ FREITAS, *Op.cit.* p.16.

⁵⁴ A tipografia do Farol passaria para o Governo Provincial em 1835.

⁵⁵ Giovanni Battista Libero Badaró nasceu nos arredores de Gênova em 1798 e formou-se médico pela Universidade de Pavia e Turim. Chegou ao Brasil em 1826 e morou no Rio de Janeiro por dois anos. Depois veio para São Paulo e instalou-se na casa de José Costa Carvalho, fixando meses depois residência a Rua Nova de São José. O jornal fundado por ele, *O Observador Constitucional*, era uma folha de oposição ao regime monárquico que atacava claramente as forças imperiais. Badaró era muito conhecido, sobretudo dos estudantes da Faculdade de Direito, que se reuniam com frequência na residência desse. Depois um ano de publicação de seu jornal começou a sofrer ameaças de morte e no dia 20 de novembro de 1830 foi alvejado na porta de sua casa. Libero Badaró não morreu de imediato, agonizou por um dia, mas teve tempo de relatar os pormenores do acontecido, acusando o ouvidor Cândido Ladislau Japi-Assu de ser o mandante de sua emboscada.

⁵⁶ Em dois momentos da história da imprensa paulista existiu o *Correio Paulistano*. Primeiro em 1831 e depois em 1854. Mas a única coisa que tiveram em comum foi o nome pois eram jornais distintos, dirigidos por pessoas diferentes. O primeiro, como outros jornais de sua época foi efêmero. Já o segundo teve significativa importância e duração.

⁵⁷ *O Amigo das Letras* foi não só o primeiro jornal acadêmico de São Paulo, bem como do Brasil. Muitos jornais e revistas foram fundados por estudantes da Faculdade Direito. Segundo Ana Luiza Martins essas publicações “representava uma corrente de idéias ou de preocupações. O conjunto delas fornece a noção da efervescência intelectual e política que se vivia”. Ver MARTINS, Ana Luiza, BARBUY, Heloisa.

importância para a história cultural paulista, pois além de formar homens que alcançaram renome nacional, como Rui Barbosa, José de Alencar, Castro Alves, Américo Brasiliense etc, preparou bacharéis que, segundo Raquel Glezer, destacaram-se na “própria criação e estruturação do estado brasileiro (...) cuja proclamação em 1889 foi possível graças à intensa campanha republicana, realizada de modo predominante, pelos estudantes e bacharéis desde o final dos anos sessenta do oitocentos”.⁵⁸

Affonso de Freitas afirmou que, a partir dos anos de 1850, em São Paulo, 47 novos jornais foram criados, número que cresceu de forma acentuada, como evidencia a tabela abaixo:⁵⁹

Quadro I: Novos jornais (1851-1890)

Período	Quantidades de novos Jornais
1851 - 1860	55
1861 - 1870	60
1871 - 1880	81
1881 - 1890	273

No entanto, Freitas não apresentou dados a respeito dos almanaques, embora se saiba que, em 1856, foi impresso o *Almanak administrativo, mercantil, e industrial da Província de S. Paulo para o anno de 1857*, pela tipografia de Joaquim Roberto de Azevedo Marques, e o almanaque eclesiástico *Ordo officii divini recitandi*⁶⁰, pela tipografia Dois de Dezembro, de Antonio Louzada Antunes. Em 1857, ambos foram novamente impressos.⁶¹

Em relação às cidades do interior paulista, o primeiro jornal data de 1842, e foi publicado em Sorocaba com o título de *O Paulista*. Em seguida, surgiram jornais em

Arcadas. História da Faculdade de Direito do Largo São Francisco 1827-1997. São Paulo: Alternativa, 1998, p. 45-46.

⁵⁸ GLEZER, Raquel. São Paulo e a elite letrada brasileira no século XIX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 12, nº 23/24 pp. 19-30, set.1991/ago.1992, p.19.

⁵⁹ Informações obtidas de FREITAS, *Op. cit.*

⁶⁰ De acordo com os dados de Ana Maria de Almeida Camargo, o almanaque eclesiástico *Ordo officii divini recitand* foi impresso também nos anos de 1864 e 1865 e interrompemente entre 1877 e 1886. Após rápido desaparecimento, voltou a aparecer em 1888 e é publicado até 1895. Nos anos seguintes, nenhuma edição do almanaque é lançada até 1899, quando novamente é publicado. Ver CAMARGO, Ana Maria de Almeida. *Os primeiros Almanques de São Paulo*. São Paulo: Convênio IMESP/DAESP, 1983.

⁶¹ Idem.

Santos (1848), Itu (1849), Guaratinguetá (1859), Campinas (1860), Taubaté (1861), Pindamonhangaba (1863), Bananal (1867), Áreas (1869) e Caçapava (1870).

Segundo Gastão de Almeida,⁶² entre 1881-1890 foram lançados 312 jornais no interior, média que superou a da capital. Mas assim como Freitas, Almeida não se referiu aos almanaques publicados no período, que existiam em número significativo. Veja-se o seguinte arrolamento parcial, feito por Ana Maria de Almeida Camargo, que noticiou a publicação de almanaques em Taubaté (1864, 1899), Santos (1871, 1887, 1890, 1895), Campinas (1871, 1872, 1879, 1886, 1888, 1892), Rio Claro (1873, 1895), Lorena (1875, 1882), Sorocaba (1879), Pirassununga (1884, 1885), Casa Branca e Rio Novo/S. Sebastião do Tijuco Preto (1888), Amparo e Mogi - Mirim/Mogi - Guaçu (1889), Itu (1890, 1896, 1898), Espírito Santo do Pinhal e São Carlos (1894), Iguape (1899) e Piracicaba (1899)⁶³. Porém, o que mais cabe ressaltar é como, em pouco tempo, tais cifras aumentaram e de que forma aumentaram. De acordo com Heloisa Cruz, nas últimas décadas do século XIX, “fazer jornal torna-se uma das atividades centrais de grêmios escolares, das associações recreativas, dançantes e artísticas, dos grupos literários. Reunir-se para dançar, formar grupos dramáticos e musicais, associações carnavalescas e esportivas era também oportunidade para escrever e fazer imprensa”.⁶⁴ Essa disposição para se publicar e as condições que possibilitaram a empreitada, tem uma ligação intrínseca com a expansão e modernização das cidades, bem como com o surto cafeeiro e a chegada das ferrovias.

Até o começo do século XIX, São Paulo havia realizado apenas o comércio de animais provindos do Sul do país e produzido açúcar. Esse prepararia o planalto paulista para o estabelecimento do café a partir de 1820. O açúcar concentrou-se, sobretudo, na atual área de Sorocaba, Piracicaba, Mogi-Guaçu e Jundiaí. Por volta de 1808, com a queda dos preços do açúcar na Europa, os fazendeiros investiram em outras atividades, como o café, e aproveitaram a infra-estrutura existente até então (prática de acumulação de capital, mão-de-obra e comunicação com a cidade de Santos) para mudar as terras para o novo produto.

As primeiras mudas de café entraram no Brasil por Belém do Pará em 1727 e chegaram ao Rio de Janeiro entre 1760 e 1762, porém nessa fase, o café foi apenas

⁶² ALMEIDA, Gastão Thomas de. *Imprensa do interior: um estudo preliminar*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Arquivo do Estado, 1983.

⁶³ CAMARGO, Ana Maria, *Op. cit.*

⁶⁴ Heloisa contabilizou a soma de 600 publicações de variedade surgidas entre 1880 a 1900. Ver CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em revista: Catalogo de publicações da imprensa cultural e de variedade paulistana (1870-1930)*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1997. p.23.

cultivado em quintais. No ano de 1790, ele se expandiu para Rio de Janeiro e São Paulo e foi introduzido pelo Vale do Paraíba, firmando sua produção nos idos de 1820. O pleno desenvolvimento do mesmo na região deu-se entre 1836 e 1886. Depois, todavia, a produção declinou em consequência de vários fatores; com destaque para a crise da mão-de-obra escrava, que atingiu em cheio o Vale e a expansão do cultivo para o chamado oeste paulista. A expansão originou novos povoados, que aos poucos seriam elevados a categoria de vilas e cidades, como Jaú, Ribeirão Preto, Barretos e Bauru, áreas até então chamadas de sertão.

Os fazendeiros depararam-se ainda com o problema do transporte já que, em 1860, a cidade de Rio Claro era o limite para se obter uma plantação rentável. Os produtores não se arriscavam “a abrir fazendas que distassem mais do que 240 km do porto de Santos, o que impedia que o cultivo fosse muito além de Rio Claro. Todo o café era transportado por tropas, ao longo de estradas”⁶⁵ que na maioria das vezes, não permitiam que outros tipos de veículos por lá transitassem, sobretudo na época de chuvas. Com isso, cerca de 12 mil sacas de café foram perdidas em 1885, devido a ineficácia dos meios de transporte⁶⁶. Para solucionar o problema foram implantadas linhas ferroviárias, a começar pela *São Paulo Railway Company*, chamada de “a Inglesa”, construída inicialmente pelo Barão de Mauá e terminada pelos ingleses em 1866, que ligava Jundiaí a Santos, passando pela capital. Outras estradas foram construídas por iniciativa de fazendeiros com os lucros obtidos com o café, caso da linha Paulista, que ia de São Paulo a Campinas e depois se estendeu até Limeira, Rio Claro, Araras, Porto Ferreira, Jaboticabal e Marília. Já a Mogiana, construída em 1872, saía de Campinas e passava por Jaguariúna, Ribeirão Preto e Franca; a Ituana, também de iniciativa particular unia Itu a Jundiaí; a Sorocabana (1875) ligou Itu a Sorocaba. Alguns anos depois, essa última adquiriu a Ituana e ligou Itu a Mairinque, São Manuel e a região do Paranapanema. Outras ferrovias do café foram a Araraquarense, que data de fins do século XIX e cobriu a região de São José do Rio Preto e Mirassol; a Noroeste, executada pelo governo republicano, que não seguiu tão de perto o roteiro do café.

As transformações aportadas pelo o café na economia paulista durante o século XIX, atingiram não só o interior, mas também a capital da província e foi muito importante no financiamento de ambas as áreas. A partir de meados de 1850, a cidade

⁶⁵ LUCA, Tânia Regina de. Café, Escravo e Estrada de Ferro. *D.O. Leitura Caderno Paulista*, São Paulo, v. XLI, 2002. p. 5.

⁶⁶ Idem

de São Paulo passou por uma série de modificações. Segundo historiadores e memorialistas, a história urbana e cultural de São Paulo começou a se alterar já antes da expansão cafeeira, com a criação da Academia de Direito do Largo São Francisco, justamente em 1828⁶⁷. O que é interessante destacar é que a cidade foi eleita como sede da Academia por ser pacata. De acordo com Raquel Glezer, esta “foi escolhida pelo que se pode acompanhar nas discussões constitucionais tanto pelo clima serrano e frio, em relação ao litoral, considerado mais adequado aos estudos, como pela inexistência nela de outras atrações que pudessem servir de motivos de distração aos jovens”.⁶⁸ Maurício Érnica explicita a ligação da criação da Academia com o contexto da época, em que tratava-se de formar homens hábeis para as funções políticas, mais do que advogados:

Após a independência em 1822, ocorreram mudanças significativas. Sobretudo, foi necessário interiorizar as instâncias de decisão política e recriar a estrutura da província. Para tanto, tornava-se preciso criar espaços de discussão sobre os rumos paulistas e brasileiros, bem como desenvolver um sistema educacional capaz de formar as elites dirigentes e os administradores dos negócios.⁶⁹

A chegada dos estudantes na cidade estimulou a criação de novos serviços, mas houve muitas dificuldades durante todo o período, pois havia falta de casas para alugar, o que obrigou alguns estudantes a recorrer às celas do convento dos franciscanos. Outros obstáculos giraram em torno da carência de professores e ausência daqueles que foram nomeados ora por já trabalharem em outros cargos do governo, ora por doença ou morte. Mas apesar dos empecilhos, a Faculdade resistiu e São Paulo tornou-se conhecida como “burgo dos estudantes”. Há quem questione essa terminologia ressaltando que São Paulo não se transformou logo em uma cidade agitada por causa dos estudantes: “é exagero dizer que São Paulo era uma cidade de estudantes ou que a faculdade a transformou em um núcleo cosmopolita.”⁷⁰ Maurício Érnica baseou sua afirmação em dados que mostram que em 1831, após três anos da criação, apenas seis bacharéis se formaram e nos anos seguintes o número de diplomados não atingiu cifras muito superiores. De 1832 a 1837 graduaram-se 45 alunos, de 1838 a 1851 outros 14 e

⁶⁷ A história da Faculdade começou com os debates da Constituinte em 1823, quando o deputado José Feliciano Fernandes Pinheiro, propôs a instalação de uma Universidade no país. O artigo 179, inciso XXXIII da Constituição do Império - então já pronta - permitia legalmente a criação de colégios e universidades em que seriam ensinados elementos das ciências, belas letras e artes. Por ciência, entendeu-se a do Direito, como fundamental para o Estado. A lei de 11 de agosto de 1827 criou os cursos de Direito em São Paulo e Olinda, sendo que esse último mudou depois para Recife.

⁶⁸ GLEZER, *Op.cit.*, p. 22.

⁶⁹ ÉRNICA, Maurício. Uma metrópole multicultural na terra paulista. In: SETUBAL, Maria Alice (coord.) *A formação do Estado de São Paulo, seus habitantes e os usos da terra*. São Paulo: CENPEC, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

⁷⁰ Idem, p. 163.

de 1852-1856, 35 alunos⁷¹. Dados dessa natureza aliados aos provenientes de cartas⁷² e produções literárias da época levaram Érnica a concluir: “logo, a faculdade cruzou a primeira metade do século XIX com uma limitada expressão quantitativa na vida paulistana, já que representa poucas centenas de pessoas numa população total que passou de mais de 20 mil habitantes em 1836 a menos de 32 mil em 1872.”⁷³

Porém, não só textos historiográficos procuraram mapear a história da cidade. Memorialistas como Ernani Silva Bruno, escreveram a respeito da mesma. Bruno, baseado em uma ampla documentação, afirmou que São Paulo era um “burgo de estudantes” e que esses modificaram a cidade com a sua instalação. E mais, que a Faculdade “despertou” São Paulo de seu “sono colonial”.⁷⁴ Segundo Silvio Lofego,⁷⁵ que estudou o memorialista, Bruno insiste nessa interação entre a Faculdade de Direito e a sociedade paulistana da época. O memorialista dedicou-se, no terceiro volume de sua obra *História e Tradições da Cidade de São Paulo*, a analisar a cidade entre 1828 e 1872. Observa-se que a maioria dos interessados pela vida paulistana concentraram-se a partir de 1870, mas Ernani Bruno debruçou-se sobre o aspecto urbano dessa cidade que, pavimentou vias públicas, proibiu a amarração de animais em esquinas e batentes de portas, cuidou da limpeza de largos e da mudança na arquitetura das casas, isso antes de seu período áureo começar. Ernani Silva Bruno permite avaliar a São Paulo antes e depois de sua expansão, que a mudou profundamente.⁷⁶ O memorialista também convidou a refletir sobre a destruição que a cidade conheceu com a demolição das

⁷¹ Ana Luisa Martins obteve outros dados interessantes: entre 1837 e 1843, houve significativa queda no número de matriculados. O viajante Kidder atribuiu ao caráter antiquado do ensino a baixa procura. Entretanto até o ano de 1875, 74% dos estudantes eram de fora da província de São Paulo. Ver MARTINS, Ana Luisa, BARBUY, Heloisa, *Op.cit.*

⁷² Em cartas a sua mãe, o poeta Álvares de Azevedo (1831-1852), também estudante da Faculdade de Direito, reclamava constantemente do “provincianismo” de São Paulo e de como sentia saudades da Corte. Ver MARTINS, Ana Luisa, BARBUY, Heloisa, *Op.cit.* p. 42-44.

⁷³ ÉRNICA, *Op. cit.* p. 163

⁷⁴ BRUNO. Ernani Silva. *História e Tradições da Cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1954. v.3.

⁷⁵ LOFEGO, Silvio Luiz. *História e Tradição da cidade de São Paulo: memória de uma metrópole*. Dissertação de mestrado. Assis: Unesp/FCL, 1996

⁷⁶ Os escritos de memorialistas como Ernani Silva Bruno e Jorge Americano, utilizados nesse trabalho, foram alvos de elogios e críticas pela historiografia paulista. Muitos os tomaram como objeto de trabalho, caso de Silvio Lofego, e outros como alvo de críticas, a exemplo de Ana Claudia Brefe, que procurou desconstruir o discurso memorialista a respeito da São Paulo de 1870 e 1920 em sua dissertação de mestrado. Na opinião da autora, os memorialistas produziam relatos muito descritivos e afetivos, além de selecionar suas memorialistas, omitindo certos aspectos e celebrando em demasia outros. E ainda “o memorialista aborda o passado como um objeto transparente que ele enxerga por inteiro. Por isso, ele acredita ser capaz de abarcar a totalidade do passado, através de sua narrativa, e de contá-lo em sua verdade absoluta e definitiva”. Ver BREFE, Ana Cláudia Fonseca. *A Cidade Inventada: A Paulicéia construída nos relatos memorialistas (1870-1920)*. Dissertação de mestrado. Campinas: Unicamp/IFCH, 1993. p.7.

igrejas feitas de taipa e de outros imóveis, sobretudo, a partir do Código de Posturas, aprovado em 1875, que proibia rótulas e cancelas nas portas e janelas.

Entretanto, a maior parte da historiografia acerca de São Paulo balizou a década de 1870 como o início dos trabalhos de urbanização da cidade e arrabaldes, com a eleição do João Theodoro Xavier de Mattos⁷⁷ para presidente da Província em 1872. As edificações das casas estiveram entre as primeiras reformas empreendidas, especialmente com a falência do Banco Mauá, por volta de 1875. Muitos dos que haviam empregado seus rendimentos na instituição passaram a investir na construção de casas, já nos novos moldes urbanísticos previstos pela municipalidade. Durante sua gestão, João Theodoro abriu novas ruas - embora ainda em finais do século XIX, São Paulo possuísse muitas ruas estreitas e tortas - prolongou estradas antigas, criou e reformou jardins públicos (como o Jardim da Luz), além de reformar a Várzea do Carmo e ampliar largos, como o dos Curros (atual Praça da República). Com essas modificações, Mattos esperava que:

A Capital, engrandecida, circundada de atrativos e gozos, chamará a si os grandes proprietários e capitalistas da província, que nela formarão seus domicílios, ou temporárias e periódicas residências. O comércio lucrara e ampliando seu consumo. As empresas se fundarão com recursos vastos e acumulados de seus novos habitantes. As forças produtivas da população, enfim, serão mais fecundamente empregadas.⁷⁸

Outra vertente da historiografia acredita que a reestruturação efetiva da cidade só aconteceu a partir da administração de Sebastião José Pereira,⁷⁹ em 1875, substituto de João Theodoro. Ao tomar posse, Pereira reorganizou a Diretoria de Obras Públicas e nomeou o engenheiro Elias Fausto Pacheco Jordão⁸⁰ para cargo de diretor. Muitos historiadores apontam a anódina atuação de João Theodoro, que usou os recursos sem planejamento e construiu obras públicas de modo precipitado, especialmente por entregar os empreendimentos ao capitão da Guarda Nacional, Antonio Bernardo

⁷⁷ João Theodoro Xavier de Mattos nasceu em Mogi Mirim em 01 de Maio de 1828, bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco em 1853 e além de presidente da província de São Paulo, cargo que ocupou até 1875, foi professor de Direito Civil, promotor público e Procurador da Tesouraria da Fazenda. Faleceu em São Paulo em 31 de outubro de 1878.

⁷⁸ Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo pelo exm. sr. dr. João Theodoro Xavier de Mattos, 14 de fevereiro de 1875. Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1016/index.html> >.

⁷⁹ Sebastião José Pereira nasceu em 1833 e bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Foi professor e exerceu o cargo de juiz em algumas cidades do interior. Em 1870, foi chefe de Polícia e entre 09 de junho de 1875 e 18 de janeiro de 1878 foi presidente da Província paulista. Faleceu em 1881.

⁸⁰ Elias Fausto Pacheco Jordão nasceu em São João do Rio Claro em 1849. Foi eleito deputado em 1898 e bastante conhecido no interior paulista. Fundou a Vidraçaria Mariana e faleceu na Europa em 1901.

Quartim⁸¹. Suas obras desfaziam-se antes mesmo de terminadas, como a Rua do Hospício (1873), a Ponte do Gasômetro (1874), ou a torre do Observatório do Jardim Público (1874).⁸²

A partir do decênio de 1870, a capital passou por uma série de reformas em virtude da prosperidade da economia cafeeira, que contribuiu para que a capital fosse vista com bons olhos por viajantes e seu progresso saudado por autores como Júlio Ribeiro, Américo de Campos e Henrique Raffard. Na primeira metade do século, o transporte era feito por veículos estreitos com três ou cinco bancos, puxados por animais sujos e feios, que traziam as iniciais CPV (Companhia Viação Paulista), traduzidas pela população por “Cada Vez Pior.”⁸³ Outra forma de locomoção eram os tálburis, carruagens de aluguel, mais confortáveis que os bondes e que, no entanto, custavam caro - cobrava-se a quantia de 500 réis para curtas distâncias. Em 02 de outubro de 1872 a Companhia Carris de Ferro de São Paulo recebeu a concessão dos transportes e inaugurou a ligação entre o Largo do Carmo e a Estação da Luz. Em 1877 novas linhas surgiram como as do Brás, Mooca, Campos Elíseos, Santa Cecília, Consolação e Liberdade. Os bondes elétricos só foram inaugurados em 1900 pela São Paulo Tramway Light & Power, sem eliminar, porém, os bondes puxados por burros que funcionaram até 1907.

Na década de 1880, velhas propriedades foram remodeladas e outras construídas, como o Palácio da Presidência (1881-86), a Secretaria de Fazenda (1881) e a Faculdade de Direito (1884-85), seguidas da construção de viadutos. O primeiro deles foi idealizado pelo litógrafo Jules Martin (em 1879), que pretendia ligar a zona central, a partir da Rua Direita, à Chácara do Chá, por meio de um viaduto que transporia o vale do Anhangabaú. A idéia encontrou apoio, mas gerou contratempas para os moradores que tiveram suas casas desapropriadas. Em 1892, concluiu-se a construção do viaduto, em estrutura metálica, cuja inauguração foi bastante festejada, pois além de encurtar distâncias, era mais um componente expressivo do progresso da cidade. Outra grande atração foi à inauguração da Avenida Paulista, um ano antes do Viaduto do Chá em 1891, com seus 2.800 metros de comprimento, 28 m de largura, construída por Joaquim

⁸¹ Não foram encontradas informações a respeito de sua vida.

⁸² CAMPOS, Eudes. São Paulo: desenvolvimento urbano e arquitetura sob o Império. In: PORTA, Paula (org.). *História da Cidade de São Paulo: a cidade no Império 1823-1889*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. Eudes Campos ressalta o fato de João Theodoro de Mattos ter sido uma pessoa cheia de idiossincrasias e que sua gestão carece de ser melhor analisada, com mais cuidado pelos historiadores contemporâneos

⁸³ MARTINS, Ana Luiza; BARBUY, Heloisa. *Op. cit.*, p. 60.

Eugenio de Lima (1845-1902), José Borges de Figueiredo e João Augusto Garcia. O nome escolhido expressava o ufanismo e o nacionalismo que marcou a nomeação dos logradouros públicos na última década do século XIX. Já a cidade de Belo Horizonte, inaugurada em 1897, teve suas ruas batizadas como nomes de estados brasileiros, vultos nacionais, rios e tribos indígenas.⁸⁴

Apesar de todos os novos implementos, a cidade continuava com problemas no abastecimento de água. A consumida pela população provinha de chafarizes e de pipas, vendidas na rua. Os primeiros eram constantemente depredados e as segundas insuficientes para abastecerem a população crescente. Em caso de incêndio, a situação tornava-se caótica, pois a cidade não possuía corpo de bombeiros. Em 1892, a Companhia Cantareira (criada em 1877) foi transferida para o governo que, no ano seguinte, esforçou-se para promover um sistema de captação de água na serra e melhorar a distribuição com a construção do Reservatório da Liberdade e ampliação do Reservatório da Consolação. Porém, já no começo do século XX, era evidente que o abastecimento de água e a rede de esgoto ainda eram precários. De acordo com Ernani Silva Bruno, a sujeira presente na água ainda era um problema maior do que a própria irregularidade na distribuição.⁸⁵

A imprensa periódica paulista cumpriu papel importante no processo de transformação da urbe, pois refletiu em si as temáticas que a cidade desenvolveu, já que cidade e a imprensa estão profundamente imbricadas. A partir da segunda metade do século XIX, junto com o crescimento da cidade, os impressos se diversificaram o número de publicações, se multiplicou. Além desses, outros jornais surgiram em sintonia com o novo ritmo da cidade, caso da chamada pequena imprensa irreverente. Essa concentrou-se, sobretudo, no Triângulo Central composto pelas Ruas Direita, São Bento e 15 de Novembro e em suas páginas de forma galhofeira os conflitos e oscilações políticas, os fatos da semana e qualquer coisa que pudesse virar motivo de piada e escárnio eram concebidos. Os jornais irreverentes paulistas, considerados clássicos pela historiografia do tema, foram o *Diabo Coxo*, criado em 1864, e o *Cabrião* de 1866, fundados por Ângelo Agostini.⁸⁶ Tais publicações tinham como foco principal

⁸⁴ SEGAWA, Hugo. São Paulo, veios e fluxos: 1872-1954. In: PORTA, Paula (org.). *História da Cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX (1890-1954)*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

⁸⁵ BRUNO, *Op. cit.*

⁸⁶ O italiano Ângelo Agostini nasceu em Vermute em 1833 e foi um dos caricaturistas mais importantes da época. Na infância viveu em Paris e depois já com 16 anos em 1859 veio para o Brasil acompanhando de sua mãe, Raquel Agostini. Após a falência dos dois jornais que criou, mudou-se para o Rio de Janeiro e lá continuou colaborando em jornais e revistas com desenhos e textos em diversas revistas. Em 1876,

as críticas a respeito dos melhoramentos da capital paulista, como esclareceu Paula Janovitch:

São Paulo crescia, mas não indicava um aumento de condições materiais na cidade na mesma proporção, o que gerava problemas cada vez mais graves, assim como insatisfações e críticas freqüentes, revelados nos jornais, nas atas da Câmara e nas reclamações apresentadas aos poderes públicos pela própria população moradora. (...) O progresso material tornava-se, sem dúvida, um ponto ambíguo e repleto de metáforas para o debate na imprensa em geral⁸⁷.

O abastecimento de água era um desses pontos ambíguos, a que se refere Paula Janovitch e um dos mais criticados pelo jornal *Cabrião*. Como já descrito anteriormente, o sistema era falho e insuficiente. O jornal *O Diário de S. Paulo* tentou mediar à questão entre a população indignada e as autoridades competentes. Enquanto isso, os questionamentos dos jornais irreverentes apareciam na forma de troça e charges. Outros episódios ligados ao cotidiano também foram motivo de chacota como as constantes secas, as enchentes do Tamanduateí, os problemas de higiene e limpeza da cidade, a construção da Praça do Mercado – destinada ao comércio de verduras e legumes -, a estrada de ferro Santos-Jundiaí e seus acidentes e descarrilamentos e, ainda, os atos da Câmara.

Porém, esses jornais humorísticos tinham no mais das vezes, vida efêmera. Nos últimos números de o *Cabrião*, em tom de despedida o periódico e indicava como “*causa mortis*” a falta de pagamento de seus assinantes.⁸⁸ Os jornais irreverentes que conseguiam resistir à efemeridade anunciavam em suas páginas “os mortos” do mês e despediam-se dos irmãos que não resistiram às dificuldades. Com o tempo, surgiram outras folhas como *O Bilontra*, *O Bolina*, *A Tesoura*⁸⁹(1900), *O Buraco*, *O Morcego*, *O Cara Dura*⁹⁰, *O Furinho* (1901), *O Azeite* (1903), *A Flecha* (1902), *O Sem Vergonha*, *El Loro* (1904), *A Farpa* (1910), *O Pirralho* (1911), entre outros.

A partir de 1850, surgiu também a imprensa diária, que abriu as portas para a constituição de jornais, que perduraram por décadas. O jornal *O Constitucional* (1853), publicado pela tipografia Dois de Dezembro, foi a primeira tentativa de um impresso diário. Sua assinatura custava 5\$000 por semestre e o pagamento adiantado, dava direito

criou a *Revista Ilustrada*, do qual ficou conhecido o personagem Zé Caipora, que apareceu também nas revistas *O Malho* e *Don Quixote*. Agostini faleceu no Rio de Janeiro em 1910.

⁸⁷ JANOVITCH, Paula Ester. *Preso por Trocadilho: a imprensa de narrativa irreverente paulistana de 1900-1911*. São Paulo: Alameda, 2006. p. 61.

⁸⁸ Idem, p. 57. Os jornais *Diabo Coxo* e *O Cabrião* fecharam respectivamente em 1865 e 1867.

⁸⁹ Essa folha foi produzida por presos da Cadeia Pública.

⁹⁰ *O Cara Dura* foi o primeiro jornal caricato italiano registrado na cidade de São Paulo no começo do século XX. Esse e *O Sem Vergonha* tinham títulos em português, mas seu conteúdo vinha escrito em italiano.

a publicação gratuita de anúncios de até vinte linhas, vantagem que os assinantes não utilizaram, pois não se sabe se por opção ou pelo fato de o jornal ter se ocupado com o expediente oficial e com os trabalhos da Assembléia Provincial na época.⁹¹ Seguiu-se o *Correio Paulistano* (1854), *O Diário de São Paulo* (1865), *A Província de S. Paulo* (1875), *O Diário Popular* (1884), *A Platéia* (1888) e *O Comércio de S. Paulo* (1893).

De acordo com Heloisa Cruz:

Torna-se interessante apontar que embora a grande parte destes jornais estivesse intimamente articulada às forças políticas e liberais e conservadoras, ora monarquistas, ora republicanas, a discussão sobre a adequação do discurso jornalístico recai justamente sobre a necessidade da neutralidade e da imparcialidade.⁹²

Atentos ao movimento que começava a se estabelecer, vários homens abriram suas tipografias ou ampliaram as que já existiam para responder à nova demanda. Segundo Laurence Hallewell⁹³, as primeiras tipografias em São Paulo começaram a aparecer, ainda que de forma modesta, em 1836 com a gráfica de Costa Silveira, que chegou a imprimir três livros.⁹⁴ Depois em 1845, outra gráfica pertencente a Silva Sobral, deu sinais de sua existência ao publicar *O Tumulto do Povo em Évora*, de José Maria de Avelar Brotero. E, em seguida, de 1849 a 1860 surgiram a *Tipografia Liberal* - que logo se tornaria *Tipografia Imperial* - de Joaquim Roberto de Azevedo Marques⁹⁵, a *Dois de Dezembro* de Antonio Lousada Antunes, a *Tipografia Literária*, *Tipografia da Lei*, *Tipografia Americana* e a *Tipografia de Henrique Schroeder*.

Na segunda metade do oitocentos, a quantidade de tipografias e litografias existentes na capital paulista ultrapassou o número de quatrocentos estabelecimentos. A maioria produzia material para fins comerciais, enquanto outras imprimiram revistas, almanaques e jornais que fizeram parte do surto jornalístico de fins de século. As maiores tipografias como a Vanorden (1890) e Duprat (1906) instalaram-se respectivamente na Mooca e na Rua 25 de março. Contudo seus escritórios e a sede de outras folhas concentraram-se nas ruas do Triângulo, que se tornou um grande

⁹¹ FREITAS, *Op. cit.*, p. 119.

⁹² CRUZ, Heloísa de Faria. A Imprensa paulistana: do primeiro jornal aos anos 50. In: PORTA, Paula (org.). *História da Cidade de São Paulo: a cidade no Império 1823-1889*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

⁹³ HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T. A. Queiroz: Ed. da Universidade de São Paulo, 1985. p. 300, 301 e 302.

⁹⁴ Os livros impressos foram *Questões Sobre Presas Marítimas* de José Maria de Avelar Brotero (1836), *São Paulo em 1836: Ensaio Dum Quadro Estatístico da Província* de Daniel Pedro Muller (1838) e *Resumo de História Universal para Uso da Aula de História e Geografia*, obra de H.L. Poeltz, adaptada por Julio Frank (1839).

⁹⁵ Joaquim Roberto foi o fundador e proprietário do jornal *Correio Paulistano*, fundado em 1854. Com o surgimento do jornal, a tipografia do qual ele era impresso, passou a ser conhecida como a "Tipografia do Correio Paulistano" que imprimiu, sobretudo, folhas redigidas pelos estudantes da Academia de Direito.

conglomerado de publicações. Além das já citadas, pode-se destacar, ainda, a Tipografia Hennies Irmãos (1891), Tipografia a vapor Spindola Siqueira, Tipografia da Indústria de São Paulo (1896), Tipografia Solé Doler (1900), entre outras.⁹⁶ Além das tipografias e oficinas gráficas (litografias), seções de obras de grandes jornais (como *O Estado de S. Paulo*) aglutinaram “contingentes significativos de tipógrafos e trabalhadores gráficos que formariam uma das categorias profissionais mais importantes na condução dos movimentos dos trabalhadores urbanos de São Paulo nas primeiras décadas do século XX, e núcleo animador da importante imprensa operária no período”.⁹⁷

Variados segmentos e grupos sociais começaram a publicar seus impressos. Um dos primeiros a merecer destaque é o formado pelas mulheres. Durante muito tempo, essas foram excluídas de uma efetiva participação na sociedade, o acesso a instrução, bem como da possibilidade de ocupar cargos públicos. As mulheres no século XIX ficavam trancadas, fechadas dentro de casas ou sobrados, mocambos e senzalas, construídos por pais, maridos e senhores⁹⁸. Porém, apesar da situação adversa, escreveram durante o referido século, desde os chamados “cadernos-goiabada”⁹⁹ até diários, romances e jornais. Esses últimos aparecem juntamente com a busca das mulheres pelo espaço público, durante a expansão da cidade. Algumas das revistas e jornais que surgiram foram produzidos para mulheres e fundados e redigidos pelas mesmas, a maioria da elite. A proposta era esclarecer as leitoras sobre os mais diversos assuntos, como campanhas sobre o papel de mãe, de boa esposa e de dona de casa e até mesmo fazer reivindicações objetivas. Embora o jornal *Corymbo* não tenha sido uma publicação paulistana foi um dos pioneiros no ramo.¹⁰⁰

⁹⁶ MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República*. São Paulo: Edusp: Fapesp: Imprensa Oficial do Estado, 2001. p. 170, 171.

⁹⁷ CRUZ, Heloísa de Faria, *Op. cit.*, p. 361.

⁹⁸ TELLES, Norma. *Escritoras, Escritas e Escrituras*. In: DEL PRIORE, Mary. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004

⁹⁹ A expressão escolhida por Lygia Fagundes Telles para designar os cadernos do dia-a-dia das donas de casas, que entre anotações de receitas culinárias e gastos domésticos, anotavam pensamentos, lembranças ou ainda idéias.

¹⁰⁰ Esse jornal foi criado no Rio Grande do Sul pelas irmãs Heloisa de Melo e Julieta de Melo Monteiro em 1884. Entre outros assuntos noticiou qualquer coisa que fosse a respeito da participação das mulheres brasileiras no campo das letras e das profissões. O impresso durou cerca de sessenta anos, fechando só em 1944. Essa informação e as demais acerca da vida das mulheres envolvidas com a imprensa, presentes nas notas posteriores foram extraídas de TELLES, Norma. *Escritoras, Escritas e Escrituras*. In: DEL PRIORE, Mary. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004 e de CRUZ, Heloísa de Faria. *A imprensa paulistana: do primeiro jornal aos anos 50*. In: PORTA, Paula (org.). *História da Cidade de São Paulo: a cidade no Império 1823-1889*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

Na capital paulista mereceram destaque *A Família*, jornal literário criado em 1888 de Josefina Álvares de Azevedo,¹⁰¹ do qual participou Anália Emília Franco.¹⁰² O *Álbum das Meninas*, revista literária de 1898 de Anália Franco, apresentava-se como publicação educativa. A folha literária *A Mensageira*, editada por Presciliana Duarte de Oliveira¹⁰³ entre 1897 a 1900, reunia notícias sobre livros de escritoras brasileiras e estrangeiras, bem como notícias sobre conferências e conquistas profissionais das mulheres. Suas colaboradoras mais assíduas eram Júlia Lopes de Almeida, Narcisa Amália, Francisca Júlia, Josefina Álvares de Azevedo e Guiomar Torrezo¹⁰⁴. Havia também associações culturais que contavam com a presença feminina que lançaram jornais, caso de a *Voz Maternal* (1903), órgão da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo.

A efervescente imprensa periódica de São Paulo foi composta, ainda, por grupos exteriores aos círculos das elites, da cultura letrada e das publicações periódicas de maior vulto.¹⁰⁵ Este é o caso dos imigrantes, que em grande número estabeleceram-se na cidade. Entre 1820 e 1949, 4,8 milhões de pessoas vieram para o Brasil e desses 2,5 milhões estabeleceram-se no Estado de São Paulo. Em 1893 formavam a maioria da população da cidade, com 54,6%.¹⁰⁶ Embora o senso comum associe instantaneamente a palavra imigração aos italianos, é obvio que esses não foram os únicos estrangeiros a imigrar para o Brasil no período. É fato que os italianos foram o grupo estrangeiro que mais emigrou para a cidade até 1940. Entre 1880 e 1889, só na Província Paulista, chegaram 144 mil italianos e durante a década de 1890, mais de 430 mil. E mesmo com a diminuição após 1902, quando o governo italiano proibiu a emigração subvencionada, devido os maus tratos nas fazendas, até 1939, chegaram ao Estado de São Paulo 944 mil

¹⁰¹ Josefina nasceu em Itaboraí, no Rio de Janeiro em 1851 e era irmã do poeta Álvares de Azevedo. O jornal *A família*, criado pela mesma, nasceu em São Paulo, mas foi depois transferido para o Rio de Janeiro e circulou entre 1888 e 1897 sem interrupção. Não se sabe a data e nem o local de seu falecimento.

¹⁰² Anália nasceu no Rio de Janeiro em 1856 e mudou-se para São Paulo com os pais durante a infância e adulta dedicou-se a crianças carentes, órfãs e a periódicos femininos. Faleceu em Minas Gerais em 1919.

¹⁰³ Nascida em Minas Gerais em 1867, foi escritora e jornalista. Em 1890 publicou seu primeiro livro *Rumorejos*, além de contribuir já a época para revistas femininas no Rio de Janeiro. Ao casar-se em 1892 com o professor Silvio de Almeida, mudou-se para São Paulo. Por causa dos sobrenomes parecidos, muitos confundem Presciliana como sendo irmã de Júlia Lopes de Almeida. A escritora também publicou livros didáticos e tornou-se membro da Academia Paulistas de Letras. Faleceu em 1944.

¹⁰⁴ Do grupo citado apenas Guiomar não era brasileira e sim portuguesa. Todas foram escritoras muito conhecidas, sobretudo por suas participações em impressos femininos.

¹⁰⁵ CRUZ, Heloisa, *Op. cit.* p., 369.

¹⁰⁶ HALL, Michael. Imigrantes na Cidade de São Paulo. In: PORTA, Paula (org.). *História da Cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX (1890-1954)*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

italianos.¹⁰⁷ Uma vez na capital paulista, depois de passar pelas fazendas de café, eles estabeleciam-se nos bairros fabris do Brás, Bom Retiro e Belenzinho. Outros nem sequer iam para o campo e permaneciam na cidade mesmo. Os jornais criados pelos italianos, visto que muitos haviam sido tipógrafos em sua terra de origem, apresentavam tópicos peculiares como notícias da Itália, denúncias de maus tratos e injustiças sofridas por imigrantes que se encontravam na cidade e, sobretudo no campo, além de curiosidades de todo tipo, fofocas e vasta publicidade. Os mais conhecidos foram *L'Immigranti* (1885), *Fanfulla* (1893), *La Cronata Italiana* (1898), *Zaza* (1901), *Il Meridionale* (1908) e *Il Roseto* (1903).

Outros grupos imigrantes também marcaram presença na pluralidade lingüística da cidade. O segundo maior ingressante foram os portugueses¹⁰⁸, muitos dos quais se estabeleceram na cidade se trabalharam como artesãos, pedreiros, pintores, marceneiros etc; e publicaram impressos como o *Echo Portuguez* (1897) e *O Lusitano* (1908). Havia, ainda, as publicações dos espanhóis, como *La Gaceta Espanõla* (1897) e *La Voz de Espanã* (1901). Já os imigrantes sírio-libaneses,¹⁰⁹ que começaram a chegar ao fim do século XIX, colaboraram para o jornalismo com *Al Assmany* (1898), *Al Munazer* (1900) e *Al Maranarat* (1901), enquanto os alemães publicaram, por exemplo o *Deutsch-Zeitung* (1897).

Os primeiros jornais da imprensa operária vieram a público entre 1880 e 1890 e assumiram posições diversas: socialistas, anarquistas ou, ainda, de defesa de categorias profissionais. Muitos sugeriam propostas organizativas, projetos de militantes e reivindicações¹¹⁰. Foram muitos os jornais impressos no período, tais como *La Giustizia* (1879), *O Caixeiro* (1894), *Il Riveglio* (1898), *Avanti* (1900), *O amigo do Povo* (1902), *O Chapeleiro* (1903), *A Terra Livre* (1905), *La Lotta Proletaria* (1908), *O Livre Pensador* (1909), *A Vanguarda* (1911) e *A Plebe* (1917).

Entre todos esses grupos que emergiram na cidade em expansão, não se pode deixar de mencionar as folhas publicadas pela imprensa negra: *A Patria* (1890), *O Propugnador* (1907), *O Menelick* (1915), *O Clarim da Alvorada* (1924), *Elite* (1924) e

¹⁰⁷ Idem, p.124.

¹⁰⁸ Os portugueses ultrapassaram o número de imigrantes italianos em São Paulo em 1940, mas sempre imigraram ainda que em grupos pequenos. De acordo com Hall, “a língua comum e as semelhanças culturais parecem ter tornado os portugueses praticamente invisíveis aos historiadores.” Os espanhóis também são deixados de lado e a historiografia a respeito deles é quase escassa. Ver HALL, Michael, *Op. cit.*, p. 133 e 135.

¹⁰⁹ A imigração dos sírio-libaneses foi diferente dos grupos. Eles não vieram subsidiados e também não foram trabalhar nos cafezais. Vieram solteiros e pretendiam ganhar dinheiro e retornar a terra natal.

¹¹⁰ CRUZ, Heloisa, *Op. cit.*, p.371.

A Voz da Raça (1933-1937). Esse último era uma iniciativa da Frente Negra Brasileira, fundada dois anos antes em 1931¹¹¹.

Outros impressos foram publicados ainda no bojo do periodismo de fins do século XIX, como *São Paulo Sportivo* (1892), *A Bycicleta* (1896), *A Vida Sportiva* (1903) e *Ideal Sport* (1905), que tinham por temática o esporte; o *Ensaio Litterario* (1879), *O Aspirante* (1889), *O Jovem Escolar* (1895), ligados a grêmios estudantis; *A Camelia* (1890), *A Mariposa* (1897), iniciativas de sociedades dançantes; *Holophote*, *A Pandereta* (1894), *O Buraco* (1895), folhas que apareciam por ocasião da época carnavalesca; *O Gasparinho* (1893), *Jornal da Casa Barcelos* (1897), *A Chimaphyla Alba* (1898), *O Jornal do Annuncio* (1901), *O Intervalo* (1905), *O Binoculo* (1905) e *A Propaganda* (1906), impressos que divulgavam produtos, conhecidos também por folhas de reclame; *O Boi* (1897), *O Bandeirante* (1900), *Braz-São Paulo* (1902), *O Vagalume* (1907), *A Faísca* (1909) e *A Tribuna da Lapa* (1911), jornais de bairro.

Em meio a todas essas revistas e jornais, as tipografias publicaram ainda correspondências, panfletos, calendários, brochuras diversas e almanaques. Esses últimos foram também empreendimentos de casas livreiras e jornais diários que durante o intenso fluxo de publicações então surgidas, organizaram seus almanaques “com maior ou menor sucesso (...) incorporando de forma crescente informações sobre a cidade, suas instituições, seus hábitos e espaços de cultura e entretenimento, recantos aprazíveis, estabelecimentos de ensino, associações recreativas, clubes de esporte, trazendo como novidade indicadores comerciais e de profissões”.¹¹² Publicações como *Almanach Litterário Paulista* (1876), *Almanach Ilustrado Paulista* (1896), o *Almanaque Ilustrado de São Paulo* (1902), *Almanach Paulistano* (1904), *Almanach da Antártica* (1905) e o italiano *Almanacco*, o *Almanach Ilustrado do Lavrador Paulista* (1905), *Almanaque Commercial Brasileiro* (1918), dentre outros estão fragmentando-se em acervos públicos e privados. Dessa fase, datam ainda folhas que não possuíam o título de almanaque em suas capas, mas que de igual forma, apresentavam conteúdo semelhante a esse. O *Memorial Paulistano*, para os anos de 1862, 1863 e 1866 impressos na Tipografia de Joaquim Roberto Azevedo Marques, constituem-se exemplos.

¹¹¹ A Frente é considerada a primeira agremiação do movimento negro em São Paulo.

¹¹² CRUZ, Heloisa, *Op. cit.*, p. 20.

A grande maioria desses impressos, apesar da importância que tiveram foram efêmeros e “sofreram o mal dos sete números” para usar a famosa frase de Olavo Bilac. Um dos jornais que surgiu no bojo desses impressos e que, ao contrário de muitos outros, não teve vida efêmera foi *A Província de S. Paulo* que, a partir de 1890, modificaria seu nome para *O Estado de S. Paulo*, matutino que também lançou seus almanaques, objeto da presente pesquisa.

1.4 Sobre um jornal e seus brindes

A proposta de fundar um jornal republicano em São Paulo engendrava-se desde meados do século XIX, mas só foi efetivada em 1874, quando Américo Brasiliense e Campos Sales fundaram *A Província de S. Paulo*. Segundo os proprietários do jornal:

A princípio pensou-se em comprar um dos já existentes. Desses, apenas dois defendiam princípios democráticos: “*O Rebate*”, folha acadêmica episódica dirigida por Lucio Furtado de Mendonça, e o “*Correio Paulistano*”, sob a direção de Joaquim Roberto de Azevedo Marques. Neste último trabalhava Américo de Campos, que abria suas colunas à colaboração de correligionários republicanos¹¹³

No Congresso Republicano reunido em 1874, nomeou-se uma comissão¹¹⁴ que ficou responsável pelos assuntos referentes à criação do jornal. Como a tentativa de aquisição do *Correio Paulistano* fracassou, Américo Brasiliense e Campos Sales, que residiam respectivamente em São Paulo e Campinas, passaram a procurar contribuições para o projeto do novo jornal, bem como equipamento gráfico, uma sede e assinantes. A fundação foi realizada com sucesso já que dela fizeram parte cafeicultores¹¹⁵ do chamado Oeste paulista, que entraram com capital para seu fomento, formando assim uma sociedade comanditária. O jornal estabeleceu-se a Rua do Palácio nº 14 e seu administrador inicialmente foi José Maria Lisboa, que havia deixado o *Correio Paulistano*. O primeiro número saiu atrasado, pois pretendia-se iniciar a circulação já

¹¹³ Suplemento do Centenário, nº 01. *O Estado de S. Paulo*. 04/01/1975. p. 7.

¹¹⁴ Integrantes da Comissão: João Tibyriça Piratininga, Américo de Campos, João Tobias de Aguiar, Martinho Prado Junior, Antonio Augusto da Fonseca, Américo Brasiliense e Manoel Ferraz de Campos Salles. Os esforços foram feitos, sobretudo, pelos dois últimos citados, tidos como os fundadores do jornal.

¹¹⁵ Os seguintes fazendeiros fizeram parte de tal sociedade: Américo Brasilio de Campos, Antonio Carlos de Sales, Antonio Pompeu de Camargo, Bento Augusto de Almeida Bicudo, Candido Vale, Major Diogo de Barros, Francisco de Sales, Francisco Glicério de Cerqueira Leite, Francisco Rangel Pestana, João Francisco de Paula Souza, João Manuel de Almeida Barbosa, João Tibiriçá Piratininga, João Tobias de Aguiar e Castro, Jose Alves de Cerqueira Cesar, Jose de Vasconcelos de Almeida Prado, Jose Pedroso de Moraes Sales, Manuel Elpidio Pereira de Queiros, Martinho Prado Junior e Rafael Paz de Barros.

em 01 de janeiro de 1875, mas por problemas técnicos, a primeira edição só apareceu no dia 04 de janeiro, feita em uma impressora Alauzet. O jornal apresentou-se como outros da época, com notícias sobre o café, política, fatos do dia-a-dia, propostas de assinaturas para interessados e folhetins para o entretenimento do público.¹¹⁶

Os folhetins surgiram na França em 1836, quando o jornalista Émile Girardine com o propósito de aumentar as vendas de seu jornal *La Presse*, teve a idéia de pedir a alguns escritores que publicassem seus romances no periódico. O sucesso do empreendimento logo se refletiu nas tiragens do jornal, que passaram de 70.000 para 200.000 exemplares. O folhetim ocupava a primeira página do jornal, no *rez-de-chaussée*, no sentido amplo da palavra, no rodapé. Esse espaço anteriormente era vazio, e muito esporadicamente destinado ao entretenimento. Quando isso ocorria, nele apareciam piadas, charadas, receitas de cozinha etc. Com o tempo, alguns conteúdos dos jornais se rotinizaram e o espaço destinado ao folhetim se firmou, sobretudo com o sucesso de sua publicação. A fórmula do romance-folhetim consistia na publicação do drama em pedaços, encerrados justamente no ápice das situações. Os leitores tinham que aguardar o jornal do dia seguinte para saber a continuação. O gênero folhetim transformou-se então em verdadeira febre. O escritor José de Alencar (1829-1877) em suas memórias relembrou os dias em que esperava ansioso o trem, que traria o jornal e seu folhetim, cujos capítulos recém chegados eram muitas vezes lidos em voz alta para comoção de todos. Em entrevista a João do Rio no seu *O Momento Literário*, Curvelo de Mendonça (1870-1914) também demonstrou grande afeto pelo gênero e seus autores, ao referir-se à sua infância e alfabetização: “*Os Miseráveis*, de Victor Hugo, e os *Mistérios do Povo*, de Eugene Sue, lembram-me ainda como as leituras mais decisivas na formação do meu espírito.”¹¹⁷

Em uma segunda fase, por volta de 1851, a temática dos folhetins não era mais exclusivamente amorosa e surgiram histórias de fundo erótico, exótico, histórico, macabro e judiciário. Esse último abriu as portas para o romance policial. Os capítulos tratavam de sedução, estupro, defloramento seguido de gravidez, orfandade natural ou forçada, irmãos gêmeos - um era rico e outro pobre ou ainda separados pelo acaso -

¹¹⁶ Durante o ano de 1875, o jornal publicou um total de seis folhetins: *Magdalena* de Julio Sandeau, *Tragédia de uma noiva* de Wilkie Collins, *Minha irmã Jeanne* de George Sand, *O velocino* de Theofilo Gautier, *Como se faz um homicida* de A. de Azevedo Coutinho e *A escola do amor* de Teodoro Guerrero.

¹¹⁷ RIO, João do. *O momento literário*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/Dep. Nacional do Livro, 1994. p. 140/141.

incesto, loucura, paixões desequilibradas, mulheres casadas a força, crimes passionais etc. Muitos acreditavam que certos folhetins incitavam leitores a transgredir os valores da sociedade e que ainda forneciam modelos de crimes, por isso o gênero, apesar de expressivas vendas foi, por muito tempo, considerado menor. Alguns folhetins duravam bastante, como *O Conde de Monte Cristo* de Alexandre Dumas, que segurou o fôlego e o interesse dos leitores franceses por cerca de um ano e meio. No Brasil, o primeiro romance-folhetim traduzido, o romance *Capitão Paulo*, de Alexandre Dumas, apareceu no *Jornal do Comércio* em 1838. Por décadas, os jornais do país publicaram folhetins em suas páginas, mesmo após a derrocada desses na Europa.¹¹⁸

A Província de S. Paulo foi o primeiro diário a iniciar a venda avulsa na cidade, o que despertou a atenção do público. O encarregado era um francês chamado Bernard que, montado em um burro e com uma corneta na mão, anunciava a venda do periódico. Porém, apesar do matutino ter se mantido em face a outras publicações efêmeras, atravessou crises em seu início. Uma delas foi a falência do Banco Mauá e Cia (1875), que levou consigo um quarto do capital do jornal. Somado a esse abalo, os diretores da *Província de S. Paulo* enfrentaram muita inadimplência no pagamento das assinaturas. No jornal do dia 20 de abril de 1875 foi publicado um anúncio, que se repetiu vários dias tratando dos problemas acarretados pelo atraso das assinaturas. O texto principiava assim: “A experiência nos tem demonstrado que a cobrança de assinaturas traz notável perda de tempo e lucros às empresas jornalísticas; para fugir as dificuldades resolvemos procurar auxílio entre nossos assinantes, interessando-os na conveniência do pagamento imediato”.

A estratégia encontrada pela *Província* foi gratificar com prêmios os assinantes caso mantivessem em dia seus compromissos. Isso resolveria o problema dos atrasos e poderia também angariar novos assinantes que, interessados nos brindes, subscreveriam o jornal. Esse recurso já havia sido utilizado pelo jornal carioca *República*, sob a direção de Luiz Barbosa. A proposta de *A Província* apresentada nos seguintes termos:

Comprometemos-nos a distribuir dois prêmios, um de 600\$000 e outro 400\$000; ao sorteio dos quais terão direito os assinantes inscritos desde já e os que se inscreverem até 30 de abril do ano corrente, desde que sejam assinantes por um ano e tiverem realizado a importância da assinatura até a referida data de 30 de abril, no escritório deste jornal. Os assinantes atuais de menos de um ano podem retificar suas assinaturas nas condições supra mencionadas, se quiserem tomar parte do sorteio.

¹¹⁸ Durante a consulta ao acervo do jornal *O Estado de S. Paulo*, verificou-se que o periódico trouxe folhetins em suas páginas até meados de 1925, totalizando 50 anos de publicação do gênero. Inicialmente apareciam no rodapé da primeira página e com o tempo foram transferidos para as páginas posteriores, porém sempre na parte destinada ao *rez-de-chaussée*.



Fig. 1. Recibo de assinatura de A Província de S. Paulo de 1875. Reprodução do Suplemento do Centenário, nº 01. *Op. cit.* (AP/TRL)

Apesar de o jornal contar apenas quatro meses de existência, já dispunha de assinantes anuais e semestrais. O preço da primeira era 14\$000 e a da segunda de 7\$000, valores que permaneceram fixos até 1890. O anúncio esclarecia o sorteio dos prêmios:

A distribuição dos dois prêmios referidos far-se-á vista do sorteio da primeira loteria geral do próximo futuro mês de Maio, correspondendo o premio de 600\$000 ao numero que tirar a sorte de vinte contos de réis e o de 400\$000 ao numero que tirar a sorte de dez contos de réis. Para equiparar o numero de seis mil bilhetes da loteria geral ao número de nossos assinantes, subdividiremos aqueles por estes, de modo que caiba cada assinante, em vista de seu recibo, uma serie de números da lista da loteria geral. Assim, dada a hipótese de que no prazo indicado tenhamos mil assinantes, caberá a cada um deles uma serie de seis números da lista da loteria geral; se tivermos dois mil assinantes, a cada um caberá uma serie de três números da loteria; e assim por diante. Em todo caso como nem sempre será possível a subdivisão igual e perfeita dos seis mil números da loteria pelo numero de assinantes, fica desde já estabelecido que a serie menor, a última, pertencerá ao ultimo assinante inscrito até 30 de Abril.

A forma escolhida para distribuir os prêmios foi, portanto, a “loteria geral”. Segundo se pode apurar, a primeira loteria realizada no Brasil aconteceu em Minas Gerais, na cidade de Vila Rica, atual Ouro Preto. O dinheiro arrecadado, além de premiar os apostadores, foi utilizado para construção de cadeias e câmaras de vereadores. Porém, a prática das loterias foi regulamentada somente no século XIX por

D. Pedro II, por meio do decreto nº 357, de 27 de abril de 1844.¹¹⁹ A opção do jornal por essa forma de sorteio provavelmente se baseou no exemplo das prósperas loterias anteriores ocorridas no estado paulista.

Após esclarecer aos leitores de como ocorreria o sorteio, Américo de Campos e Rangel Pestana, então redatores de *A Província de S. Paulo* e subscritores do referido anúncio, explicaram ainda que a quantia equivalente aos dois prêmios já estava nas mãos dos banqueiros que cuidavam dos negócios do jornal e que, naquele momento, *A Província* já havia enviado a documentação necessária para registro do sorteio junto ao Tribunal de Relação da Corte. Caso o órgão não aprovasse o sorteio, caberia aos “srs. assinantes naquelas condições definidas acima (...) indicar-nos um emprego para a quantia destinada aos prêmios: não devendo ela, porém, jamais reverter em benefício da empresa”.

O sorteio foi aprovado e, em 20 de outubro de 1875, anunciaram-se os ganhadores. O prêmio de 600\$000 coube ao Sr. Jorge Seora, residente da capital, e os 400\$000 foram para o Sr. Fidelis Firmino Peruche de Bragança, também da capital.

Daí em diante, o jornal empregou diversas estratégias para manter seus assinantes e também obter novos. No ano de 1876, outro sorteio foi realizado nas mesmas condições e valores do anterior, porém com um diferencial: o jornal todo dia informava a seus leitores o número de concorrentes no sorteio, o que além de incentivar a participação, aumentava a expectativa dos mesmos. Em 17 de maio, o periódico assinalou que 920 assinantes já faziam parte do concurso e no dia 06 de junho foram anunciados como ganhadores do prêmio o Sr. Luiz de Sousa Barros, “estudante de New York e filho do Sr. Comendador Souza Barros, residente na capital”, que ficou com o prêmio de 600\$000, enquanto o de 400\$000, coube ao Sr. José Peres, “ dono de uma padaria na Rua do Rosário também nesta capital.”

Em 1876, a redação passou a funcionar na Rua da Imperatriz que, em 1890, teria seu nome modificado para Rua 15 de Novembro. Os anos seguintes também foram permeados por anúncios dos mesmos prêmios e pedidos de quitação de débitos em

¹¹⁹ Em São Paulo constam que em 1892 Antunes de Abreu era o revendedor autorizado da loteria, seguido em 1925 da Casa Luongo de propriedade de José Luongo e da década de 1930 a 1950 da casa A Preferida de Domingos Fernandes e a casa Fasanello de Ricardo Fasanello. A partir de 1960, o governo decidiu que o poder público deveria explorar o serviço e não mais particulares. A Caixa Econômica em 1962 então realizou a primeira extração no Rio de Janeiro com um total de 40 mil bilhetes divididos em 400 mil frações e com o sorteio de cinco números. O prêmio principal da loteria somou 15 milhões de cruzeiros.

atraso, como o que saiu no dia 04 de Janeiro de 1877¹²⁰: “Rogamos aos Srs. assinantes que se acham em debito com a empresa deste jornal, o obsequio de mandar saldá-lo até o fim do corrente mês, afim de que não sofram interrupção na remessa da folha. Os nossos agentes locais terão a bondade de auxiliar-nos neste empenho”. Apesar dos esforços empreendidos, *A Província* continuou a sofrer com a inadimplência dos assinantes.

No ano de 1882, o jornal mudou de mãos; a sociedade comanditária que o dirigia se desfez e a propriedade exclusiva do periódico passou a Francisco Rangel Pestana. Em 1884, esse vendeu metade do jornal para a empresa de Alberto Sales e, no ano seguinte, tornou a comprá-lo novamente. No mesmo ano, ingressou no periódico um jovem de 23 anos, Júlio César Ferreira de Mesquita.¹²¹ Após três anos de trabalho na redação como redator de artigos de cunho político, envolveu-se na contenda entre Júlio Ribeiro, que assinava artigos intitulados “Cartas Sertanejas”, que atacavam o partido republicano, e Alberto Sales que as respondia com o pseudônimo de Demócrito¹²². Nesse momento, Júlio tornou-se co-diretor do jornal junto com Rangel Pestana e entrou para a política ao ocupar o cargo público de secretário interino no governo provisório de Deodoro da Fonseca. Eleito deputado federal no governo de Floriano Peixoto (1891-1894), não permaneceu tempo significativo no cargo.

Com a Proclamação da República, o nome do periódico foi alterado de *A Província de S. Paulo* para *O Estado de S. Paulo*, título que perdura até hoje. A ascensão de Mesquita à direção exclusiva do jornal marcou um novo período no matutino. Paulo Duarte ressaltou, na biografia que fez do jornalista, que, ao assumir o cargo em 1890, Júlio Mesquita passou a definir o jornal como um corpo único, ou seja, não existia mais o colaborador que falava ou tecia algum comentário, quem o fazia era o

¹²⁰ A partir desse ano, os nomes dos ganhadores não figuraram mais no jornal.

¹²¹ Júlio nasceu em Campinas em 18 de agosto de 1862, filho de Francisco Mesquita e Maria da Conceição Ferreira Mesquita, morou em Portugal quando tinha três anos e lá recebeu as primeiras instruções. Os pais e o menino retornaram ao Brasil logo que o garoto completou sete anos. Segundo Paulo Duarte, que escreveu uma biografia do jornalista e foi seu grande amigo, Mesquita teve contato com o jornal a primeira vez quando contava com apenas 13 anos de idade: seu nome apareceu na lista de aprovados do Colégio Culto a Ciência, publicada em *A Província* logo no ano de sua estréia 1875. No ano de 1878, Júlio mudou-se para São Paulo para ingressar na Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Durante seus estudos nessa, colaborou em vários jornais acadêmicos. Formou-se em 1883 e abriu um escritório de advocacia com Francisco Quirino dos Santos. No ano seguinte casou com Lucila Cerqueira César e passou a colaborar na *Gazeta de Campinas*, cidade que o elegeu vereador em 1885. O interesse então pela imprensa era maior que os sentimentos pela advocacia. Em 1887, de colaborador no OESP passou a fazer parte da redação. Após isso se envolveu de tal forma com o matutino, que tornou-se proprietário desse. Ver DUARTE, Paulo. *Júlio Mesquita*. São Paulo: Hucitec, 1977.

¹²² Para manter o anonimato Júlio Mesquita usava o pseudônimo de Diderot.

ESTADO e, dessa maneira, as pessoas deveriam encarar e se dirigir ao periódico. No início da década de 1890, o jornal atingiu a marca de sete mil exemplares e os brindes para assinantes foram descartados durante três anos. Ainda no começo desta década, o matutino passou a ser propriedade da Cia. Impressora Paulista, conforme o cabeçalho da edição de 19 de outubro de 1890, em que o nome de Rangel Pestana foi substituído pelo de Teixeira de Carvalho.

Em dezembro de 1893 anunciou em suas páginas a entrega de uma folhinha (calendário) como presente de Natal, prática que não se repetiu no ano seguinte. Em 1895, o periódico investiu em algo diferente para atrair assinantes, conforme se anunciou 20 de outubro:

Vamos dar princípio a impressão do nosso almanaque. Destinamo-lo a prêmio que será distribuído aos nossos assinantes, cujas assinaturas terminam em 30 de junho e 31 dezembro do ano próximo futuro. O nosso almanaque será um repositório de informações úteis e conterà além de completa secção agrícola, comercial e industrial uma parte literária composta de artigos escritos pelos Srs. Ferreira de Araujo, Valentim de Magalhães, Coelho Neto, Olavo Bilac, José Barbosa, Julio Mesquita, Eugenio Egas, Gabriel Prestes, Mario Cataruzzo, Ricardo Moreno, Antonio de Oliveira, Amadeu Amaral, Francisco Gaspar e outros. A capa do almanaque será ilustrada pelo distinto artista Julião Machado.

Procuremos bem satisfazer os desejos daqueles que, num livro desta natureza venham colher informações sobre os vários [aspectos] da atividade em que se expande a vida do nosso estado.

Para o almanaque aceitamos, a preço reduzido anúncios de página e meia página, até o dia 30 desse mês.

Qualquer correspondência relativa ao almanaque deveria ser remetida para a Rua 15 de novembro, sob os cuidados de Francisco Gaspar,¹²³ organizador do volume de 1896. O almanaque do *OESP* inseria-se na tentativa de atrair assinantes, o que permite supor que seu responsável se preocupasse em oferecer um produto que agradasse os mesmos. Além disso, a escolha de impresso como brinde também expressava o forte interesse por esses em fins do século XIX.

Em dezembro de 1895, ainda, anunciou-se que os leitores seriam brindados com romances.¹²⁴ No ano seguinte, não se ofereceu mais o Almanaque, mas o assinante poderia optar por receber - mediante pagamento do porte e do registro de envio - um dos seguintes livros: assinantes anuais escolheriam entre *O Alfinete Cor de Rosa*, romance em três volumes de Fortune de Boisgohey, uma rotogravura vinda da Europa ou ainda dois romances, *Titio e o Sr. Vigário* de Jean de La Brete e *Duqueza de Nala* de Julio Piccini; assinantes semestrais receberiam os últimos dois livros. A distribuição

¹²³ A respeito do organizador do almanaque Francisco Gaspar, sabe-se que foi poeta e colaborador em diversos jornais. No capítulo dedicado exclusivamente a análise do almanaque de 1896, sua biografia será discutida com vagar.

¹²⁴ É válido esclarecer que o jornal sempre anunciou os brindes ao final de cada ano e os distribuía no começo do ano vindouro.

desses romances, impressos nas próprias oficinas do *O Estado de S. Paulo*, pode-se entender a partir da ampliação da estrutura do jornal, que passou a dispor de uma importante seção de obras que, não só produzia material para o próprio matutino, mas também atendia uma clientela à parte, composta por fregueses de toda sorte, a procura da impressão de panfletos, folhetos, litografias, jornais, opúsculo etc.

Em 1897, o periódico insistiu-se nos romances citados, dois para os que subscreveram o jornal por um ano e um para os semestrais. Desta feita, os livros foram *A Família Medeiros*, de Júlia Lopes de Almeida, *Quadros e Contos* de Valentim Magalhães e, novamente, *O Alfinete Cor de Rosa*, *Titio e o Sr. Vigário* e *A Duquesa de Nala*. No mesmo ano, o *Estado* informou ter estabelecido agências para o recebimento de assinaturas, de acordo com as estradas de ferro: área da Mogiana, Sorocabana, Paulista, Ituana e Inglesa. Nos anos seguintes, insistiu-se em romances e em dezembro de 1898, a lista era idêntica a exceção dos romances de Júlia Lopes e Valentim Magalhães. Foram incorporados novos títulos: *O Chapéu do Padre*, de Emílio Marchi e *O cura de Favieres*, de George Ohnet (ver quadro II). Em 1899, a novidade foi a opção por uma folhinha “de desfolhar,”¹²⁵ ou os já tradicionais romances, que anteriormente haviam sido publicados em folhetim no *Estado* e que uma vez condensados em livro na oficina tipográfica do matutino, foram distribuídos aos assinantes e vendidos aos demais leitores.

O quadro abaixo sistematiza os brindes distribuídos entre 1875 e 1942:

Quadro II - Prêmios Distribuídos (1875 – 1942)

Data do anúncio	Brinde ofertado	Ano de entrega
04/1875	Loteria	1875
05/1876	Loteria	1876
04/1877	Loteria	1877
07/1878	Loteria	1878
05/1879	Loteria	1879
09/1880	Loteria	1880
08/1881	Loteria	1882
07/1882	Loteria	1883

¹²⁵ Espécie de Calendário em que a cada dia destaca-se o dia anterior.

08/1883	Loteria	1884
07/1884	Loteria	1885
07/1885	Loteria	1886
08/1886	Loteria	1887
07/1887	Loteria	1888
09/1888	Loteria	1889
06/1889	Loteria	1890
08/1890	Loteria	1891
1891	Não houve brindes aos assinantes	
1892	Não houve brindes aos assinantes	
12/1893	Folhinha	1893
1894	Não houve brindes aos assinantes	
12/1895	Almanaque e os romances <i>A mulher do vestido escuro</i> (George Ohet), <i>Vida Burguesa</i> (Antonio de Oliveira)	1896
12/1896	Romances <i>Alfinete Cor de Rosa</i> (Fortune de Boisgohey), <i>Titio e Sr. Vigário</i> (Jean de La Brete) e <i>Duqueza de Nala</i> (Julio Piccini)	1897
12/1897	Romances <i>A Família Medeiros</i> (Júlia Lopes de Almeida), <i>Quadros e Contos</i> (Valentim de Magalhães), <i>Alfinete Cor de Rosa</i> (Fortune de Boisgohey), <i>Titio e Sr. Vigário</i> (Jean de La Brete) e <i>Duqueza de Nala</i> (Julio Piccini)	1898
12/1898	Romances <i>O Chapéu do Padre</i> (Emilio de Marchi), <i>O Cura de Favières</i> (George Ohnet), <i>Alfinete Cor de Rosa</i> (Fortune de Boisgohey), <i>Titio e Sr. Vigário</i> (Jean de La Brete) e <i>Duqueza de Nala</i> (Julio Piccini)	1899
12/1899	Folhinha de desfolhar e os romances <i>Rei de Paris</i> (George Ohnet), <i>O romance de uma nihilista</i> (Ernesto Lavigne), <i>O Cura de Favières</i> (George Ohnet), <i>Alfinete Cor de Rosa</i> (Fortune de Boisgohey), <i>Titio e Sr. Vigário</i> (Jean de La Brete)	1900
12/1900	Romances <i>Os dois rivais</i> (Armand Lapointe), <i>A Alma de Pedro</i> (George Ohnet), <i>A Montanha do Diabo</i> (Eugenie Sue), <i>Aranha Vermelha</i> (F.A), <i>Beatriz</i> (Victor Percetral), <i>O romance de uma nihilista</i> (Ernesto Lavigne), <i>O Chapéu do Padre</i> (Emilio de Marchi)	1901

12/1901	Folhinha e os romances <i>Pobre Joana</i> (Victor Bersírio), <i>O homem da orelha quebrada</i> (Edmond About), <i>O Chapéu do Padre</i> (Emilio de Marchi)	1902
12/1902	Almanaque de lembranças e os romances <i>Viagem Sentimental</i> (Sterne), <i>João Sbogar</i> (Carlos Nedler), <i>O milhão do tio Railot</i> (E. Ruhebourg)	1903
12/1903	Almanaques de lembranças e romances <i>A confissão de um rapaz do século</i> (Alfredo de Muset), <i>O romance de um príncipe</i> (Piérre de Lano)	1904
12/1904	Romances <i>Contos Fantásticos</i> (Hooffmann), <i>Alma Simples</i> (Dostoisky), <i>Duplo Amor</i> (J. H. Rosny)	1905
12/1905	Loteria	1906
12/1906	Loteria	1907
12/1907	Loteria	1908
12/1908	Loteria	1909
12/1909	Loteria	1910
12/1910	Loteria	1911
12/1911	Loteria	1912
12/1912	Loteria	1913
12/1913	Loteria	1914
12/1914	Loteria	1915
12/1915	Almanaque e Loteria	1916
12/1916	Loteria	1917
12/1917	Loteria	1918
12/1918	Loteria	1919
12/1919	Loteria	1920
12/1920	Loteria	1921
12/1921	Loteria	1922
12/1922	Loteria	1923
12/1923	Loteria	1924
12/1924	Loteria	1925
12/1925	Loteria	1926
12/1926	Loteria	1927

12/1927	Loteria	1928
12/1928	Loteria	1929
12/1929	Loteria	1930
12/1930	Loteria	1931
12/1931	Loteria	1932
12/1932	Não houve brindes aos assinantes	1933
12/1933	Sorteio de prêmios em mercadorias	1934
12/1934	Sorteio de prêmios em mercadorias	1935
12/1935	Prêmios em apólices	1936
11/1936	Suplemento de Rotogravura e sorteio de prêmios em mercadorias	1937
12/1937	Suplemento de Rotogravura e sorteio de prêmios em mercadorias	1938
12/1938	Não houve brindes aos assinantes	1939
12/1939	Almanaque	1940
12/1940	Suplemento de Rotogravura	1941

*De 1942 até a década de 1950 o OESP não ofereceu brindes aos seus assinantes, a partir de 1950 não foram verificadas estratégias de angariar assinantes pois tais anos extrapolariam a proposta da pesquisa.

Chama atenção a predominância da loteria, muitas vezes escolhida para premiar os assinantes. Sua presença pode ser interpretada como sinal de que os leitores do jornal aprovavam-na, pois, do contrário, não teria, sido utilizada durante tanto tempo. Também fica claro que, a partir de 1900,¹²⁶ os brindes diversificaram-se e passaram a incluir

¹²⁶ O ano de 1899 encerrou-se com uma grande polêmica sobre quando começaria o século XX: 1900 ou 1901. Os debates renderam matérias nos jornais da época, com cientistas explicando que a transição para o novo século seria em 1901 e não em 1900. Mas mesmo com tais explicações, houve quem comemorasse a chegada do novo século por duas vezes. Além desses esclarecimentos, os jornais publicaram também fartos editoriais, crônicas, fotografias, caricaturas e outras diversas ilustrações, além dos assinantes de vários periódicos receberem brindes na passagem do século. O jornal *A Capital Paulista* saudou o público com um cartão de boas-vindas, *A Platéia* com uma ilustração divertida em que o século XIX era representado por um velhinho partindo de mala e guarda-chuva e o século XX como uma menina, trazida por uma carruagem alada e cheia de malas. Houve quem representasse a transição dos séculos de uma forma mais sisuda como o *Jornal do Brasil*, que, em ilustração feita por Bambino, o século XIX era um senhor de expressão grave, vestido com austeridade e munido de bengala e cartola, que cumprimentava o século XX, um jovem astuto de monóculo e charuto. Os periódicos ainda propagandearam festas (algumas à fantasia) que seriam realizadas por clubes e agremiações, além da própria igreja que além de coordenar as comemorações públicas como procissões, convidou a população a iluminar as janelas das casas com velas e lampiões. Mas a virada do século não foi só feita de comemorações. Muitos acreditaram que essa seria marcada pelo fim dos tempos. O memorialista Jorge Americano, que era apenas um garoto na época, relembrou a apreensão das pessoas:

romances – muitos de autores estrangeiros, conforme se observa no quadro II - calendários, folhinhas e almanaques. Cabe esclarecer que tais almanaques distribuídos nos anos de 1903 e 1904, não são os mesmo estudados na presente pesquisa. Tratou-se de edições especiais, encomendadas pelo jornal a uma tipografia localizada em Lisboa, daí o título desse impresso: “*Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*”. Portanto, não saíram das prensas do jornal *O Estado de S. Paulo* e não são aqui analisados por não se enquadrarem no perfil dos demais almanaques editados pelo jornal.

Esses almanaques possuíam na contracapa retratos de importantes escritores portugueses, seguidos de uma vasta biografia. O Almanaque de 1903 trouxe o de Eça de Queiroz e o de 1904 apresentou o do romancista Luciano Cordeiro. Os *Novos Almanques de Lembranças Luso-Brasileiros* tinham um formato pequeno e eram de sobremaneira literários. Os assinantes anuais do *Estado* receberiam o almanaque e um romance, enquanto os semestrais optavam por um desses brindes.

Quanto às variações no preço das assinaturas, até 1890 não houve mudanças: 14\$000 por um ano e 7\$000, por seis meses. Durante o resto da década, subiram para 20\$000 e 10\$000, e em 1896, fixaram-se em 28\$000 e 15\$000 assinantes, respectivamente. Em 1906, foram novamente aumentadas para 30\$000 e 16\$000, enquanto em 1919, atingiram 35\$000 e 18\$000. De 1924 a 1935, não se alteraram: 45\$000 e 25\$000, com novo aumento em 1936, de 75\$000 e 40\$000 e, em 1939, o montante chegou a 85\$ ao ano e 50\$ para seis meses.

Os romances distribuídos pelo jornal a partir de 1901 foram, sobretudo, de autores estrangeiros, como se observa no quadro II.

“Á meia-noite exata da passagem de 31 de dezembro de 1899 para 1º de janeiro de 1900, o mundo iria acabar, segundo foram informadas as empregadas de nossa casa, as quais, por sua vez, transmitiram a informação a nós, crianças, que ficamos alarmados. A notícia corria por toda parte. Fomos à cata da verdade em outra fonte de informações, meu pai, o qual desmentiu o boato, como lhe foi possível. Os argumentos alarmantes eram fortes: iria tudo escurecendo, as estrelas apagando, esfriaria bruscamente, depois haveria uma explosão e estaria tudo acabado. Claro que esses argumentos eram convincentes. O argumento calmante de meu pai era fraco: ‘ Em cada fim de século era sempre o mesmo boato, mas o mundo nunca acabara, logo, não era agora que havia de acabar’. Entretanto, foi reforçado o argumento. Um jornal da tarde publicou uma nota da polícia, pedindo que a população se tranquilizasse. Nada estava para acontecer. Está bem pensei. Se a polícia diz que não, é porque é não. E não aconteceu mesmo.”

Ver AMERICANO, Jorge. *São Paulo naquele tempo (1895-1915)*. São Paulo: Carrenho Editorial/Narrativa Um/Carbono 14, 2004. p. 36 e MAUAD, Ana Maria. Emblemas do tempo: imagens sobre a passagem do século XIX para o XX na imprensa Carioca. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 4, n.3, p. 533-552, Nov. 1997- Fev. 1998.

Em 1905, anunciavam-se novos brindes. A loteria que havia sido deixada de lado por dezesseis anos seguidos, retornou e foi apresentada nos seguintes termos:

Este jornal resolveu distribuir, por sorte, aos seus assinantes, diversos prêmios no valor de 1:000\$000 de réis para cada milheiro de assinaturas anuais, correspondentes a 1906. Todo o recibo cuja centena for igual a do premio maior da primeira loteria de São Paulo que ao extrair no mês de fevereiro, terá um premio no valor de um conto de réis.

Dessa forma, configurou-se o modo de premiação que duraria cerca de vinte e seis anos, com variações apenas nos valores e que só cessou em 1931. Durante esse período, houve apenas um brinde complementar, o almanaque de 1916. Também se manteve a prática de anunciar os ganhadores. Em 1905, por exemplo, os Srs. Pedro Lafoni (de Amparo), Benedito de Almeida Bueno (Atibaia) e Joaquim Xavier Salles (Cambuí-MG), receberam 1:000\$000 cada. Em 1906, os prêmios foram de valores maiores, na quantia de 5:000\$000, 2:000\$000 e 1:000\$000, mas os nomes dos contemplados não figuraram no jornal. O maior valor oferecido nesse ano justifica-se pelo aumento dos preços das assinaturas, conforme, nota do dia 02 de dezembro:

Levamos outra assim, ao conhecimento dos nossos assinantes que, forçados pelo desenvolvimento, cada vez maior, que esta a nossa folha tornando, resolvemos elevar o preço da assinatura de ano a 30\$000 e o da de semestre a 16\$000. Em compensação, resolvemos também distribuir em prêmios a quantia de 8:000\$000 pelos que reformarem ou tomarem de novo uma assinatura de uma ano até ao dia 31 de dezembro. (...) Oportunamente anunciaremos a loteria pela qual será feita a distribuição.

Em 1907, o jornal passou a ser comandado por uma sociedade anônima e aprimorou seu maquinário, com a compra de prelos rotativos e linotipos, além de estabelecer agências do *Estado* em Santos, Rio de Janeiro, Curitiba, Belo Horizonte, Lisboa e Roma, das quais passou a receber correspondências e telegramas. A tiragem média nessa fase era de 35.000 mil exemplares. Durante os anos seguintes, os prêmios e valores não sofreram alterações. Em 1912, a quantia de prêmios modificou-se para 12:000\$000, distribuídos da seguinte maneira: um de 5:000\$000, um de 2:000\$000 e dez de 500\$000. Nos anos que se seguem a soma total de prêmios passou para 16:000\$000 (1916), 18:000\$000 (1917), 20:000\$000 (1918), 30:000\$000 (1929). Em 1933, os valores não são mais entregues em dinheiro e sim em mercadorias de livre escolha, adquiridas em qualquer casa da capital ou interior. O sorteio dos ganhadores foi marcado para março de 1934. O valor de 100:000\$000, divididos em 500 apólices, foi escolhido para o ano de 1935, o que significa que deixou de lado as mercadorias, não sem esclarecer os leitores: os “prêmios serão em apólices de empréstimo de

consolidação do *Estado de S. Paulo* [a partir de] julho de 1935 – [a] juros de 5%, do valor nominal de 200\$ cada uma”.

O Suplemento de Rotogravura, prêmio dos anos de 1937, 1938 e 1941 continha artigos, seções de fotografia, teatro, moda feminina, arte culinária, novidades de Paris e atualidades locais e do exterior. Suas origens, no entanto, remontam a 1927, quando integrou o corpo central do jornal e era composto por apenas duas páginas, com diagramação diferente e muitas fotografias, de baixa qualidade. O *Estado* chegou a se retratar com os leitores e pediu desculpas pela má qualidade das folhas, com a promessa de melhorá-las. Uma semana depois, o suplemento apareceu novamente no corpo do jornal, dessa vez em melhores condições. No entanto, nas semanas seguintes, deixou de figurar. Em 1930, por ocasião das festas natalinas, a publicação foi reiniciada. Há indícios de que a intenção do jornal fosse o suplemento ao menos duas vezes ao mês, como um caderno extra, distribuído junto com o periódico ou vendido separadamente por \$300 o exemplar. Todavia, acabou sendo impresso de forma muito irregular, o que permite supor que talvez o tenha sido por causa de dificuldades técnicas de produção. No ano de 1934, o Suplemento de Rotogravura saiu uma vez por mês, com dezesseis páginas uma média, nas mesmas dimensões de um jornal dobrado, encartado junto com *O Estado de S. Paulo*. Quase sem nenhum texto, seu conteúdo era formado majoritariamente por fotografias de eventos sociais e políticos, inclusive por imagens das viagens realizadas por Armando Salles de Oliveira ao interior paulista. Após ter sido transformado em brinde de 1942 em diante, passou a circular, segundo anúncio do próprio jornal, todas as semanas, com venda avulsa ou por meio de assinaturas.

Além do Suplemento em rotogravura, a aquisição ou renovação da assinatura dava direito de participar no concurso de prêmios em mercadorias, promovido pela Eclética,¹²⁷ no qual os ganhadores teriam direito a um prêmio de 300:000\$000 e outro de 100:000\$000 (1936). Já em 1937, a data do sorteio foi marcada para 22 de junho do ano seguinte, e ocorreu nas mesmas condições do anterior e o valor das mercadorias foi de 450:000\$000.

¹²⁷ A história da Eclética inicia-se em 1913, momento em que não havia organizações especializadas em distribuir anúncios aos jornais. Diante dessa situação, o jornalista Castaldi e o empresário Bennaton, uniram-se e instalaram a agência Eclética. A empresa adquiriu sucesso e após alguns anos de funcionamento admitiu outros sócios como o gráfico e também jornalista Eugenio Leuenroth e Júlio Cosi. Quando esse entrou na sociedade, Leuenroth foi transferido para a filial do Rio de Janeiro, na qual trabalhou como representante do jornal *O Estado de S. Paulo*. Ver RAMOS, Ricardo. *Do Reclame à comunicação: pequena história da propaganda no Brasil*. São Paulo: Atual Editora, 1987.

O ano de 1939 assinalou a volta do Almanaque, como se informou ao leitor: “Cada assinante anual do Estado para 1940 receberá gratuitamente um exemplar do Almanaque do *O Estado de S. Paulo* que esta sendo organizado. Esse almanaque conterà em suas quatrocentas páginas os assuntos mais variados e a colaboração mais escolhida”. Assim, os assinantes semestrais, não receberiam a publicação. Em 1940, foi distribuído o último brinde, um Suplemento de Rotogravura.

A não premiação em 1932, ano da Revolução Constitucionalista protagonizada por São Paulo, deve-se a uma série de fatores. Com o início da conflagração entre paulistas e o governo em julho, todos os esforços do jornal foram direcionados para o conflito, o que fica evidente nos editoriais e matérias do jornal durante todo o período. Apesar da escassez de papel - um dos primeiros problemas a aparecer - ao ponto de o próprio *O Estado de S. Paulo* sair com apenas quatro páginas, as gráficas do matutino, passaram a imprimir mediante grande esforço e apoio da Liga de Defesa Paulista, edições do *Jornal das Trincheiras*, publicação que se autodenominava “órgão oficial da Revolução Constitucionalista”, distribuído aos domingos e quintas-feiras¹²⁸. Terminado o conflito, a direção do jornal foi presa e exilada, caso de Júlio de Mesquita Filho e seu irmão Francisco, Paulo Duarte e Antonio Mendonça. Só com a nomeação do cunhado de Júlio e Francisco, Armando Salles de Oliveira como interventor paulista, em 20 de agosto de 1933, que os expatriados retornaram ao país¹²⁹.

O fim dos brindes na década de 1940 muito possivelmente deveu-se ao fato de o jornal *O Estado de S. Paulo* ter sido ocupado pela polícia de Vargas em 1940. O matutino retornou a família Mesquita com o fim do Estado Novo, em 1945, porém não mais se insistiu na política de brindes, o que na década de 1950 sugere o esgotamento do modelo que fora empregado para atrair assinaturas. Nessa época, os periódicos já contavam com outras formas de financiamento especialmente a venda de espaços para grandes anúncios publicitários¹³⁰.

¹²⁸ RODRIGUES, João Paulo. Informação e Mobilização: a atuação do jornal *O Estado de S. Paulo* na campanha constitucionalista de 1932. *Patrimônio e Memória*, v.3, n.2, Nov. 2007, p.9/10.

¹²⁹ PONTES, José Alfredo Vidigal. Resumo Histórico de *O Estado de S. Paulo*. Disponível em <http://www.estadao.com.br/historico/resumo/conti4.htm>. Acesso em: 27 mai. 2009.

¹³⁰ Durante a década de 1950 houve um intenso investimento em propaganda. Várias agências de publicidade surgiram e os jornais passaram a obter 80% de sua renda com os anúncios que veiculavam. Os anos 50 foram marcados ainda pela profissionalização da atividade jornalística e o surgimento do curso de jornalismo em várias instituições. No período também foram lançados novos jornais como *Última Hora* (1951) e a reforma de outros como o *Diário Carioca* que inovou o jornalismo ao implantar técnicas como o *Lead*, que consistia em responder no parágrafo inicial da notícia as questões quem, o que, onde, como e por que? Para mais informações ver: ABREU, Alzira Alves de. et al. *A Imprensa em*

Capítulo 2: O Estado de S. Paulo e seus Almanques

2. 1 O almanque de 1896

*“O jornal é toda a alma da cidade, com os seus vícios, as suas misérias e as suas glórias, que fazem tremer de horror ou de entusiasmo, e, que, melhor que todos os livros de filosofia, ensina a conhecer o coração de um povo.”*¹³¹

Para dar impulso ao empreendimento do almanque foi escolhido o jovem poeta Francisco Gaspar Martins, que por vezes se apresentou à imprensa sob o pseudônimo de José Velho. Nascido em Jacareí em 20 de outubro de 1869,¹³² veio a falecer em 21 de abril de 1921 na capital paulista. De sua vida sabe-se que estudou os primeiros anos em sua cidade natal e depois mudou-se para a cidade de São Paulo e empregou-se como tipógrafo na famosa Casa Garraux¹³³. A vida de Gaspar fora sempre ligada às letras. Colaborou em diversos jornais e revistas e foi redator junto com Arlindo Carneiro do semanário *O Allioth* (1888), que na língua volapuk significava abolicionismo.¹³⁴ Publicou ainda versos, crônicas, biografias, críticas, comentários, livros, panfletos etc.¹³⁵ Segundo Luis Correa de Melo¹³⁶, Eugenio Egas o definia como “inteligente,

transição. Rio de Janeiro: FGV, 1996 e ABREU, Alzira Alves de. A modernização da imprensa (1970-2000). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

¹³¹ ALMEIDA, Júlia Lopes. *Livros das Donas e Donzelas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1906. p. 58.

¹³² Coincidentemente o anúncio da impressão do almanque saiu no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia em que Gaspar completava 24 anos.

¹³³ A Casa Garraux foi aberta em 1860, inicialmente na Praça da Sé e depois instalada na Rua 15 de Novembro pelo francês Anatole Louis Garraux, ex-funcionário da Livraria Garnier. O intuito era então abastecer com livros jurídicos seu estabelecimento com vistas a suprir a demanda que o contingente de estudantes da Faculdade de direito do Largo São Francisco necessitava, porém seus negócios foram bastante variados e comercializou diversos produtos. Lá também se reuniam os homens de letras, o que fez com que seu estabelecimento se tornasse espaço de sociabilidade na época. Com a prosperidade dos negócios, Garraux, veio a ser o maior livreiro da cidade nas últimas décadas do século oitocentista. Ver DEAECTO, Marisa Midori. *No Império das Letras: circulação e consumo de livros na São Paulo oitocentista*. Tese (Doutorado em História Econômica). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

¹³⁴ NOBRE, Freitas. *História da Imprensa de São Paulo*. São Paulo: Leia, 1950. p.78.

¹³⁵ De sua bibliografia constam as seguintes obras: *Tiradentes, Ninféias, A revolução, Uma visita agradável, Florário, Flutuantes, Brumas, Calvario dos sonhos, S. Paulo, Os acadêmicos, Frivolidades, Menina e Moça, Mendigo*.

¹³⁶ MELO, Luís Correa de. *Dicionário de Autores Paulistas*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1954.

afetuoso e resignado”. Ainda de acordo com informações de Melo, em 1899, Gaspar entrou para o quadro de serviços públicos da prefeitura e lá se aposentou. Além disso, foi político-socialista e candidatou-se a deputado estadual pelo Partido Operário.

Uma vez escolhido como responsável pela organização do almanaque de 1896, Francisco Gaspar teve consigo a incumbência de decidir o que faria parte do conteúdo, como seria a disposição interna dos itens escolhidos, quais autores colaboraram e mesmo apesar de todo o esforço, não achou que o resultado final estava de acordo com o pretendido, como deixou claro na sua apresentação intitulada *Nosso almanaque*.¹³⁷

O presente almanaque não é mais que um ensaio. Falto-nos o tempo necessário para colher todas as informações de interesse geral. Tem ele muitas faltas que só com o tempo serão sanadas. Como dissemos, destinamo-lo a prêmio que será distribuído aos assinantes do Estado. Pretendíamos que fosse ele um verdadeiro repositório de informações úteis, no entanto, apenas mostramos boa vontade, tal foi a escassez de tempo. Esperamos que o outro seja mais completo. É esta a explicação que julgamos de nosso dever dar aos leitores.

Gaspar desculpou-se pelo fato do almanaque não ter saído da maneira que se gostaria e usou como justificativa a falta de tempo para compô-lo. Isso talvez explicasse também a ausência de artigos de todos os literatos que o anúncio publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* do dia 20 de outubro previra.

¹³⁷ O tipo de apresentação feita por Gaspar no almanaque aparecia nos jornais e revistas então criados sob o título de “Artigo de Fundo”. Esse era de praxe no primeiro número de lançamento do impresso e divulgava a que vinha a nova folha, sua proposta literária, a linha ideológica ou qual lacuna pretendia preencher. Na maioria das vezes, o artigo de fundo era redigido em poucas palavras e com o texto corrido. Poucos eram feitos utilizando-se o recurso da poesia.



Fig. 2. Capa do *Almanaque d'O Estado de S. Paulo de 1896*. (IEB/USP)

Os trabalhos a respeito desses literatos, homens-de-letras, cresceram muito nas últimas décadas e constituem parte expressiva da historiografia nacional. Muitos são oriundos de áreas diferentes as da história, como a obra *Estrutura Social da República das Letras*, de Machado Neto¹³⁸, que procurou analisar comparativamente dados biográficos de diversos autores a partir de determinados critérios¹³⁹. Com as informações obtidas, o pesquisador conseguiu criar um panorama sociológico da vida intelectual brasileira entre os anos de 1870 e 1930, que incluiu uma definição das gerações até então, a constituição de um grupo literário, seus interesse e idéias e ainda o binômio: profissão e vocação.

Um dos grupos classificados por Machado Neto, os nascidos entre 1848-1862, que tiveram como epônimos¹⁴⁰ Aluizio Azevedo, José do Patrocínio e Alberto de Oliveira, foram considerados a geração parnasiana, estreatantes da ficção naturalista e arautos do movimento abolicionista e republicano. Desse fazem parte dois colaboradores do almanaque do *Estado* de 1896, os irmãos Valentim e Henrique de Magalhães.

¹³⁸ MACHADO NETO, Antonio Luis. *Estrutura Social da República das Letras*. São Paulo: Grijalbo, 1973.

¹³⁹ Os itens que os compõe são o ecológico, o comportamento social, o comportamento político, a sensibilidade social, a capacidade de agregação social, o êxito sócio-literário e o grau de especialização.

¹⁴⁰ Segundo Machado Neto o epônimo seria a figura de proa do grupo.

O grupo de colaboradores escolhidos para compor o almanaque de 1896 foi composto por doze homens, que eram de segmentos diversificados. Dos nomes que constam no impresso, quatro foram literatos conhecidos a época (Valentim de Magalhães e seu irmão Henrique de Magalhães, Antônio de Oliveira e o próprio Francisco Gaspar), enquanto outros dois são respectivamente ligados ao *O Estado de S. Paulo* como leitor (Ricardo Azamor) e correspondente do mesmo (Ernesto Leão Brazil). Os outros quatro que fazem parte do quadro de colaboradores utilizaram pseudônimos, o que dificultou sua identificação (F. Oliveira, Sparg, Eurico e Ricardo Moreno). Dentre os não brasileiros, destaca-se o consagrado e clássico Bocage e o escritor Ramón de Campoamor, na época ainda vivo. Provavelmente escolhidos pela admiração que Gaspar devotava a eles.

Do primeiro grupo, já apresentado Francisco Gaspar, destaca-se Valentim de Magalhães, nascido no Rio de Janeiro em 16 de janeiro de 1859 e aluno da Faculdade de Direito do Largo São Francisco em 1877, tempo em que colaborou em vários periódicos acadêmicos como a *Revista de Direito e Letras*, *Labarum* e *República* a mesma que participou Júlio Mesquita. Enquanto era aluno da Faculdade, escreveu três livros: *Idéias de moço* (1878), em parceria com Silva Jardim, *Cantos e Lutas* (1879), obra nitidamente influenciada pela poesia socialista e *O General Osório* (1880). Nessa época escreveu também peças para o teatro como *Amostra de Sogra* (1880), com Filinto de Almeida. Uma vez diplomado bacharel em Direito em 1881, continuou a fazer poesia, teatro, além de contos, romances, críticas, traduções, além de atuar como advogado e professor na Escola Militar.¹⁴¹

Mas apesar de todas essas ocupações, a sua atuação em jornais e revistas foi o que o tornou conhecido no meio literário. Esteve a frente da redação de *A comédia*, *O Boêmio* e *O Entr`Ato* (1881), além de dirigir com Max Fleiuss *A Semana* entre 1885 e 1888 e depois de 1893 a 1895, impresso que tinha denominação e pretensão de revista, mas aparência de jornal¹⁴². Em 1897, Valentim publicou *Flor de Sangue*, que ficou muito conhecido entre seus pares por ter sido um total fiasco e ter angariado críticas ferrenhas de José Veríssimo. No entanto, Valentim Magalhães preferia muito mais a sua

¹⁴¹ Para compor o panorama da vida dos colaboradores do almanaque de 1896 foram consultados COUTINHO, Áfranio, SOUSA, J. Galante. *Enciclopédia de Literatura Brasileira*. São Paulo: Global Editora: Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/DNL: Academia Brasileira de Letras, 2001, MELO, Luís Correa de. *Dicionário de Autores Paulistas*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1954 e MENEZES, Raimundo de. *Dicionário Literário Brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 1969.

¹⁴² MARTINS, Ana Luiza, *Op.cit.*, p. 74.

inserção na busca de causas e polêmicas do momento, divulgação de outros escritores e redação e direção de periódicos, do que se concentrar em produções literárias. Atitudes que evidenciaram essa posição foi seu envolvimento com a tentativa de criação da Academia Brasileira de Letras¹⁴³ em 1896 e o assombro diante da intempérie do Encilhamento¹⁴⁴, que embora ocorrida durante o governo de Deodoro da Fonseca (1889-1891) foi o plano de fundo do conto *Casa Alegre* publicado no *Almanaque d'O Estado de S. Paulo* em 1896. Nesse, Valentim expôs ainda as mazelas e contrariedades da sociedade.

O irmão de Valentim, Henrique de Magalhães, nascido no Rio de Janeiro, em 1856, também foi um dos colaboradores do almanaque. Henrique era teatrólogo, e não se sabe muito a respeito de sua vida e nem a data de sua morte, apenas que fez parcerias com Valentim como foi o caso de *A Mosca Azul* e que escrevia sob os pseudônimos de Enrico e Gomes da Goma. Para o almanaque, Henrique escreveu a poesia *A Escrita Divinal*, composta em São João Del Rey e datada de 04 de fevereiro de 1895, em que analisou, desdenhou e enalteceu o antigo provérbio “Deus escreve certo por linhas tortas”.

Já o último integrante do primeiro grupo de literatos do almanaque, Antonio de Oliveira, hoje praticamente esquecido, nasceu em Sorocaba em 30 de junho de 1874 e entre suas diversas ocupações foi poeta, contista, cronista, romancista, jornalista e político, e na época foi premiado com uma menção honrosa da Academia Brasileira de Letras, além de ter sido ele mesmo, um dos membros - fundadores da Academia Paulista de Letras em 1909. Além de colaborar em diversos periódicos escreveu ainda *Brumas* (1893), *Vida Burguesa* (1896), *Marco Montenegro* e *Sinhá* (1898), *O Urso*

¹⁴³ Os empecilhos gerados para a efetivação da ABL por parte do governo irritaram ao extremo alguns literatos envolvidos, que, no entanto, tentaram manter uma atitude diplomática e cautelosa, diferente de Valentim Magalhães, que em artigo publicado na revista *A Notícia* de 14 de novembro de 1896, condenou a república e exigiu uma postura de apoio a academia. Acusou-a ainda de incoerente e de instaurar um sistema pior que o parlamentarismo do Império. Valentim foi cáustico também não só com os dirigentes do país, mas também com todos os que ignoravam o valor que tinha a literatura para uma nação. Quando a Academia Brasileira de Letras surgiu de forma independente, com sessão inaugural realizada em 20 de julho de 1897, Machado de Assis foi aclamado membro presidente e Valentim de Magalhães ocupou a cadeira nº 7, cujo escolhido para patrono foi Castro Alves. Após a morte de Valentim em 1903, a cadeira foi ocupada por Euclides da Cunha, eleito em 1903, cuja posse só foi tomada em 1906. Com a morte desse Afrânio Peixoto foi eleito em 1910. Ver RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Campinas: Editora da Unicamp/CECULT, 2001.

¹⁴⁴ Esse acontecimento foi uma grande polêmica no início da República. Valentim teria sido um dos que prosperaram com a nova política adotada por Rui Barbosa e um dos que perderam tudo logo depois. Além de aparecer como plano de fundo em seu conto, o encilhamento foi tema de outros livros como *A Capital Federal* (1893) de Coelho Neto, *O Encilhamento* (1894) de Taunay e *A Falência* (1891) da escritora Júlia Lopes de Almeida.

(1901) etc. No almanaque, publicou *O Retrato*, conto que narra o encontro de dois amigos que conversam sobre amores antigos e trágicos.

O segundo grupo formado por Ricardo Azamor e Ernesto Leão Brazil, constituiu-se de homens que buscaram na escrita de poesias e contos, qual seja, uma forma de lazer, visto que ambos não faziam da escrita sua atividade central, diferente do primeiro grupo apresentado. Informações mais detalhadas da vida desses dois homens não foram encontradas. A respeito de Azamor, a única referência que foi localizada é uma pequena notícia presente na seção Notas e Informações do jornal *O Estado de S. Paulo* de 13 de janeiro de 1896:

Segue hoje para Capivari, em comissão, a fim de tomar conta da respectiva coletoria o escriturário do Tesouro do Estado, Sr. Ricardo Azamor.

As duas linhas citadas e a presença de seu nome entre os que trabalham no Tesouro do Estado são as únicas informações que se dispõe de Ricardo Azamor. No almanaque, ele publicou *Duo Intimo*, poesia curta com apenas quatro estrofes. Já sobre Brazil, é o próprio almanaque que forneceu alguma pista sobre sua pessoa. Na página 229 está o anúncio do escritório de “Ernesto Leão Brazil, segundo tabelião e escrivão do judicial, correspondente de *O Estado de S. Paulo* em Dois Córregos”, segue o endereço desse a Rua 13 de Maio, esquina da Avenida 7. Outra informação a respeito de Ernesto é que em sua cidade, Dois Córregos, foi proprietário do jornal *O Combate*. Como colaborador, mandou para publicação *Dois Romances*, conto em que relembra seus tempos de infância.

Aqui cabe refletir sobre a questão dos literatos terem vivido ou não apenas de literatura. Segundo Machado Neto não era possível obter remuneração suficiente apenas com atividade intelectual, salvo aqueles que viveram desse modo em determinado período da vida e assim mesmo utilizando-se gratificações oriundas do jornalismo.¹⁴⁵ O pesquisador afirmou que muitos escritores tentaram a época sugerir o contrário:

Tal como foi o caso de Aluizio de Azevedo que ao retornar ao Rio, depois de sua primeira tentativa frustrada de viver na corte como desenhista, e do retorno a província natal, donde trouxe o sucesso de *O Mulato*, teria vivido exclusivamente de pena, afirmação que produziu o chiste de Valentim de Magalhães observando que então “o pão era simples, porquanto as letras no Brasil ainda não davam para a manteiga.”¹⁴⁶

Na verdade, ainda segundo Machado Neto, Aluizio conseguiu dedicar-se à literatura por certo tempo, pois associou essa a atividade jornalística e após arrumar um

¹⁴⁵ MACHADO NETO. *Op cit.*,

¹⁴⁶ Idem, p. 78.

emprego diplomático, não produziu mais nada além de um livro de viagens ao Japão. Dentre os sessenta escritores estudados pelo pesquisador, nenhum vivia exclusivamente de literatura e somente cinco deles combinavam a atividade com apenas uma profissão, geralmente a pública. Quarenta deles exerciam variadas profissões e a grande maioria era envolvida com o jornalismo, ora como colaborador, ou na direção de jornais e revistas. A questão adquiriu tal proporção que até fez parte do inquérito promovido por João do Rio, feito a vários escritores no começo do século XX. A questão era a seguinte: o jornalismo, especialmente no Brasil, é um fator bom ou mau para a arte literária?¹⁴⁷ Houve quem achasse positivo como Olavo Bilac, Silvio Romero, Medeiros Albuquerque, Garcia Redondo e quem discordasse, caso de Luis Edmundo, Clóvis Beviláquia, Guimarães Passos e Silva Ramos. Para outros, era, ao mesmo tempo, bom e mau, conforme opinião do Padre Severino de Resende.

O próximo grupo de colaboradores é composto pelos que utilizaram pseudônimos, o que comprometeu o mapeamento de suas vidas e o esclarecimento quanto a sua participação, seja na literatura ou na sociedade da época. O primeiro é F. Oliveira, que mandou para publicação algumas charadas, seguido de Eurico, que escreveu o poema *A um Nariz vermelho*, no qual achincalhou o nariz protuberante de “alguém,” elementos comuns na imprensa irreverente da época. Já Ricardo Moreno, colaborou com o conto *As Uvas* em que o narrador entorpecido pelo vinho e as uvas da casa de uma amiga viúva acabou nos braços dessa. O último colaborador desse grupo anônimo foi Sparg, que teceu considerações sobre a palavra almanaque, bem como escreveu uma nota intitulada *Traços e Notícias*. Nessa discorreu sobre a longínqua origem da palavra poesia, elegendo *A divina Comédia* de Dante uma obra prima da arte moderna. Ressaltou ainda que entre os poetas líricos brasileiros havia muitos notáveis, sobretudo o jovem Antônio de Oliveira, o mesmo colaborador do almanaque referido anteriormente. Sparg desmancha-se de elogios a Oliveira, já que seria lançado seu novo livro *Vida Burguesa*.¹⁴⁸ Cabe destacar, que apesar desse grupo ser de colaboradores desconhecidos, pode-se supor que talvez o pseudônimo Sparg, seja o próprio Francisco Gaspar, afinal, como o poeta era o então organizador do Almanaque, deveria gerenciar os textos para o exemplar de 1896, logo, também atribuir supostas autorias. Essa

¹⁴⁷ RIO, João do. *O momento literário*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/Dep. Nacional do Livro, 1994.

¹⁴⁸ Esse livro foi um dos prêmios que os assinantes de *O Estado de S. Paulo* receberam em 1896. Assim, fica claro que os premiados receberam um brinde que havia acabado de ser lançado.

hipótese se torna ainda mais contundente pelo fato de Sparg, ser talvez, um anagrama para o nome Gaspar.

O grupo final é composto por dois estrangeiros, o português Bocage (1765 - 1805) e o espanhol Ramón de Campoamor (1817 - 1901). Para o almanaque foram escolhidos respectivamente os poemas *O Macaco Declamando* e *A Crença e a Caraça*.

O *Almanaque d'O Estado de S. Paulo* para 1896 é nitidamente permeado por poemas, o que coincide com o fato de seu organizador ser um poeta, ligado sobretudo à poesia romântica. O gênero poesia tinha bastante prestígio, apesar de ser o de menor rentabilidade econômica¹⁴⁹. Como a publicação de livros, sobretudo os de poesia, era difícil, muitos se valiam de impressos como os almanaques ou revistas de variedades para publicar seus versos.

Além da colaboração literária, o conteúdo do almanaque era composto por anúncios diversos. Com o desencadeamento da revolução científica e tecnológica, a partir da segunda metade do século XIX, a procura por novos produtos e, conseqüentemente, a oferta desses aumentou, provocando uma espécie de acirramento tanto entre aqueles que produziam bens como os que vendiam seus serviços. Passou-se então a usar a publicidade como mecanismo para venda. De acordo com Ana Luiza Martins, essa evoluiu em três momentos, percebidos igualmente no Brasil. O primeiro começou por volta de 1870 quando o anúncio classificado surgiu de modo lacônico e direto, no qual apenas informava ao leitor do que se dispunha no mercado.¹⁵⁰

Em um segundo momento, já na última década do século oitocentista, os anúncios passaram a ser vinculados não só com textos, mas também com imagens e depoimentos de pessoas que fizeram uso do produto e aprovaram-no. Nessa fase ainda houve um grande desenvolvimento de anúncios da farmacopéia moderna e de diversos serviços que se auto-afirmavam rápidos e eficientes. Por último, após a Primeira Guerra Mundial, os anúncios publicitários passaram a vincular os elementos do conflito, sobretudo por influência dos periódicos estrangeiros, como capacetes e tanques, para mostrar força, aviões para exprimir velocidade e corpos musculosos - vigorosos como elementos de saúde e higiene. No Brasil, as propagandas apresentaram ainda a paisagem nacional com coqueiros, matas, a Guanabara, o Corcovado, além de figuras do povo brasileiro como o índio, a baiana com tabuleiro de doces, o tocador de realejo etc. As ilustrações apareceram de forma diversificada, com predominância de caricaturas.

¹⁴⁹ MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em... Op. cit.* p., 151.

¹⁵⁰ Idem. p. 254.

Para anunciar no *Almanaque d'O Estado de S. Paulo* para 1896 era preciso pagar a soma de 12\$000 para anúncios de meia página e 20\$000 para os de página inteira, conforme informou o jornal em 20 de outubro de 1895. Esses valores estavam bem acima daquele cobrado dezoito anos antes por José Maria Lisboa ao publicar a chamada do seu *Almanach Litterario de São Paulo para 1878*, nos classificados de *A Província de S. Paulo*. Na época Lisboa cobrou 6\$000 para uma publicidade de meia página e 8\$000 para uma página inteira.

A publicidade no almanaque ocupou boa parte de suas páginas, totalizando 81 anúncios. O jornal *O Estado de S. Paulo* teve o maior número de anúncios com cerca de vinte e seis propagandas, divididas em pedidos de colaborações e envio de correspondências relativas ao almanaque para a sede do jornal na Rua 15 de Novembro - o que evidencia que a direção do jornal tencionava uma nova edição do almanaque para o ano de 1897, algo que não se realizou -, anúncios de assinaturas do jornal e venda de romances da “livraria de o Estado” como *A Mulher de Vestido Escuro* e o já referido, *Vida Burguesa*, de Antônio de Oliveira.

Em segundo lugar, vinham os anúncios de tônicos, no total de 13 publicidades, das quais o Elixir M. Morato, propagado pelo “Dr. Carlos de Botucatu”, foi o mais divulgado. O depurativo, conforme anunciava-se, era composto de um vegetal encontrado nas matas de São Paulo, antiga receita indígena revelada pelo chefe de uma tribo de índios e aprovado pela Junta Central de Higiene do Rio de Janeiro e autorizado pelo governo, o que significava uma garantia a mais dos benefícios do remédio indicado para morfêia, sífilis, reumatismo e outras enfermidades. Esse era vendido em São Paulo e no Rio de Janeiro e possuía efeitos miraculosos, enaltecidos por seu slogan “A felicidade da humanidade é a descoberta do Elixir M. Morato” e os depoimentos de pessoas que haviam se curado com o produto, conforme os anúncios desse, presentes nas páginas do almanaque:

Foi o uso do Elixir M. Morato que curou-me de umas feridas de mau caráter que tive a muito tempo sem poder obter melhoras com muitos medicamentos que tomei. Hoje graças ao grande depurativo - Elixir M. Morato - propagado por D. Carlos estou completamente bom. Mandem publicar essa para bem da humanidade.

Araras - F. de Andrade Costa

Além do interior, pessoas de outros lugares atestavam o poder miraculoso do depurativo, como fez Padre Felício, também usuário:

Foram seis anos de entevado com reumatismo que gemia herocaimente, a combatê-lo sem proveito, e com assistência medica assídua. Sarei agora, felizmente, usando algum tempo

com persistência e fé, do remédio indígena denominado - Elixir M. Morato – propagado pelo D. Carlos. A salvação da humanidade [que é] vítima da sífilis e reumatismo está em usar o Elixir M. Morato. Bendito seja o senhor!

São Paulo – Padre André Felício da Silva

Seguiam-se outros depoimentos, como o de Antônio João do Nascimento, de Pirassununga, cuja esposa D. Etelvina, sofria de morfêia devido uma recaída do pós-parto e do Capitão Quirino, residente do Rio de Janeiro, que combateu na guerra do Paraguai e desde então sofria de reumatismo e sífilis. Já o Dr. Antonio Monetti confidenciou que recebeu uma caixa do elixir na Itália, enviada por Vitaliano Rotelline, diretor do *Fanfulla* e que ficara extasiado com os efeitos do produto. Rotelline, por sua vez enfatizou a limpeza e a higiene do laboratório do D. Carlos, desde a fabricação até a expedição do produto, o que comprovou por meio de uma visita ao fabricante.



Fig. 3. Anúncio do jornal de o *Estado*



Fig. 4. Anúncio sobre o recebimento de colaborações para o Almanaque de 1897, o que demonstra que tinha-se a intenção de uma segundo volume que no entanto não foi concretizado. (AP/AMAC)

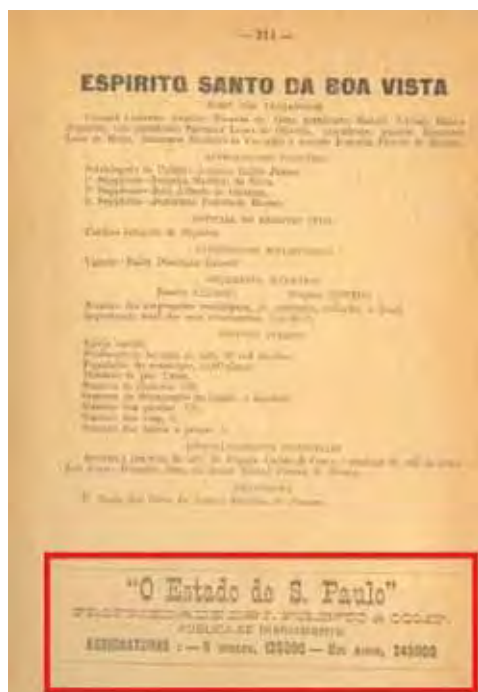


Fig. 5. Muitos anúncios sobre a assinatura do jornal apareceram junto as descrições das cidades do interior.(AP/AMAC)

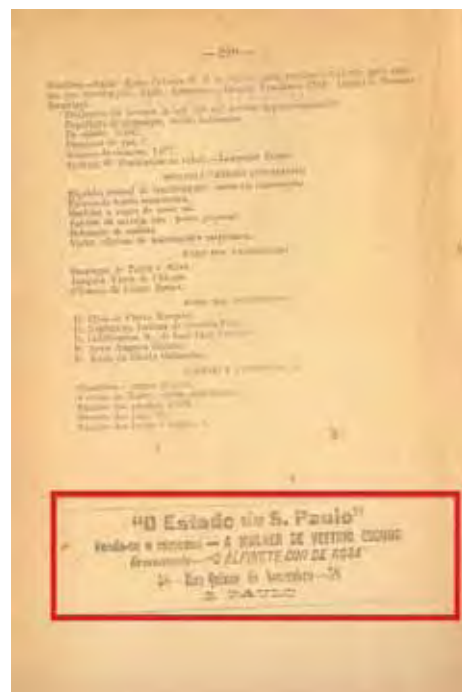


Fig. 6. Anúncio de venda de romances na sede do jornal. Os romances oferecidos eram impressos na seção de obras do próprio *Estado*. (AP/AMAC)



Fig. 7. Propaganda do Elixir M. Morato. (AP/AMAC)

Os anúncios do médico botucatuense também propagavam as Pílulas de Tayuyá, recomendadas para problemas como prisões de ventre, falta de menstruação, dores de cabeça, tonturas, mal estar, hemorróidas, moléstias de fígado, excesso de bílis e pessoas com digestões difíceis. Tais pílulas eram vendidas nos mesmos lugares que o Elixir.

Os anúncios de consultórios médicos igualmente eram numerosos num total de seis, inclusive um dos médicos, Dr. Edmundo Xavier, de São Paulo, trabalhava a cura de problemas do sistema nervoso como paralisia e histeria, além de outras moléstias como bronquite, anemias, tuberculose, infecções útero-ováricas etc; pela eletricidade.



Fig. 8. Anúncio de Farmácia. (AP/AMAC)



Fig. 9. Anúncio do Dr. Ignácio Pereira da Rocha. (AP/AMAC)

O tratamento aplicado pelo mesmo revela que a eletricidade foi usada para fins terapêuticos, uma inovação para a medicina da época, pois originalmente a utilização da eletricidade foi usada para sanar os problemas de iluminação da cidade paulistana, bem como da condução de bondes. O rol completo pode ser visto no quadro abaixo:

Quadro III – Anúncios do Almanaque d`O Estado de S. Paulo para 1896

Anúncios	Quantidade
Tônicos e remédios	13
Solicita colaboração para almanaque 1897	09
Proposta de assinaturas do OESP	09
Livros ¹⁵¹	08
Médicos	06
Oficinas de Costura e Alfaiataria	04
Comissários de café e Loteria	03

¹⁵¹ Os romances *A mulher do Vestido Escuro* e *O Alfinete Cor de rosa* foram insistentemente anunciados dentre os produtos. Esses dois livros integraram o quadro de brindes do jornal em 1895 e 1896.

Escritórios de serviços	03
Farmácias	03
Dentistas	02
Destilarias	02
Hotel	02
Material para construção	02
Tipografias	02
Adubo	01
Artefatos religiosos	01
Banha de suíno	01
Carpinteiro	01
Casa de Exportação	01
Fábrica e aluguel de carros	01
Fábrica de macarrão	01
Fábrica de Pólvora	01
Fundição	01
Loja de Pianos	01
Madeira	01
Máquinas agrícolas	01
Papelaria	01
Total	81

Dos anúncios presentes no almanaque muitos eram simples e meramente informativos, como nos casos a seguir: “Tipografia a Vapor - Papelaria, Rua da Quitanda, 6”, “Emanoel Cresta & Comp. Encarrega-se de qualquer obra que seja de mármore, túmulos, chafarizes, Estátuas e Monumentos, Escadarias de Casas etc. Rua Boa Vista, 44”. Já outros, como demonstrado pelos depoimentos do Elixir M. Morato eram mais elaborados e clamavam a farmacopéia e os serviços rápidos, como no caso dos agentes de loteria da Dolivaes Nunes & C:

Agentes Especiais das Loterias da Bahia e Loterias do Paraná – Todos os prêmios destas conceituadas loterias são prontamente pagos aos portadores no momento de serem apresentados. Os fregueses do interior recebem telegramas dos prêmios maiores no dia da extração e listas gerais para conferencia dos bilhetes um dia depois. Os pedidos são atendidos com o maior cuidado e prontidão. Rua Direita, 10, S. Paulo.



Fig. 10. Anúncio simples da Tipografia a Vapor. (AP/AMAC)

Assim, o almanaque mesclou ambos os tipos de anúncio, os usados a partir de 1870 e os que abriram a chegada da modernização, com novas premissas sanitárias, renovação do espaço doméstico e circulação de inventos recém-criados. A divulgação de três tipos de fábrica, também demonstrou a incipiente indústria que surgia. Merece destaque, ainda, o fato dos anúncios não representarem apenas empresas da capital paulista. Muitos eram do interior como se verifica na listagem a seguir: Aparecida (Grande Hotel Precioso), Botucatu (Elixir M. Morato e Pílulas de Tayuyá), Dois Córregos (Ernesto Leão Brazil - Tabelião e Escrivão Judicial), Limeira (Cal de Pedra Antonio M. De Barros), Mococa (J. Nicola & Irmão – escritório de Engenharia), Santos (Soares & C. Comissários de Café e outros produtos), São José dos Campos (Farmácia Madureira). Além disso, havia um proveniente do Rio de Janeiro (Drogaria Especial de A. Coelho e Souza).



Fig. 11. Grande Hotel Paraíso



Fig. 12 Cal de Pedra Antonio M. de Barros.

Anúncios foram enviados de várias partes do Estado. (AP/AMAC)

O almanaque compunha-se de descrições de cidades do interior do estado de São Paulo, bem como da própria capital. A partir dos agradecimentos de Francisco Gaspar na apresentação, fica patente que esse conteúdo foi escrito a várias mãos, pois o organizador lembrou-se dos “amigos interioranos” que prestaram informações de seus municípios:

Aproveitamos ainda o ensejo para agradecer aos nossos amigos do interior o obséquio que nos prestaram com as informações que nos forneceram de seus municípios, e bem assim aos distintos cidadãos que nos auxiliaram com a sua colaboração literária.

O rol de municípios, com exceção da capital que fechou o impresso, foi organizado em ordem alfabética, num total de noventa e oito. É imprescindível destacar a importância dos dados presentes no almanaque a respeito desses municípios, pois a partir daí, pode-se mapear o desenvolvimento do interior paulista nos anos em que a cultura cafeeira estava em plena atividade. De acordo com Sérgio Milliet, muitas cidades do interior paulista surgiram repentinamente na boca do sertão após a chegada do cafezal. Essas cidades foram intituladas pelo pesquisador como “cidades cogumelos.”¹⁵²

¹⁵² MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios*. São Paulo: Hucitec/Instituto Nacional do Livro, 1982.

No entanto, em trabalho recente, a pesquisadora Ana Luiza Martins contesta a informação de que 90% das cidades paulistas tenham resultado do avanço da cultura do café¹⁵³. Martins ressalta que tal afirmação é um exagero e que muitos núcleos urbanos já existiam antes do café tornar-se o principal produto de exportação e de se alastrar pelos campos, afinal a existência desses tem sido registrada desde a colônia. O que talvez cause confusão era o fato dessas cidades terem se expandido e se consolidado com a prosperidade da economia cafeeira, sobretudo com a chegada dos trilhos das companhias férreas e da implantação de pequenos ramais (estradas cata-café) construídos por iniciativa particular entre as sedes das fazendas e estações mais próximas. Devido à importância que as ferrovias representavam para o estado paulista, o almanaque de 1896 apresentou tabelas com as linhas em funcionamento, estações e horários dos trens, que ocuparam cerca de quinze páginas do compêndio.

¹⁵³ MARTINS, Ana Luiza. *História do Café*. São Paulo: Ed. Contexto, 2008.

As informações sobre as cidades também permitem estabelecer um panorama de como era a província paulista antes do surto cafeeiro e depois desse. Nesse sentido, o trabalho realizado por Joaquim Floriano de Godoy, publicado originalmente em 1875 por ocasião da participação do Brasil na Exposição Industrial da Filadélfia¹⁵⁴ (1876) e reeditado em 2007 pelo Fundap e pela Imprensa Oficial do Estado¹⁵⁵, permite evidenciar a situação da província em anos anteriores ao café. Além de tratar das características essenciais do território como o clima, relevo e hidrografia, Godoy preocupou-se em listar as principais povoações paulistas na época de seu estudo. A essas vinculou a capital, bem como Santos, Campinas, Taubaté, Jacareí, Pindamonhangaba, Itu, Sorocaba, Guaratinguetá, Mogi - Mirim etc. Os gráficos a respeito dos municípios existentes, se comparados as informações apresentadas no almanaque, tornam clara a evolução dos mesmos e criação de novos como Bariri (1877), Fartura (1878), Bebedouro e Leme (1885), Nuporanga (1885) e Pederneiras (1895), nos vinte anos que separam o trabalho de Godoy e a publicação do almanaque.

¹⁵⁴ Essa exposição era composta por feiras, no qual os países convidados ocupavam pavilhões em que expunham as particularidades de suas terras, os avanços tecnológicos e industriais, as belas artes e artesanato. A primeira feira realizada ocorreu em Londres em 1851 e 1862. Paris abrigou a feira em 1855 e 1867 e Viena em 1875.

¹⁵⁵ GODÓI, Joaquim Floriano de. *A Província de S. Paulo: trabalho estatístico, histórico e noticioso*; apresentação Tânia Regina de Luca. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: FUNDAP, 2007.

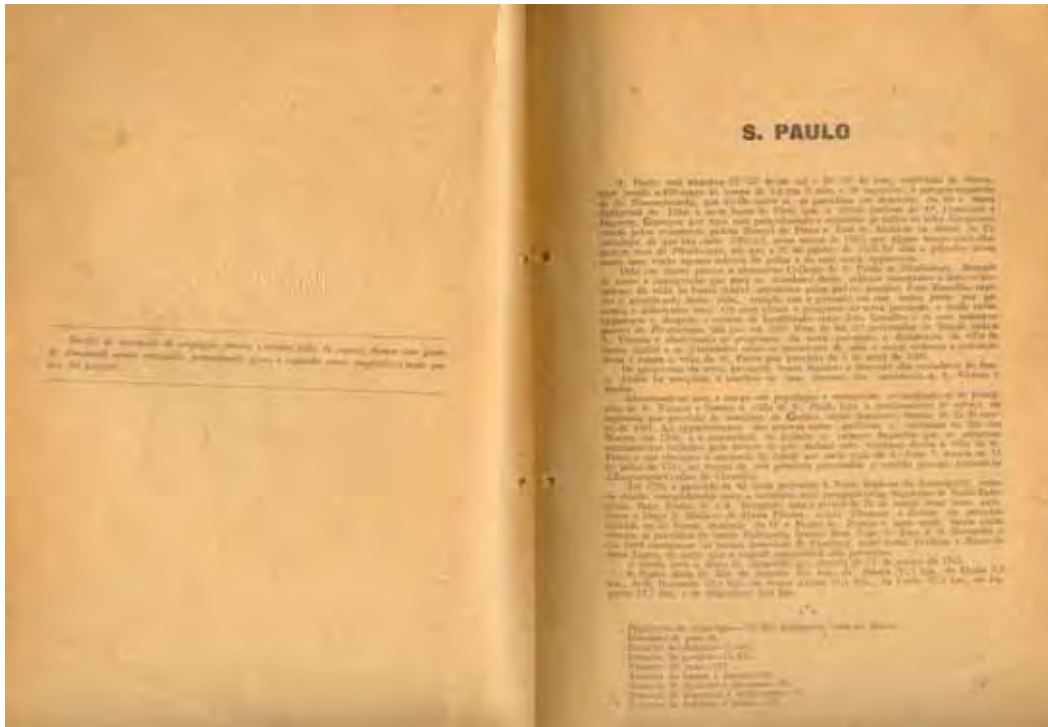


Fig. 15. Descrição da cidade de São Paulo presente no almanaque de 1896. (AP/AMAC)

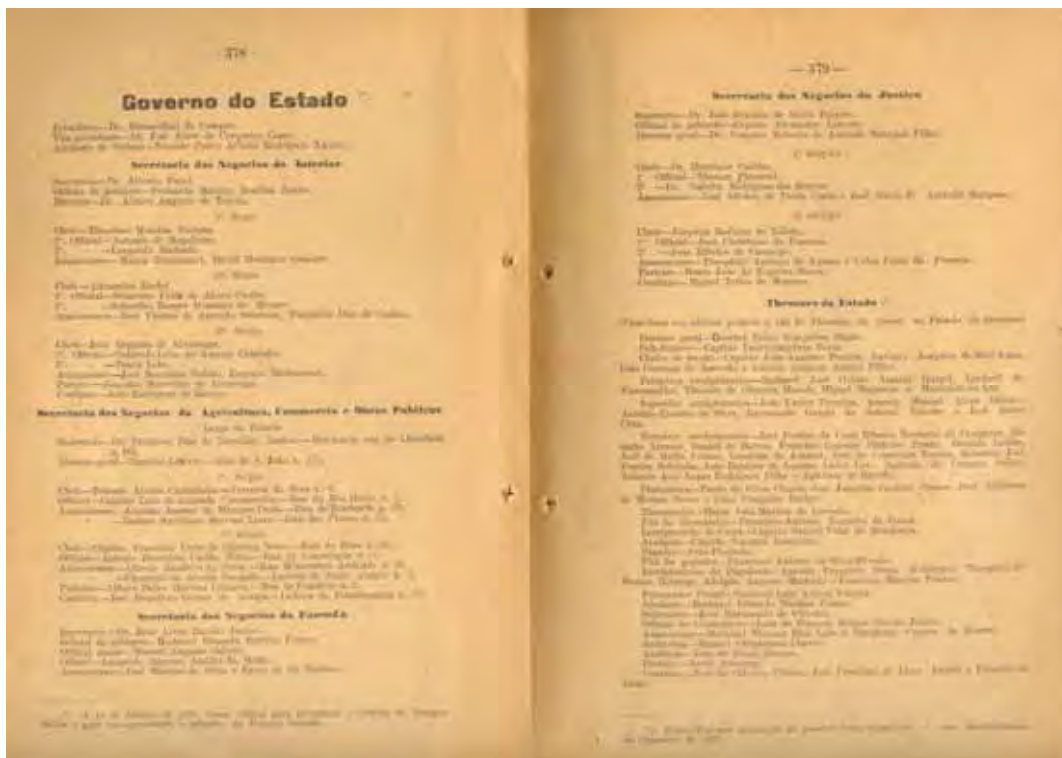


Fig. 16. Lista dos integrantes do governo paulista. (AP/AMAC)

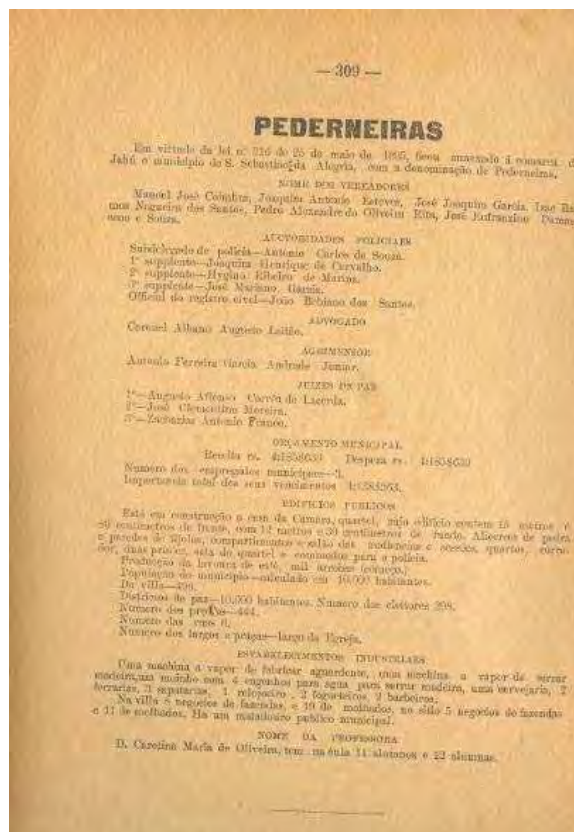


Fig. 17. Descrição da cidade de Pederneiras. (AP/AMAC)

A idéia de progresso então vigente, somado ao lucro advindo da expansão dos cafezais, passou a suscitar nos moradores dessas localidades a intenção de mostrar aos outros, que sua cidade não era mais um lugar perdido no meio do sertão e sim que fazia parte de toda trajetória de sucesso que o estado paulista conquistava a cada nova safra de café produzida. Talvez tenha sido essa uma das causas que motivaram os leitores de *O Estado de S. Paulo* a atender tão prontamente o pedido de envio de informações de seus municípios ao jornal para que esses fossem publicados no almanaque de 1896.

Os dados enviados permitiram estabelecer topografias das cidades, seus números estatísticos (orçamento municipal, quantidade de arrobas de café produzidas, ruas, praças, habitantes, casas, eleitores, alunos nas escolas, igrejas, bancos), como também descrições da localização do município, da instrução pública da cidade, dos jornais, do comércio, dos serviços de iluminação e do abastecimento de água e ainda nomes de pessoas “ilustres” consideradas assim por seus cargos ou profissões (vereadores, delegados, suplentes, autoridades policiais e judiciais, advogados, médicos, dentistas, professoras, soldados da guarda – nacional, donos de fábricas, padarias, pintores, barbeiros, oleiros, sapateiros e principalmente fazendeiros).

No almanaque de 1896 foram publicados ainda dois documentos importantes para a história paulista e para a história nacional, pois refletiam o contexto político da época, em que São Paulo começou a disputar a hegemonia do país. Os documentos referidos são a Constituição do Estado de São Paulo e um Guia para as Eleições, já que em 1896 seria escolhido um novo presidente para o estado paulista.

O primeiro documento datado de 1891 começava assim: “Nós, representantes do povo paulista, adotamos, decretamos e promulgamos a presente constituição, e declaramos de hora em diante autônomo e soberano O Estado de S. Paulo, como parte integrante dos Estados Unidos do Brasil”. O documento teve como plano de fundo a conquista do chamado “sertão”, a partir da ocupação do interior de São Paulo pela cultura cafeeira durante o século XIX. Segundo Ênio Casalecchi, tal conquista “remarcaria na visão dos seus promotores o cultivado espírito bandeirante da gente de Piratininga em que se mesclam aventura e trabalho.”¹⁵⁶ Nesse escopo, a ferrovia, como enfatizado anteriormente, teve um papel ímpar, pois valorizou muito as terras do interior. Em 1891, das 67 petições encaminhadas para exame em duas reuniões da Câmara de deputados, 48 tinham por objetivo adquirir o privilégio para construir ferrovias¹⁵⁷, já que ser o concessionário dessas garantiria uma grande lucratividade. Mas em meio a todo esse crescente progresso e desenvolvimento, o país ainda possuía um regime monárquico, que era percebido pelos homens da elite como um entrave a contínua prosperidade do Brasil. O documento apresentado no almanaque era dividido em quatro partes, a primeira definia a organização do estado a partir dos poderes legislativos, executivo e judiciário, a segunda a determinação de organização dos municípios, a terceira, declarava os direitos e garantias de todos, enquanto a última tratou de certas disposições gerais e outras consideradas transitórias.

Com a eleição de Prudente de Moraes em 1894, as rédeas da nação foram parar em mãos paulistas. A reprodução da constituição referenda que São Paulo conseguiu chegar ao patamar que o PRP sempre pretendeu, que era exercer a hegemonia de São Paulo perante o resto do país. O Guia de eleições, segundo documento publicado pelo almanaque, era composto de orientações dirigidas aos paulistas, pois esses logo escolheriam o presidente do estado. Conjecturava-se que as eleições de 1896 seriam tensas, afinal os anos que a antecederam foram prósperos para o partido no campo

¹⁵⁶ CASALECCHI, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista: política e poder (1889-1926)*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 20.

¹⁵⁷ Idem, p. 22.

nacional, pois dentro dos limites do Estado a situação era bem diferente. O café em 1893 entrou em crise e associada a essa o PRP enfrentou alguns incidentes desagradáveis como a fundação do Partido Republicano de Oposição em 1895, liderado por Candido Rodrigues, Rodolfo Miranda, Paulino de Lima e Moreira da Silva - criado para fazer frente ao candidato do PRP a presidência do estado - e a campanha promovida no mesmo ano pelo comércio de São Paulo em prol do Partido Monárquico, ameaçaram a estabilidade perrepista.¹⁵⁸

A maior preocupação dos dirigentes do partido era o constante desagrado dos cafeicultores com a deflagração da crise. Esses eram o maior contingente de eleitores (53%) do Estado. A crise cafeeira motivou ainda a idéia da criação de um partido dos lavradores, por volta de 1901, que seria chamado de Partido da Lavoura. Enquanto os ânimos acirravam-se cada vez mais, o *Correio Paulistano* apoiava a idéia de criação, enquanto *O Estado de S. Paulo* alegava que tal atitude era equivocada. O guia de eleições publicado orientava os eleitores de como seriam os trabalhos, o que poderia aparentar certa organização, no entanto, a fraude era realizada de forma constante, com o alistamento de eleitores em dois municípios diferentes, para que esse votasse em ambos; a adulteração das atas eleitorais, em que os eleitores ausentes “votavam” mesmo não estando presentes etc. Essas eram as mais brandas, pois também era utilizado de métodos violentos para fraudar as eleições. Um dos meios era a intimidação do capanga, mandado pelo coronel e que muitas vezes possuía a aquiescência da polícia para realizar barbaridades.

O *Almanaque d`O Estado de S. Paulo* para 1896 inaugurou uma nova fase de São Paulo, em que novos inventos começaram a açambarcar o cotidiano do paulistano, o Estado tomou a frente do poder nacional na figura de uma das instituições mais polêmicas e importantes da República, o PRP e o século XIX findou com a promessa de que os novos tempos seriam promissores, especialmente para os paulistas.

2.2 O Almanaque d`O Estado de S. Paulo para 1916

Na primeira década do século XX, São Paulo emergiu como o grande pólo de desenvolvimento do país. E, se para São Paulo, as apostas previam prosperidade econômica e política, para o jornal *O Estado de S. Paulo* a situação não era diferente.

¹⁵⁸ Idem

Na primeira década do referido século, o *Estado* conheceu uma série de mudanças técnicas e organizacionais, entre elas a aquisição de novo maquinário, expansão de suas oficinas gráficas e novas instalações para a redação e os escritórios da administração. Todas essas realizações foram possíveis devido ao aumento dos lucros que, segundo o periódico, provieram de publicações, assinaturas e vendas avulsas. Os dados apresentados no Almanaque de 1916 apontavam que, em 1909, a empresa obteve o montante de 1.055:129\$450, com renda líquida calculada em 277:060\$676.¹⁵⁹ Nos anos seguintes, os valores totais aumentaram para 1.236:921\$810 (1910), 1.484:831\$030 (1911) e 1.939:146\$580 (1912). Nesse último, as publicações contribuíram com 991:738\$640, as vendas avulsas com 497:950\$920 e as assinaturas com 449:457\$020. A lucratividade foi calculada em 524:283\$562, ou seja, em apenas três anos o jornal conseguiu dobrar sua renda.

Os anos de 1915 e 1916 foram marcados pelo lançamento de novos produtos. Frente à guerra européia, iniciada em 1914, a direção do jornal resolveu publicar uma edição noturna, destinada a noticiar os últimos acontecimentos do conflito e que ficou conhecida como *Estadinho*. A entrada da Itália na guerra em 1915 foi o mote para sua criação, visto que a população da capital era constituída por um grande contingente de italianos e seus descendentes. O primeiro número foi lançado em 24 de maio de 1915, com artigo de fundo redigido por Júlio Mesquita. Os editoriais seguintes ficaram a cargo de Nestor Pestana e Amadeu Amaral.

O impresso adquiriu fama de irreverente, em contraposição à sisudez do matutino. Seu espírito galhofeiro atraiu jovens como Moacir Pisa, Ademar de Paula, Antonio Mendonça, Alexandre Marcondes Machado, Antonio Figueiredo, Otávio de Lima e Castro, Pinheiro Junior, Paulo Duarte, entre outros. Foi nessa época que os dois filhos de Júlio de Mesquita, Francisco¹⁶⁰ e Júlio de Mesquita Filho¹⁶¹ começaram a

¹⁵⁹ Esses dados e os outros a seguir foram extraídos de PESTANA, Paulo. A História de um jornal. In: *Almanach do O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Seção de Obras de OESP, 1916, p. 43 e 44.

¹⁶⁰ Francisco Mesquita nasceu em São Paulo no dia 22 de abril de 1893, e ao contrário do irmão Júlio, não foi estudar na Europa. Seus estudos foram realizados no Brasil. Francisco se interessava pela Marinha e tinha pretensões de ingressar na mesma, mas Júlio pai não deu permissão. Então em 1912, ingressou na Faculdade de Direito e a partir de 1915 passou a trabalhar ao lado de Ricardo Figueiredo na gerência. Em 1921, casou-se e ao regressar da viagem de lua-de-mel, Francisco planejou um novo sistema de classificados, ordenando por títulos, pois assim os anúncios seriam fonte de informação para o leitor, permitindo um retrato claro do mercado, a ponto de se detectar uma crise em determinado setor pela simples análise dos produtos anunciados. Francisco morreu em 1969, vítima de uma infecção agravada pela diabete. SUPLEMENTO do Centenário. *Francisco Mesquita: terra e jornal. O Estado de S. Paulo*, São Paulo, n.01, p.05, jan.1975.

¹⁶¹ Júlio de Mesquita Filho nasceu em São Paulo em 14 de fevereiro de 1892. Com 12 anos foi mandado a Lisboa para estudar, seguindo depois para um colégio na Suíça. Ao retornar ao Brasil, Júlio ingressou na

trabalhar junto com o pai no jornal. Francisco encarregou-se da gerência, com Ricardo Figueiredo, enquanto Júlio Filho passou a colaborar no *Estadinho*. De vez em quando, figuras ilustres contribuíram com o vespertino, caso de Plínio Barreto, Amadeu Amaral e Adalgiso Pereira. A idéia de noticiar a guerra não impedia que se desse atenção a outros fatos, como a gripe espanhola, a morte do músico Claude Debussy, a canonização de Joana D`Arc. Abria-se espaço para a inserção de versos, contos, seções literárias e femininas, além de fotos e caricaturas. O *Estadinho* deixou de circular em 01 de janeiro de 1921, três anos após o término da Primeira Guerra. Segundo Paulo Duarte, o *Estadinho* começou a incomodar, pois “tornara-se incontrolável aquela folha, que não respeitava conveniências reacionárias, para qual o preconceito era o melhor assunto das caricaturas e dos tópicos.”¹⁶²

Ainda em 1915, o Partido Republicano Paulista passou por crises internas e a indicação de Altino Arantes para Presidente de São Paulo aumentou a tensão. Os descontentes, liderados por Júlio Mesquita, não conseguiram vetar a candidatura de Arantes e acabaram derrotados na convenção do partido. Tal situação, somada às fraudes eleitorais, ao uso de violência para impedir a vontade popular e à impossibilidade dos grupos oposicionistas de chegar ao poder, foram apontados como os responsáveis pelas mazelas e a ineficácia do Estado. Para Julio Mesquita, que acreditava no poder da palavra escrita, era imprescindível que se tivesse um periódico capaz de discutir e propor soluções para os problemas do país. Assim surgiu a *Revista do Brasil*, idealizada por Mesquita e cujo nome seria *Cultura*, que acabou descartado.¹⁶³

Faculdade de Direito do Largo São Francisco, mas logo se sentiu atraído pelo jornalismo, como havia acontecido com o pai anos antes. Começou a colaborar no *Estadinho* e aos 25 anos trabalhava em todas as seções do OESP. Com a morte de seu pai, Júlio assumiu o jornal e durante toda sua vida, envolveu-se em movimentos políticos, como a Liga Pré-Constituinte e a Liga de Defesa Paulista. Foi preso diversas vezes e por duas vezes exilado. A primeira em 1932, após a revolução constitucionalista, quando foi para Lisboa e lá amadureceu a idéia de criar uma Universidade em São Paulo. E a segunda em 1938, em que foi para França após sofrer sucessivas prisões por parte do Estado Novo. Além da França, morou em outros países como Estados Unidos e Argentina, lugar em que terminou seu exílio. Em 1943 retornou ao Brasil e ficou preso por dois meses. Ao sair dessa prisão confinou-se na fazenda de Louveira até o fim da era Vargas e em 06 de dezembro de 1945 voltou a redação de *O Estado de S. Paulo*, no qual no mesmo dia, lavrou-se o termo de devolução do jornal. Constantemente, Júlio de Mesquita Filho era acometido com graves crises de úlcera. Com sua morte em 12 de julho de 1969, o jornal foi assumido por seu filho Ruy Mesquita. SUPLEMENTO do Centenário. *Julio de Mesquita Filho e seu ideal*, p.04. *Op., cit.*

¹⁶² DUARTE, Paulo, *Op.cit.*, p. 129.

¹⁶³ Para cuidar da fundação do periódico, designou Plínio Barreto e José Pinheiro Machado Junior, que saíram em busca de acionistas para financiar o projeto. O primeiro número da revista saiu em 25 de janeiro de 1916. Monteiro Lobato comprou a *Revista do Brasil* em 1918 e com ela permaneceu até 1925. Figuras importantes colaboraram na mesma como Oliveira Vianna, Godofredo Rangel, Sérgio Milliet, Rui Barbosa, Alceu Amoroso Lima, Gilberto Freire e Roquette Pinto. Ver LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Unesp, 1999.

Monteiro Lobato, ao ser informado sobre o nascimento da *Revista do Brasil*, comentou em carta ao amigo Godofredo Rangel: “A Revista (...) aparece em janeiro e pelos modos vai ser coisa de pegar, como tudo o que brota do Estado, empresa sólida e rizomática. Razão para aderirmos.”¹⁶⁴ As palavras de Lobato, configuraram muito bem a imagem que o jornal adquirira com o passar dos anos. A idéia de uma empresa forte (rizoma), que era capaz de variar suas publicações (produzir ramos folíferos e floríferos), representava a diversificação nos investimentos que os Mesquitas faziam já há muito tempo.

Um dos outros ramos deste rizoma – e que é o que mais nos interessa – voltou a aparecer em meados de novembro de 1915, quando foram divulgados os brindes para o ano vindouro. Os assinantes, mais uma vez, receberiam bilhetes para concorrer a somas em dinheiro pela loteria e também *O Almanach d’O Estado de S. Paulo para 1916*. Num dos anúncios, de 02 de novembro de 1915, o prazo de entrega do impresso foi marcado para “fins de fevereiro próximo”. Entretanto, esse só ficou pronto em 11 de abril de 1916 e foi distribuído aos destinatários logo em seguida. Diferentemente de seu predecessor, continha desenhos, fotografias e apresentava dimensões maiores que o primeiro, 15,5 x 23 cm. Foi composto a duas colunas, num total de 362 páginas. Com capa colorida, em tons amarelos, pretos e azuis, trazia um individuo que segurava uma tocha, em primeiro plano, enquanto ao fundo via-se a primeira página do jornal *O Estado de S. Paulo* (fig. 1).

¹⁶⁴ LOBATO, José Bento Monteiro. *A Barca de Gleyre*. São Paulo: Brasiliense, 1959, v. II, p. 48 e 49.

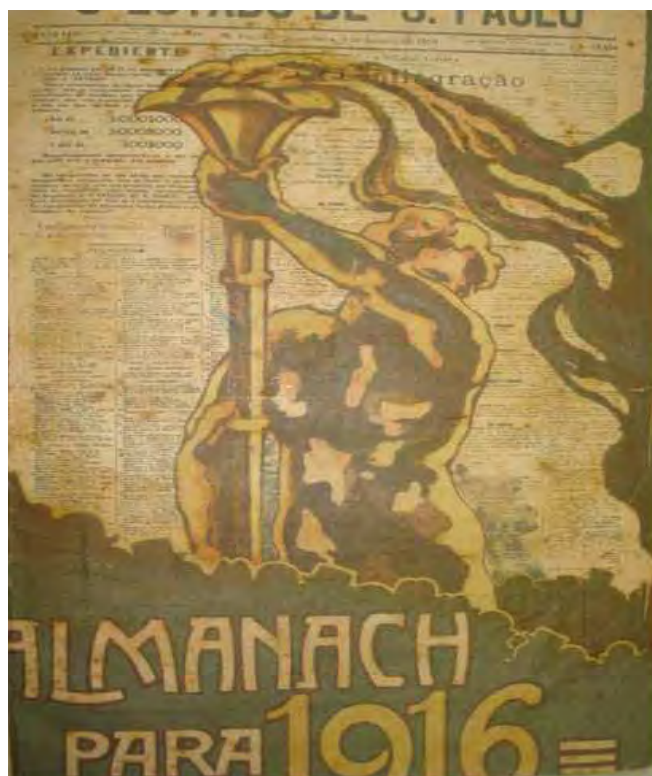


Fig. 18. Capa do *Almanaque d'O Estado de S. Paulo para 1916*. (IEB/USP)

O organizador permaneceu incógnito, já que não assinou o texto de abertura, intitulado “Ao leitor,” no qual se explicitaram as dificuldades enfrentadas na edição, bem como seus objetivos. Tal como no almanaque de 1896, o responsável argumentou que o impresso ainda não tinha o formato desejado, pois não havia sido possível inserir todas as seções e informações pretendidas. Na justificativa, fazia-se referência a “certos obstáculos insuperáveis”, agravados pela escassez de tempo, o que acabou por a comprometer metade do projeto original. Quanto aos objetivos, esclarecia-se que o volume pretendia trazer ao leitor conhecimentos úteis, noções que teria prazer em aprender e “amenidades que lhe hão de entreter algumas de suas horas de sossego”. A publicação almejava atingir os mais diversos segmentos sociais:

O almanaque do *Estado* dirige-se a todo o público, sem distinção, e a todas as classes e profissões pretende distribuir a sua utilidade. Os srs. comerciantes, industriais e lavradores, que constituem uma importante fração da nossa lista de assinantes, aqui tem algumas dezenas de páginas que lhes são essencialmente consagradas. Aos srs. lavradores, sobretudo, em que pelo afastamento em que vivem dos centros populosos mais necessitam de que se lhes facilitem as leituras de que possam extrair ensinamentos, dedicamos um número tal de informações e de escritos diversos que, sem grandes acréscimos, bastariam a encher um “almanaque agrícola” aceitável e quiçá excelente.

Entretanto, ainda na apresentação, por três vezes, o organizador referiu-se ao Almanaque de 1916 como se fosse a primeira publicação do gênero levada a cabo pelo *Estado* e justificava: “nada mais difícil (...) do que por em execução tão belo plano, quando se trata de começar tudo pelos fundamentos e se tem de prover aos mais miúdos pormenores sem o auxílio de uma experiência anterior”. Ignorou por completo a existência do Almanaque de 1896, o que não deixa de ser instigante, visto que no ano em que o mesmo foi a público, Júlio Mesquita já contava oito anos no jornal. Pode-se supor então que o diretor do *Estado* não participou da elaboração e impressão do primeiro almanaque ou que não acompanhou a produção do segundo. No entanto, parece estranho que Júlio Mesquita não se recordasse da impressão do primeiro Almanaque ou que não tomasse conhecimento da produção do segundo, visto que em 1916, ele era figura chave do jornal.

O grupo de colaboradores que figurou no Almanaque era composto apenas por homens, na maioria escritores, que colaboravam em jornais e revistas de grande circulação e, portanto, eram conhecidos do grande público. Embora escrevessem para imprensa, não deixavam de exercer outras profissões. Eram funcionários públicos, professores, médicos, engenheiros, agrônomos e advogados. A atividade desenvolvida não raro orientava as temáticas desenvolvidas em seus artigos. Assim, podemos elencar os colaboradores do Almanaque de 1916 a partir da temática de seus textos, conforme a tabela abaixo:

Quadro IV – Colaborações no *Almanaque d'O Estado de S. Paulo* para 1916

Colaborador	Gênero	Tema
Alberto Faria	Poesia	Angustia
Emilio de Menezes	Poesia	Morte
Julio Cesar da Silva	Poesia	Amor
Martins Fontes	Poesia	Solidão
João Luso	Crônica	Prática do <i>Footing</i>
Plínio Barreto	Conto	Casamento
Valdomiro Silveira	Conto	Amor
Amadeu Amaral	Ensaio	Vaidade
Alberto Faria	Ensaio	Paremiografia
Ernesto Bertarelli	Ensaio	Papel da Medicina na Guerra
Zeno	Ensaio	Primeira Guerra Mundial
Ezequiel Ubatuba	Ensaio	Pecuária Brasileira
Jean J. ArthaudBerthet	Ensaio	A poda nos cafezais
Paulo Pestana	Ensaio	Historia de OESP
Paulo Pestana	Ensaio	Economia Paulista
Pinheiro Junior	Ensaio	Jornalismo
Victor da Silva Freire	Ensaio	Leis de reorganização urbana da cidade de São Paulo

A tabela indica a variedade do conteúdo do Almanaque e cabe destacar que tratadas temáticas dos artigos assinados. Além desses, houve uma série de outros sem autoria e que serão discutidos posteriormente.

2.2.1 Produção Literária

Ao contrário do Almanaque de 1896, as poesias não foram recorrentes no segundo Almanaque produzido pelo *Estado*. Apenas quatro foram publicadas, embora tenham sido escritas por importantes literatos da época. De uma maneira geral, percebe-se que continham características do simbolismo e parnasianismo, embora seus autores não se filiassem diretamente a tais movimentos literários. Esse foi o caso de Alberto

Faria (1869-1925),¹⁶⁵ então professor em Campinas, e de Emilio de Menezes (1866-1918)¹⁶⁶, conhecido boêmio, freqüentador de cafés e botequins e assíduo colaborador das colunas humorísticas de jornais e revistas. Outros, como Julio Cesar da Silva (1872/74-1936),¹⁶⁷ irmão da poetisa Francisca Júlia, considerada por muitos grande expressão do parnasianismo,¹⁶⁸ e o sergipano Martins Fontes (1888-1930),¹⁶⁹ inseriram-se nessa corrente. As poesias publicadas no Almanaque, valiam-se dos mesmos recursos estéticos que os parnasianos e simbolistas empregavam em seus textos, como ambientação histórica e aspectos históricos (Sonetos de Heredia, de Faria), o tema da morte, apresentado como algo misterioso, universal e envolvente (Pinheiro Morto, de Menezes), a sonoridade criada a partir da escolha de certos vocábulos e o uso de cenários da natureza (A uma noviça, Silva) e manifestações de agonia, dores e medos (Crepúsculo, de Fontes).¹⁷⁰ Alberto Faria, colaborou também com o ensaio denominado

¹⁶⁵ Alberto aos doze anos redigiu o jornal *O Arauto* e aos quatorze fundou *A Alvorada* na cidade de São Carlos. Ao mudar-se para Campinas em 1889 trabalhou na *Gazeta de Campinas* e foi colaborador do *Correio de Campinas*, com a seção *Moscas no teto* em parceria com Luis Quirino dos Santos. Em 1909 disputou com Coelho Neto e Batista Pereira a cadeira de literatura do Ginásio de Campinas e saiu vencedor. Colaborou em vários jornais e revistas, entre eles o *Almanaque Garnier*, *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Commercio*, *Revista do Brasil*, *Revista do Centro de Ciências, Artes e Letras*, *Revista Americana* etc. As informações apresentadas a respeito de Alberto Faria e dos colaboradores foram obtidas em COUTINHO. Afrânio; SOUZA, J. Galante de. *Enciclopédia de Literatura Brasileira*. São Paulo: Global Editora: Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/DNL: Academia Brasileira de Letras, 2001; MELO, Luís Correa de. *Dicionário de Autores Paulistas*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1954 e MENEZES, Raimundo de. *Dicionário Literário Brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 1969.

¹⁶⁶ Nasceu em Curitiba (PR), Emilio foi o único filho homem de uma família de sete irmãs. Por certo tempo trabalhou na farmácia de um cunhado, mas aos dezoito anos mudou-se para o Rio de Janeiro. Já se distinguia pela originalidade de sua figura e dos seus hábitos, pela extravagância das maneiras e das roupas, e pela singularidade da imaginação. Sua vida boêmia e suas constantes críticas, no entanto, foram alguns dos motivos pelos quais durante certo tempo não foi aceito como membro da Academia Brasileira de Letras. Foi eleito em 1914 para a cadeira de número 20, cujo patrono era Salvador Mendonça. Segundo o site da própria ABL, o motivo de Emilio Menezes não ter sido empossado foi porque, a conduta que regia o discurso de posse, recomendava que o eleito falasse a respeito do patrono da cadeira que ocuparia e Emilio simplesmente compôs um discurso, em que revelava nada compreender de Salvador de Mendonça, nem na expressão da atuação política e diplomática, nem na superioridade de sua realização intelectual de poeta, ficcionista e crítico. A mesa da ABL não permitiu que ele fizesse a leitura do discurso e sugeriu algumas emendas, que Emilio não incorporou em seu texto. Menezes faleceu em 1918, sem, no entanto, tomar posse da cadeira. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/>>. Acesso em: 31 jul. 2009.

¹⁶⁷ Júlio César quis seguir a carreira eclesiástica, mas acabou por fazer atletismo e chegou a trabalhar como acrobata em um circo. Formou-se bacharel na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, mas nunca advogou. Durante um tempo, morou em Montevidéu e Buenos Aires e lá tentou seguir vida literária, mas não logrou êxito. Por fim, trabalhou como funcionário público da prefeitura de São Paulo.

¹⁶⁸ Bosi, Alfredo. *História Concisa da Literatura*. São Paulo: Cultrix, 2006. p. 220.

¹⁶⁹ Hermes Floro Bartolomeu Martins de Araújo Fontes era de família humilde e só conseguiu estudar porque o governador de seu Estado natal, impressionado com as aptidões do menino, levou-o para o Rio de Janeiro e financiou seus estudos. Em 1909, publicou versos e conseguiu empregar-se nos Correios e lá ocupou vários cargos. No entanto, Martins Fontes passou, segundo seus biógrafos, por muitas infelicidades na vida, como a separação após seu casamento. Abatido pelos problemas, pôs cabo da vida com um tiro no dia de natal.

¹⁷⁰ Bosi, *Op. cit.*

Paremiografia, no qual fez uma rápida consideração sobre as origens do nome Martha e seu aparecimento nos ditos populares.

Já a única crônica publicada, foi escrita pelo português João Luso (1875-1950), pseudônimo de Armando Erse de Figueiredo, que emigrou para o Brasil em 1893 e passou a colaborar no *Diário Popular*. Sua presença no Almanaque de 1916 pode ser explicada pelo fato de ser colaborador assíduo de *O Estado de S. Paulo*¹⁷¹. O tema de sua crônica foi o *footing*, prática social comum à época, que consistia em passeios realizados a pé, sobretudo por moças, que caminhavam para serem observadas à distância por possíveis pretendentes. Era esta a atividade que mãe e filha (chamadas na narrativa de Madame e Mademoiselle) dedicavam-se na crônica de Luso.

Além desse, outros colaboradores do Almanaque tinham ligações muito próximas com o *Estado*, a exemplo de Plínio Barreto (1882-1958), Manuel Leiroz (? - 1919)¹⁷², Valdomiro Silveira (1873-1941), Amadeu Amaral (1875-1929), Pinheiro Junior (1884-?), Olival Costa (1876-1932), Paulo Pestana (1875-1945) e Zeno.¹⁷³ O primeiro, nascido em Campinas e formado pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco, colaborou de forma irregular em alguns jornais, entre eles, *O Acadêmico*. Barreto exercia a advocacia em escritório próprio, mas também trabalhava para o *Estado*, no qual entrou como revisor, em 1898, e chegou a compartilhar o serviço da redação com João e Antero Bloem. Para o Almanaque de 1916, publicou o conto *Uma lição de Psicologia*, cujo tema central era a mulher recém-casada e seus anseios.

Entre os colaboradores do Almanaque que possuíam estreitos vínculos com o matutino estava o paulista Valdomiro Silveira.¹⁷⁴ Formado bacharel na Academia de Direito do Largo São Francisco (1895), mudou-se para Santa Cruz do Rio Pardo e lá assumiu o cargo de promotor público. Alguns anos mais tarde, mudou-se para Santos,

¹⁷¹ Luso foi ainda membro de várias entidades como Associação Brasileira de Imprensa, a Associação Brasileira de Autores Teatrais e correspondente da ABL.

¹⁷² Embora nada tenha se descoberto sobre a data de seu nascimento, sabe-se que sua morte ocorreu em janeiro de 1919, em consequência da forte epidemia de gripe que assolou a cidade paulistana.

¹⁷³ Zeno era o pseudônimo do português Visconde de Santo Thyrsó. No entanto, não foram encontradas maiores informações a respeito do mesmo, embora saiba-se que tenha colaborado constantemente no jornal *O Estado de S. Paulo*.

¹⁷⁴ Valdomiro colaborou em *Aurora*, revista mensal de crítica social e literária. Essa oferecia assim como *O Estado de S. Paulo*, um brinde aos assinantes pelo pagamento das assinaturas. A anual dava direito ao *Almanach Illustré de la Revolution pour 1905*, que também podia ser comprado avulso por 400 réis. Ao assinante semestral, caberia cinco exemplares do opúsculo *Por que somos anarquistas* e um folheto *Livre Exame*. O assinante trimestral receberia cada um dos dois folhetos. Os interessados que juntassem o valor de 1\$000 ao valor total das assinaturas anual ou semestral, receberia um exemplar do livro *Evolução, revolução e ideal anarquista*, de E. Reclus, que também poderia ser comprado ao preço de 1\$500. Apud MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República*. São Paulo: Edusp: Fapesp: Imprensa Oficial do Estado, 2001.p. 393.

onde passou a advogar. Exerceu vários cargos públicos: em 1933 foi Secretário Estadual de Educação e de Justiça, no mesmo ano passou a ser Secretário de Segurança Pública e, em 1935, Deputado Estadual.¹⁷⁵ O fato de residir no interior a maior parte de sua vida é fundamental para entendermos a influência que o campo teve em sua obra.

O conto *Na folha larga*, publicado no Almanaque de 1916, articulava-se a um contexto mais ampla literatura e da produção intelectual brasileira daquele momento. Como explicitado quando se abordou o Almanaque de 1896. São Paulo disputou a hegemonia do país e conseguiu obter as rédeas da nação com a eleição de Prudente de Moraes. No entanto, para legitimar as intenções de guiar o resto do país, não bastava apenas a supremacia econômica. Era necessário dotar o Estado de identidade própria, que demonstrasse como desde sempre coubera a São Paulo a função de impulsionar o Brasil em direção ao progresso. O mito do bandeirante foi construído exatamente na passagem do século XIX para o XX e muito deve-se a autores, como Ellis Jr, Alcântara Machado, Afonso de Escagnolle Taunay¹⁷⁶, entre outros do período, que retomaram as primeiras narrativas escritas sobre o bandeirantismo por Frei Gaspar da Madre de Deus e Pedro Taques de Almeida.¹⁷⁷ Segundo Katia Abud:

Foi nesse momento, entre 1890 e 1930, que a figura do bandeirante foi resgatada como símbolo, pois ao mesmo tempo em que denunciava as qualidades de arrojo, progresso e riqueza que São Paulo possuía, representava o processo de integração territorial que dera sentido a unidade nacional. Como símbolo, o bandeirante representava, de um lado a lealdade ao estado e de outro a lealdade à nação.¹⁷⁸

No complexo debate sobre a identidade nacional – e não apenas paulista – a língua teve importância vital como legitimadora do processo de constituição da nacionalidade brasileira. Afinal, junto com essa, difundiam-se ao mesmo tempo valores, tradições, aspirações e ideais. No entanto na América, diferentemente da Europa, a questão do idioma oficial não teve lugar nas discussões sobre a luta pela independência,¹⁷⁹ mas no Romantismo. Alguns escritores da época, como Gonçalves Dias e José de Alencar, defenderam a diversificação do português do Brasil em relação ao de

¹⁷⁵ SILVEIRA, Célia Regina de. *A Epopéia do Caipira: regionalismo e identidade nacional em Valdomiro Silveira*. Dissertação de Mestrado. Assis: Unesp, 1997.

¹⁷⁶ Cada um dos autores deu ênfase a um aspecto dos bandeirantes. Taunay destacou a conquista territorial, Ellis Jr, à raça paulista e Machado as condições econômicas e sociais do seiscentismo. Ver ABUD, Kátia Maria. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições*. São Paulo. Tese (Doutorado em História). São Paulo: FFLCH/USP, 1985, p. 133.

¹⁷⁷ Idem.

¹⁷⁸ Idem, p. 132.

¹⁷⁹ LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Unesp, 1999. p. 240 e 241.

Portugal.¹⁸⁰ Posteriormente, a questão da língua tomou novos rumos com o projeto da reforma ortográfica, que foi debatida exaustivamente na Academia Brasileira de Letras, bem como na imprensa, entre os anos de 1907 e 1915.¹⁸¹

A conjuntura do momento acirrava os debates a respeito da língua falada e escrita, e São Paulo não só participou do debate, mas ainda tratou de aproveitá-lo a seu favor. Um dos espaços de participação efetivou-se na recém criada *Revista do Brasil* (1916) e continuou no decênio de 1920. A publicação reivindicava para o Estado paulista a hegemonia no mundo das letras, o que desafiava abertamente o *establishment* carioca.¹⁸²

A oportunidade de legitimar, via língua, a supremacia de São Paulo, viabilizou-se com o fortalecimento da corrente regionalista, integrada por escritores, que ambientavam suas histórias no sertão e seus habitantes.¹⁸³ Ao lado da simbologia do bandeirante, crescia a louvação do sertão, que só se tornou conhecido devido às bandeiras, e logo, aos bravos homens paulistas. O caipira e o interior paulista passaram a ser encarados como a herança deixada por esses homens. No entanto, não se deve deixar de ressaltar que o sertão e os homens que nele habitavam foram estigmatizados por escritores e viajantes, ainda no século XIX, com Saint-Hilaire e Martins Pena, e no século XX, por Monteiro Lobato, assunto comentado em capítulo anterior. Na pintura, os caipiras foram retratados nas obras de Almeida Junior, artista que registrou os hábitos e costumes da cultura caipira paulista, em quadros como *Caipiras Negaceando* (1888), *Caipira Picando Fumo* (1893), *Amolação Interrompida* (1894) e *O Violeiro* (1899).¹⁸⁴

Dentre os escritores que integram o rol da literatura regionalista, destacaram-se Valdomiro Silveira e Paulo Setubal. Em menor escala, já que poucas vezes foram

¹⁸⁰ Idem

¹⁸¹ A reforma foi proposta pela primeira vez em 1907 por Medeiros e Albuquerque e aprovada. No entanto, devido ao seu insucesso, o assunto ressurgiu novamente em 1911. Enquanto isso em Portugal, aprovou-se uma nova ortografia e a questão passou a ser, se o Brasil adotaria ou não a nova ortografia. Decidiu-se não fazê-lo. Em 1919, revogou-se a reforma proposta em 1907 e somente em 1931, a ABL em conjunto com a Academia de Lisboa, concordaram em uma única reforma ortográfica para os dois países, que por sinal não se efetivou. Para mais informações, consultar: RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Campinas: Editora da Unicamp/CECULT, 2001.

¹⁸² LUCA, Tania. *Op. cit.*, p. 278.

¹⁸³ Idem.

¹⁸⁴ SILVEIRA, Célia. *Op. cit.*

enumerados na crítica literária estão Carlos da Fonseca, Leão Machado, Ribeiro Couto, Amando Caiubi, Antonio Olavo Pereira e Ruth Guimarães.¹⁸⁵

O conto que Valdomiro Silveira, publicou no Almanaque de 1916 tratou dos pensamentos de um caipira sobre o amor e os desafetos causados por uma cabocla chamada Zina, pela qual se apaixonara. Segundo Célia Silveira, Valdomiro ficou conhecido, sobretudo, pelos recursos técnicos que utilizava na elaboração ficcional, pois rompeu a barreira entre o registro culto do narrador e o aspecto dialetal do personagem. Obras como *Caboclos* (1920), *Nas serras e nas Furnas* (1931) e *Mixuangos* (1937), predominou o narrador em terceira pessoa e há separação entre a linguagem culta, e aquela do caboclo, embora com algumas mesclas. Já nos contos que compõe a *Leréias* (1941), o narrador é o próprio caipira, sem interferências do interlocutor.¹⁸⁶ No Almanaque, o conto *Na Folha Larga* foi apresentado como inédito de *Leréias*, e seguiu o último padrão mencionado, conforme se observa no trecho abaixo:

Foi num dia tal qualzinho aquele, enxuto e limpo, que eu fui especular a causa de a sa Zina me tratar meio de resto, quando eu andava por ela feito peixe longe d'água. Atorei p'r'o trilho da capoeira, que encurtava o caminho, só p'r'a topar mais depressa c'asa Zina, antes que ela principiasse a jurema da biju, por que era vespr'a de mercado no arraial.

Cabe destacar que *Leréias* foi publicado somente em 1941. No entanto, em 1916, a nota do *Estado* apontou que livro já estaria pronto. Uma possível explicação reside no fato de a totalidade dos contos de Valdomiro haver sido escrita entre 1895 e 1896¹⁸⁷ e o material do anunciado livro talvez estivesse a espera de uma oportunidade de ser publicado. É intrigante o fato de Silveira ter a obra finalizada em tal ano, já que ainda não havia publicado seu primeiro livro, *Os caboclos*, o que só ocorreria em 1921. *Leréias* aguardou mais vinte e cinco anos, apesar do aparecimento de outros títulos. Nesse meio tempo, o autor lançou outros livros, mas não, o já acabado *Leréias*. Também é interessante o vocabulário que foi incorporado ao final do conto para explicar as expressões que o escritor havia usado em seu texto. O glossário foi feito sob a encomenda do próprio *O Estado de S. Paulo* e intitulado “O Falar Caipira,” como sugere a reprodução feita da carta de Silveira com o significado dos vocábulos:

¹⁸⁵MARINHO, Jorge Miguel. A literatura do interior paulista. In: SETUBAL, Maria Alice (coord.). *Manifestações artísticas e celebrações populares no Estado de São Paulo*. São Paulo: CENPEC, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

¹⁸⁶SILVEIRA, Célia. *Op. cit*

¹⁸⁷Idem.



Fig. 19. O Falar Caipira – carta de Valdomiro Silveira ao *O Estado de S. Paulo*. (IEB/USP)

O escritor esclareceu que deixou de grafar a forma que certas palavras assumem no dialeto caipira a fim de “não ofender melindres de olhos aportuguesados.” Foi o caso da preservação do r em verbos no infinitivo, o lh de palavras como folha, que não é pronunciado pelos caipiras que falavam “foia”, “fia”, não folha e filha. Para terminar, o autor comentou mais de trinta e cinco palavras e expressões utilizadas em seu texto.

O conhecimento que Valdomiro Silveira tinha do dialeto caipira foi explicado pelo próprio escritor em entrevista concedida a *Vamos Lere* reproduzida na *Revista da Academia Paulista de Letras*, em 1941, pouco antes de sua morte. Segundo Silveira, as falas que atribuíra aos caipiras em *Os Caboclos*, por exemplo, nada mais eram dos que as frases que ele realmente ouvia no interior, em centenas de conversas. Segundo o escritor, “tomava minhas notas por toda parte; de tal modo que uma vez, na fazenda de Douradão, já encostada em Piraju, chegou um caboclinho a dizer que o promotor andava fazendo lista de recrutamento!”¹⁸⁸ Valdomiro afirmou, ainda, que a idéia de reunir em um livro (*Os Caboclos*) uma série de contos caipiras, visava “acabar com a mania que grassava alguns escritores, de mostrar o matuto como indivíduo, apenas aproveitável em farsa ou troça; esclarecer que o caboclo, na linguagem dos brasileiros,

¹⁸⁸ PEIXOTO, Silveira. Entrevista concedida por Valdomiro Silveira a “Vamos ler”. Apud SILVEIRA, Célia Regina. *Op. cit*, anexos.

não quer dizer filho de bugre, senão qualquer mixuango, tapiocano, mucufo ou tabaréu”.¹⁸⁹ Ao final, Silveira, relacionou o uso da linguagem caipira e os bandeirantes:

“(…) diga-se [o que] se quiser, a semelhança de Alcântara Machado, sou um paulista de mais de duzentos anos, por que todos os meus aqui nasceram e meu quinto avo foi o bandeirante Carlos Pedroso da Silveira. Agora pergunto eu: não lhe parece mais direito que em vez de escrever misturado, com palavrório peregrino e fácil de apanhar nos impressos de toda natureza que por ai correm, eu use a linguagem só de meus pais, de meus avós e dos meus cafumangos, que será um di, talvez um pouco modificada e com certeza aperfeiçoada, a língua nacional?”¹⁹⁰

2.2.2 Biografia e Ensaios

Amadeu Amaral também se envolveu com a questão regionalista, entretanto não tratou do tema no Almanaque de 1916.¹⁹¹ Sua ligação com *O Estado de S. Paulo* começou em 1909 quando ingressou na redação, convidado por Plínio Barreto. Do início tímido com algumas crônicas chegou até o prestigiado cargo de redator. Apesar do trabalho no jornal, a remuneração no início da carreira, não era suficiente. Exerceu o cargo de recebedor de rendas, arranjado pelo amigo Simões Pinto. Colaborou ainda em *A Farpa*, *A Vida Moderna* e em publicações vinculadas aos Mesquitas, como o polêmico *O Queixoso*, o *Estadinho* e a *Revista do Brasil*, do qual foi diretor. Na década de 1920 mudou-se para o Rio de Janeiro, mas não se desligou de *O Estado de S. Paulo*. Ficou pouco tempo na capital e ao retornar a São Paulo assumiu o posto de professor e diretor do Ginásio Moura Santos.

Em 1919 foi eleito para a ABL e teve importante papel na reestruturação da Academia Paulista de Letras entre 1929 e 1931, quando a instituição atravessou momentos difíceis. Amadeu Amaral foi reconhecido pelo seu interesse nos estudos acerca do linguajar do caipira paulista, suas formas e vocabulário. Além de publicar uma série de artigos a respeito da temática, publicou *O Dialeto Caipira* (1920), livro que marcou época e teve grande repercussão. No Almanaque de 1940, Amadeu escreveu o ensaio *Vaidades*, no qual se questiona se os homens de letras são vaidosos e

¹⁸⁹ Idem.

¹⁹⁰ Idem.

¹⁹¹ Amadeu Amaral, ainda pequeno foi trabalhar em São Paulo na Casa Lion, propriedade de um alemão casado com uma parente próxima. O pai de Amadeu, envolvido também com periódicos, fundou a *Gazeta de Capivari* e quando a família mudou-se para São Carlos, criou *O Popular*. Nesse, Amadeu Amaral publicou alguns versos em 1893. Durante a estadia de seu pai na capital como avaliador judicial, organizou o jornal *Lavoura e Comércio*, no qual trabalhou Amadeu. Novamente regressou a São Carlos, e lá atuou como professor e redator do *Correio de S. Carlos*, propriedade de João de Almeida.

se os são mais do que os homens comuns. Amadeu ponderou também sobre o que seria essa tal vaidade e se haveria diferença entre o sentimento de vaidade nos heróis e santos e aquele que levava as mulheres a aturar os martírios femininos para se apresentarem belas. Para concluir, Amaral enfatizou que:

Sim, os homens de letras são vaidosos. Os homens sem letras o são muito mais. Entre um poeta de quinta ordem que se envaidece com os elogios que lhe fazem a um mal soneto e o capitalista que se baba de gosto porque pode usar um chapéu de palha que lhe custou 500\$000, o menos idiota é o poeta.

Manuel Leiroz, que também era português, assim como João Luso, publicava artigos na revista *A Cigarra* e em *O Estado de S. Paulo*, integrou o rol de autores que divulgou no periódico a literatura e a cultura portuguesa no Brasil.¹⁹² Para o Almanaque de 1916, o escritor colaborou com a biografia de Alexandre de Gusmão (1695-1753). A iniciativa não diferia do trabalho que já fazia no *Estado*, pois, apesar de Gusmão ter nascido no Brasil, morou boa parte de sua vida em Portugal e foi secretário de D. João V. Segundo Leiroz, ele havia sido um dos “comprovados fatores da cultura literária e científica de seu país”, uma vez que “consociou-se na Academia Real de História Portuguesa (...) dando mostras da audácia revolucionária de seu gênio no abalizar dos grandes progressos”.

Já o colaborador Pinheiro Junior, diplomou-se bacharel em Direito pelo Largo São Francisco em 1907 e entrou para a redação de *O Estado de S. Paulo* três anos mais tarde. Ocupou o cargo de redator por trinta e cinco anos. Além do jornalismo, exerceu advocacia no escritório de Plínio Barreto, e depois, no de Otavio Mendes. Lecionou ainda aulas de português no Colégio Mackenzie. Suas principais colaborações foram em *Vida Moderna* e *A Cigarra*, nos quais utilizou o pseudônimo de P. Xisto. Em 1931 foi nomeado curador fiscal de massas, cargo no qual se aposentou em 1945. No Almanaque discorreu sobre o jornalismo em texto homônimo.

Olival Costa, ou Olívio Olavo Olival Costa, colaborou com um texto sobre o teatro nacional, intitulado *O teatro a esmo*. Olívio envolveu-se com a imprensa e participou do jornal *O Rapaz*, com os pseudônimos de Lavio Tacos e Wenceslau de

¹⁹²Para um levantamento sobre a recepção crítica e literária da literatura portuguesa no Brasil de 1912 a 1922 no jornal *O Estado de S. Paulo*, entre os quais figura Manuel Leiroz. A respeito, ver: FEITOSA, Rosane Gazolla Alves. A Recepção crítica de Literaturas de Língua Portuguesa em periódicos brasileiros: *O Estado de S. Paulo* (1900-1920). In: Congresso Internacional da ABRALIC, 8., 2002, Belo Horizonte. Anais eletrônicos. Disponível em: <http://www.abralic.org/htm/congressos/anais-eventos.htm>. Acesso em: 15 jun. 2010. Também verificar FEITOSA, Rosane Gazolla Alves. Catálogo de Literatura Portuguesa. Disponível em: http://www.assis.unesp.br/cedap/publicacoes/literatura_portuguesa/literatura_portuguesa.html. Acesso em: 15 jun. 2010.

Queiroz. Trabalhou como escrevente de cartório e professor da escola municipal de Monte Alegre. Em 1907 mudou-se para São Paulo e em 1909 ingressou no *Estado*, vindo a ser um dos seus principais colaboradores. Anos mais tarde, em 1921, Olival junto com Pedro Cunha, liderou o grupo que fundou o jornal *Folha da Noite*.¹⁹³ Seus artigos tratavam de turfe, hipismo e teatro. No texto publicado no Almanaque, fez um apanhado sobre o teatro no Brasil, no qual apontou o período entre 1840-1880 como fecundo, o que não ocorreria nos anos posteriores. Segundo Olival Costa, o teatro só teria novo alento graças às figuras de Artur de Azevedo e França Junior. Para resolver os problemas enfrentados pelo teatro brasileiro, sugeriu tomar o exemplo do teatro argentino e instituir uma sociedade de autores, bem como estabelecer uma perspectiva de remuneração.

Paulo Pestana (1875-1945), membro da família Rangel Pestana, iniciou suas atividades jornalísticas muito jovem, tendo sido colaborador em *Boletim* (1911). Trabalhou na redação de *O Cometa*, ao lado de Nestor e Nereu Rangel Pestana, além de integrar o corpo de redatores de o *Estado*. Nesse, redigiu comentários econômico-financeiros e subscreveu a seção *Notas Pedagógicas*. Para o Almanaque de 1916, Pestana escreveu dois textos importantes. O primeiro tratava da trajetória do jornal *O Estado de S. Paulo* desde sua fundação, e o outro era sobre *O Progresso Paulista em 25 anos*, no qual destacou o desenvolvimento de São Paulo, nos mais diversos setores, e em especial, naquele que durante muito tempo sustentou a economia paulista, o café.

O ensaio a respeito da vida do periódico foi intitulado *A História de um jornal* e forneceu importantes dados sobre suas receitas, as dificuldades enfrentadas no início de sua fundação e o aprimoramento das técnicas de impressão. O artigo era fartamente ilustrado e reproduzia a primeira sede, na Rua Quinze de Novembro, e a nova no Palacete Martinico, datada de 1915, que abrigava a redação, a fachada do edifício onde se localizavam as oficinas. Não se esqueceu nem mesmo do automóvel que realizava o transporte do jornal às estações ferroviárias, as máquinas, e os funcionários durante a

¹⁹³O jornal foi criado com o aval de Julio de Mesquita Filho, visto que os interessados eram jornalistas do diário dos Mesquitas. Foi feito um acordo com o *Estado*, que se dispôs a imprimir e distribuir o novo vespertino. A redação foi instalada na Rua São Bento. Em 1925, Pedro Cunha e Olival Costa adquiriram uma rotativa usada, alugaram um casarão na rua do Carmo e, no dia 1º de julho, lançaram a *Folha da Manhã*, que passou a conviver com a *Folha da Noite*. A empresa seria posteriormente vendida para Octaviano Alves de Lima (1931) e para os sócios José Nabantino Ramos, Clóvis Queiroga e Alcides Meirelles (1945). Em 1949, a empresa lançou mais um jornal, a *Folha da Tarde*. Em 1960, José Nabantino não viu mais necessidade de se manter três diários e decidiu fundi-los em um só formando a *Folha de S. Paulo*. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos_cruciais-01.shtml. Acesso em: 02 jul. 2010.

jornada de trabalho, das diferentes seções do matutino (composição, remessa, gravuras, estereotipia plana e de obras) e até do teatro que Júlio Mesquita havia construído na Ladeira Porto Geral para a realização de conferências, reuniões e apresentações artísticas:



Fig. 20. Seção de Obras d' *O Estado de S. Paulo*. (IEB/USP)



Fig. 21. No alto, o prédio do *Estado* da Rua Boa Vista e baixo o Teatro construído por Julio Mesquita. (IEB/USP)

Já em *O Progresso Paulista em 25 anos*, Pestana descreveu o desenvolvimento de São Paulo nos mais diversos setores e deu destaque para o café. Os anos escolhidos pelo autor, 1890 a 1915, foram justamente aqueles em que São Paulo conheceu significativas transformações, em função das condições favoráveis propiciadas pela economia cafeeira.

O autor sublinhou a importância da imigração, base do vertiginoso crescimento populacional da passagem do século XIX para o XX. A entrada de imigrantes sempre foi expressiva e, segundo dados do artigo, entre 1890 e 1895, o número de recém-chegados foi de 111.903 por ano. Houve um decréscimo entre 1900 e 1910, causado pela crise na economia, com os números oscilando entre 22.802 e 40.478. Em 1913, porém novamente ultrapassou-se a casa de cem mil indivíduos por ano (119.158). Os últimos dados apurados, referentes a 1914, demonstraram nova queda na entrada de estrangeiros, efeito da guerra européia. Os números, segundo Pestana, confirmavam a premissa segundo a qual “o povoamento é o primeiro índice da marcha da civilização nas terras americanas”.

Outro destaque do artigo foram as estradas de ferro, base primordial para o desenvolvimento paulista, tidas como “poderoso elemento do nosso progresso” e permitiram ao porto de Santos, aumentar o ritmo de entradas e saídas das mercadorias por meio dos navios.

Dentre os setores que os paulistas haviam desenvolvido, o lugar de destaque era reservado à indústria, que exibiu acentuada expansão da produção têxtil, de calçados, chapéus e cerveja. Os números apresentados em 1914 somaram 74.207.512 metros de tecido (algodão, lã e juta) e 202.641 quilos de retalhos. Os calçados, por sua vez, atingiram a soma de 108.540.653 pares (sapatos diversos, chinelos, botinas e botas de montar), os chapéus contabilizaram 2.050.827 (homens, mulheres e crianças). No ramo de bebidas, produziu-se 42.031.360 litros de cerveja (de alta ou baixa fermentação). Paulo Pestana ponderou que, apesar de todas essas atividades em curso no Estado, o café continuava como:

(...) o supremo regulador do nosso comércio externo (...). A bem dizer, ele constitui a nossa exportação para os demais países, atraindo anualmente o ouro com que saldamos nossos compromissos. Por outro lado, influi decisivamente na importação, fornecendo recursos para as nossas compras, alargadas ou restringidas pelo rendimento obtido de cada safra.

A constatação feita pelo autor no excerto acima, tornou-se corrente na historiografia que caracterizou São Paulo como a “capital do capital cafeeiro,” tal como ocorreu no texto publicado em *História da Cidade de São Paulo*, organizado por Paula Porta.¹⁹⁴

No texto do Almanaque, tratou-se ainda de pontuar a pujança paulista e particularizar a trajetória do Estado na Federação brasileira, forma de justificar o suposto “direito paulista” à preeminência política:

Nenhuma nação, até as habitadas pelas raças mais enérgicas, pode orgulhar-se de haver conseguido igual prosperidade em tão pouco tempo. Do feliz conjunto de circunstancias resultou o admirável fenômeno. A terra, principal agente de produção, possui excelentes condições de clima e fertilidade. O capital, proporcionado pelo papel- moeda, favoreceu a exploração agrícola e a ampliação da aparelhagem econômica. O homem, enfim, com seu trabalho soube aproveitar seus elementos, tirando do solo preciosos frutos, que elaborou, transportou e permutou pelo ouro. E assim formou-se a fortuna do povo paulista.

Mais adiante, há menções freqüentes à “riqueza do povo paulista” e à “brilhante prosperidade da afortunada terra dos bandeirantes,” o que comprova que o Almanaque de 1916 estava em sintonia com o projeto da intelectualidade de dotar São Paulo de uma identidade cultural própria.

Ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, fundado em 1894, coube por meio de suas múltiplas atividades – revistas, conferências, discursos, genealogias e biografias – dedicar-se à construção da epopéia bandeirante. Não foi mera coincidência o fato do primeiro artigo da revista do Instituto, intitular-se “A História de São Paulo é a história do Brasil”.

Além de Paulo Pestana, o colaborador Zeno tinha relações muito próximas com o *Estado*, pois colaborava no matutino. No Almanaque de 1916, discutiu o conflito europeu, em curso desde 1914. No exemplar, os organizadores dedicaram cerca de vinte nove páginas à Primeira Guerra, num total de 362.

A deflagração da guerra foi discutida nos jornais, que a todos instante noticiavam os últimos acontecimentos. Nas páginas do *Estado*, o início do conflito foi anunciado com a manchete “A Guerra Austro-Sérvia”, caracterização que, em 02 de agosto de 1914, momento em que a Alemanha declarou guerra à Rússia, foi ampliada para “A Conflagração”. Alguns dias depois, na edição de 18 de agosto de 1914, o jornal inaugurou a seção *Boletim Semanal da Guerra*, dedicada exclusivamente ao conflito e

¹⁹⁴ SAES, Flávio. São Paulo Republicana: Vida econômica. In: PORTA, Paula (org.). *História da Cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX (1890-1954)*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

publicada às segundas-feiras, com os principais lances da semana, analisados em detalhes por Júlio Mesquita, a quem coube a tarefa de redigir os boletins, que saíram regularmente durante os quatro anos da guerra.¹⁹⁵

As críticas do periódico feitas à Alemanha no *Boletim Semanal*, somadas à intensa defesa dos Aliados, irritaram os empresários alemães, então os maiores anunciantes do jornal. Em repúdio, resolveram retirar seus anúncios, o que abalou fortemente as recitas, pois, conforme se destacou anteriormente, no ano de 1912, a publicação de anúncios foi responsável por mais da metade do faturamento do jornal (52%). Paulo Duarte relatou o desentendimento entre os anunciantes e a direção do matutino: “primeiro, emissários de amizade comum, depois uma comissão acompanhada de alguém do consulado alemão de São Paulo, com a característica arrogância prussiana, chegou a ir ao jornal no desempenho de um aparentemente amável convite para mudar de atitude”.¹⁹⁶

Frente às acusações dos empresários e da colônia alemã, cujo porta-voz era o *Diário Alemão*, Mesquita redigiu, como se vê, o *Boletim* de 21 de dezembro de 1914:

Atribuir a *O Estado* a má vontade contra os alemães é injustiça. O *Estado* não nega as suas simpatias pelos Aliados, mas já disse, e repete, que a essas simpatias não corresponde nenhuma antipatia pelos súditos do Kaiser, cujas excelentes qualidades de raça e de educação intelectual, comercial e industrial não têm cessado de enaltecer. O *Estado* simpatiza com os aliados não porque antipatize com os alemães, mas porque diverge visceralmente da política autoritária e militarista que desviou a Alemanha de sua luminosa missão e produziu esta guerra odiosa. Contra esta política, sim, temos toda a má vontade, onde quer que ela se implante ou firme, na Alemanha ou em outro qualquer país, inclusive o nosso. Ainda a pouco, ela tentou-se apoderar definitivamente do Brasil, o que nos valeu muitas censuras acerbadas no estrangeiro e algumas humilhações. Doeram-nos essas censuras e humilhações mas não ofenderam o nosso patriotismo, por que a consciência nos afirmava que o Brasil as merecia e, em vez de protestar contra a crítica dos estranhos, demos-lhe força e vigor pela nossa solidariedade. (...) O nosso pensamento e o nosso sentimento revoltam-se contra o militarismo alemão, como se revoltavam contra o militarismo brasileiro. No livre exercício de nosso direito de julgar pessoas e fatos, que por sua ação e sua influencia interessam a toda a humanidade, por que havemos de ter um critério para nós e critério diverso para os outros?¹⁹⁷

As explicações do jornal não foram suficientes para conter a redução dos lucros. No balanço publicado em 15 de janeiro de 1915, informava-se que, em 1914, a renda

¹⁹⁵ Em 1920, um grupo de jornalistas do *Estado* resolveu homenagear Julio Mesquita com a publicação, em livro, dos boletins que escreveu durante o primeiro ano da guerra. Mesquita só soube do volume quando esse já estava impresso e não gostou da idéia. Mandou recolher todos os exemplares e inutilizar a edição. No entanto, em 2002 foi lançado um livro em quatro volumes, ricamente ilustrado com todos os boletins redigidos durante os quatro anos de vigência do conflito. Ver MESQUITA, Julio. *A guerra (1914-1918)*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2002.

¹⁹⁶ DUARTE, Paulo. *Op. cit.*, p. 76.

¹⁹⁷ MESQUITA, Julio. *Op. cit.*, p. 129.

líquida não ultrapassou os irrisórios 178:000\$000, bem abaixo dos 502:000\$000 do ano anterior.¹⁹⁸ Uma das medidas de *O Estado de S. Paulo* foi abrir um processo por calúnia contra o *Diário Alemão*, que denominava o jornal da família Mesquita de “*The State of S. Paulo*,” numa alusão ao fato do *Estado* se posicionar a favor dos aliados por receber dinheiro dos ingleses.¹⁹⁹

Outros periódicos, além de o *Estado*, enfrentaram problemas. No Rio de Janeiro, o deputado maranhense João Dunshee de Abranches, presidente da Comissão de Diplomacia da Câmara, reclamou na tribuna acerca da má vontade dos setores do comércio e indústria com o povo alemão e acusou, ainda, alguns jornais de distorcerem os fatos que chegavam da Europa.²⁰⁰ O *Jornal do Commercio*, que tinha por traço principal sustentar as decisões do governo federal, sentiu-se ultrajado com o comentário de Abranches e, inflamado, refutou-o nos seguintes termos:

Nem deve um deputado, como presidente da Comissão de Diplomacia, e, sobretudo, com a tradição pessoal de ininterrupta concordância com os atos de nossa chancelaria nestes últimos anos, entrar na indagação das causas dessa guerra, levantando afirmações de rivalidades que a nós pouco importam e menos ainda os representantes federais de um país proclamado neutro. O ilustre representante maranhense perdeu uma excelente ocasião de ficar calado, o que traria a vantagem de não por a nossa Chancelaria na obrigação estrita em que ela iniludivelmente se encontra de desautorizá-lo. Somos insuspeitos, fazendo estas observações, porque temos mantido e saberemos manter, nesta horrível guerra, uma linha de perfeita imparcialidade, limitando-nos ao nosso papel de informações e acolhendo-as tanto de uma como de outra procedência.²⁰¹

O deputado, aborrecido, replicou que o *Jornal do Commercio* incitava o governo a seguir o exemplo de Portugal, país que se apoderou de navios austríacos e alemães ancorados nos portos lusos, com o fim único de entregar as embarcações à Inglaterra. Tal conduta, se adotada pelo Brasil, ocasionaria, segundo Abranches, a declaração de guerra ao país.

Não só as altercações entre jornais e público conturbavam o cenário jornalístico brasileiro. Em março de 1915, os periódicos se depararam com o aumento do preço do papel, da tinta e de provimentos para as rotativas, que chegou a casa dos 50%.²⁰² O próprio *O Estado de S. Paulo* viu-se obrigado a diminuir, em algumas oportunidades, o número de páginas.

¹⁹⁸ DUARTE, Paulo, *Op. cit.*, p. 77.

¹⁹⁹ Idem, p. 78.

²⁰⁰ GARAMBONE. Sidney. *A primeira Guerra Mundial e a imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. p. 51.

²⁰¹ Apud idem, p. 52.

²⁰² GARAMBONE. Sidney, *Op. cit.*, p. 45.

A chamada Grande Guerra, iniciada em 1914, chocou os contemporâneos, pois fazia um século que os conflitos eram localizados e não envolviam todas as grandes potências européias. E mais: nenhum conflito, até então, havia tomado as dimensões que tomou o ocorrido entre 1914 e 1918 e tampouco contaram com armas produzidas em escala industrial. Segundo o historiador Eric Hobsbawm, o ano do início da guerra inaugurou uma era de massacres, que se estenderiam por todo o século XX.²⁰³

No prefácio do livro de Sidney Garambone, o pesquisador Francisco Carlos Teixeira da Silva ressaltou que muitos consideraram 1918 não o fim da Primeira Guerra, mas apenas uma pausa para as forças beligerantes recomeçarem em 1939. A historiografia sobre as duas guerras cresceu nos últimos anos, bem como os livros de biografias coletivas ou individuais, memórias e até testemunhos juvenis, escritos a partir de diários.²⁰⁴

O extenso artigo do colaborador Zeno denominado *A Guerra entre as nações*, discutiu a posição dos países envolvidos no conflito, além de afirmar que, ao contrário do que se propagandeava na época, o conflito não havia sido causado pelo militarismo alemão. Essa era “uma idéia simples, fácil de reter, mas sem nenhuma significação real”. Segundo o autor, os alemães envolveram-se na contenda, como os outros países também o fizeram e ninguém culpava, até então, a atitude desses. Pode-se especular a respeito da posição assumida por Zeno. Nesse momento o *Estado* encontrava-se em luta ferrenha com o *Diário Alemão* e talvez o fato de o Almanaque publicar um texto que relativizava e dividia a culpa entre os beligerantes e talvez tivesse o intuito de aliviar os ânimos. Em suas linhas finais, Zeno afirmou não ter esperanças de ver a guerra acabar tão cedo por falta de homens e dinheiro, já que os primeiros nasciam todos os dias e sempre haveria aqueles que estariam dispostos a financiar a luta.

O único escritor-colaborador que, aparentemente, não tinha ligações tão diretas com o *Estado* era Leopoldo Amaral (1856-1938), jornalista campineiro, colaborador de variados jornais. Interessado pela história de sua cidade natal, publicou diversos artigos

²⁰³ HOBBSAWM, ERIC. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

²⁰⁴ Elias Thomé Saliba elencou alguns livros que fazem parte da enxurrada de publicações surgidas nos últimos anos, acerca das duas guerras. Entre essas se encontram *Europa na Guerra* (1939-1945), de Norman Davies, *A Face da Guerra*, de Martha Gellhorn, *Um escritor na guerra*, de Vasily Grossman, *O maior dia da História*, de Nicholas Best, *Moscú 1941*, de Rodric Braithwaite, além das constantes reedições de *O Diário de Anne Frank*, e os relatos inéditos *Inverno na Manhã*, de Janina Bauman e *Diário de Nina*, de Nina Lugovskaia. Ver SALIBA, Elias Thomé. Além das Memórias. *Carta Capital*, São Paulo, ano XV, n. 554, p. 60-63, 15 jul. 2009.

sobre a mesma, caso do ensaio denominado “Campinas,” presente no Almanaque de 1916. Onze anos mais tarde publicou, pelas oficinas gráficas do matutino, o livro *Campinas- Recordações* (1927).²⁰⁵

Os últimos quatro colaboradores do Almanaque de 1916 formavam um grupo composto por profissionais respeitados em sua área de atuação e que trataram de temas ligados à sua especialidade.

A respeito do primeiro, Ezequiel Ubatuba, só se obtiveram informações dispersas. Soube-se que foi secretário do Conservatório de Música do Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul (1908)²⁰⁶ e que trabalhou como servidor federal. Publicou também um livro intitulado *Zona da Mata* (?).²⁰⁷ No texto do Almanaque, ressaltou o crescimento da pecuária em São Paulo. A avaliação, realizada pela Repartição de Estatística da União em 1912, registrou a existência de 1.934.000 suínos, 1.322.000 cabeças de gado, seguida de 509.000 cavalos. Assim, o capital não se concentrava apenas em torno das atividades ligadas à produção cafeeira, embora essa fosse a mola propulsora das atividades financeiras e industriais e o principal produto de exportação. Os dados serviram novamente, para exaltação a pujança de São Paulo.

Já o renomado médico paulista Ernesto Bertarelli,²⁰⁸ ativo participante da campanha para a criação da Faculdade de Medicina em São Paulo cuja instalação, estava prevista desde 1891, só se concretizou em 1913, após intensos debates.²⁰⁹

Em sintonia com a guerra em curso, Bertarelli escreveu o longo artigo *Os progressos da medicina e a guerra européia*, no qual se colocou a questão de quais seriamos efetivos avanços que a guerra traria para a medicina. Para responder a indagação, Bertarelli analisou os dados a respeito das mortes em guerras anteriores à de 1914 e constatou que eram, sobretudo, provocadas por doenças, diferentemente do que acontecia no conflito em curso. Em relação às ações práticas, havia a preocupação dese

²⁰⁵ FANTINATI, João Marcos. *Leopoldo Amaral*. Disponível em: <<http://pro-memoria-de-campinas-sp.blogspot.com/2006/09/personagem-leopoldo-amaral.html>>. Acesso em: 14 jun. 2010.

²⁰⁶ JUNIOR, Luiz Fernando Barbosa, WINTER, Leonardo Loureiro. O Conservatório de Música do Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul: Primeiros anos (1908-1912). Revista eletrônica de musicologia. Disponível em: <http://www.rem.ufpr.br/REM/REMr12/01/conservatorio_belasartes_riograndedesul.html>

²⁰⁷ Cronologia Histórica do Município de Dom Silvério, de 1740 até os dias de hoje. Disponível em: <http://www.domsilverio.mg.gov.br/historia/cronologia-historica-do-municipio/>. Acesso em 20/10/2009.

²⁰⁸ Não foram identificadas as datas de nascimento e de morte do médico.

²⁰⁹ Silva, Márcia Regina Barros da. O ensino médico em debate: São Paulo - 1890 a 1930. *Revista História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 9, supl. 0, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702002000400007>. Acesso em: 03 ago. 2009.

detectar possíveis epidemias e isolar os soldados de maneira a evitar que a tropa fosse atingida. Verificava-se também a preocupação com o tétano, enfermidade que assombrava os feridos por estilhaços na batalha e que, ficavam horas a espera de socorro, em contato com a terra.

A vacinação também foi indicada pelo autor como uma forma eficaz de se diminuir infecções causadas por tifo, moléstia comum entre os combatentes.²¹⁰ Os relatórios de guerra eram unânimes quanto às providências a tomar face à doença. Por sinal, como o tifo era um mal que possuía diferentes tipos, foi uma surpresa para os médicos perceberem que o Tifo Exan temático não estava extinto, como se imaginava. Os piolhos eram os transmissores principais e todo cuidado era pouco, pois como Bertarelli asseverara: “a sabedoria do instinto, que nos põe em guarda contra os piolhos, nos quais não devemos ver apenas parasitas asquerosos, mas verdadeiros inimigos temíveis.”

Outras doenças reapareceram, como os fleimões e o edema gasoso, inflamação que as feridas poderiam adquirir. Contra eles, a ciência procurou desenvolver remédios que inibissem sua proliferação mediante uso de perborato de sódio nas chagas e água oxigenada em doses.

O médico foi enfático ao afirmar que as guerras sempre foram grandes laboratórios que proporcionavam a descoberta e cura de doenças, bem como o ressurgimento de moléstias que se supunha erradicadas.²¹¹ Para concluir, Ernesto Bertarelli declarou ser uma tristeza o cientista se fatigar na procura de cura para os males, enquanto a humanidade destruía-se:

Um dia o homem tornará a si e terá horror desta época. Pensará na devastação de vidas e energias, na ilusão dos sonhos e do sentimento, nas infâmias sem número que, à sombra da lei da força, se tem cometido e, talvez, então, impelido pelo seu próprio interesse, se volte para a ciência, lhe ensinará que o direito não é mais do que uma forma de verdade, e que o respeito a todos e a serenidade da justiça são as maiores descobertas utilitárias da humanidade.

O agrônomo francês, Jean Jules Arthaud Berthet, terceiro autor desse conjunto de especialistas presentes no Almanaque, foi eleito diretor do Instituto de Agricultura de

²¹⁰ Segundo Ernesto Bertarelli, a vacina havia sido criada seis anos antes da guerra de 1914, ou seja, em 1908.

²¹¹ O lado positivo da guerra, destacado pelo médico foi apontado em outro domínio no livro do francês Paul Virilio, *Guerra e Cinema*. Segundo Virilio, a guerra foi muito importante para o desenvolvimento do cinema, haja vista que seus líderes utilizaram-se da técnica para dominar e persuadir seus povos, como foi o caso de Adolf Hitler na Alemanha durante a Segunda Guerra e mesmo dos produtores e atores de Hollywood, que se dedicaram à ficção da guerra, ao invés da costumeira ficção cinematográfica. Ver: VIRILIO, Paul. *Guerra e Cinema*. São Paulo: Boitempo, 2005.

Campinas (IAC) em 1907.²¹² No entanto, sua gestão foi marcada por polêmicas, que colocaram em questão sua competência profissional e idoneidade moral. A primeira delas ocorreu por volta de 1914, quando foi acusado de favorecer pesquisadores franceses em detrimento de brasileiros.²¹³

No Almanaque, o agrônomo publicou o texto *A poda racional e a prática do cafeeiro*, em que definiu a poda como um conjunto de cortes e de supressão de ramos realizado a fim de regularizar e aumentar a produção das árvores. Distinguiu-as em dois tipos (podas secas e verdes) e explicou, passo a passo, a maneira de realizá-las. O texto continha trinta e cinco fotos de cafeeiros, de vários tamanhos e anos de existência.

²¹² O Instituto Agrônomo de Campinas, ainda em funcionamento, foi fundado em 26 de junho de 1887, durante a expansão da cafeicultura em São Paulo por D. Pedro II. Em 2003, o Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico e Cultural de Campinas (CONDEPACC) tombou o prédio do Instituto, seu complexo arbóreo e suas estufas. Ver Costa, Maria Teresa. IAC é tombado como patrimônio histórico. *Correio Popular*, Campinas, 12 dez. 2003. Disponível em: <<http://pro-memoria-de-campinas-sp.blogspot.com/2008/11/historia-agradece-instituto-agronmico-de.html>>. Acesso em: 24 ago. 2009.

²¹³ A outra, mais grave, ocorreu na década de 1920 quando cafezais da região de foram assolados por inseto que inutilizava os grãos. A notícia foi vinculada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em 30 de maio de 1924. As discussões foram acaloradas e veio à tona o fato de um agricultor ter informado as autoridades competentes sobre o problema já há dois anos, porém essas nada fizeram a respeito. O IAC e Arthaud Berthet foram acusados de introduzir a praga. O fundamento da acusação repousava no fato de que a maior virulência da praga era observada em espécies de café importadas pela instituição. O diretor do IAC tentou se defender, mas o caso ganhou tamanha repercussão que, após inquérito administrativo, Jean Jules Arthaud Berthet foi afastado do cargo no final de 1924. Ver SILVA, André Felipe Cândido. A campanha contra a broca-do-café em São Paulo (1924-1927). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, Out/Dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702006000400010&script=sci_arttext>. Acesso em: 24 ago. 2009.



Fig. 22. Poda de restauração. (IEB/USP)



Fig. 23. Poda de formação. (IEB/USP)



Fig. 24. Poda de formação. (IEB/USP)



Fig. 25. Ferramentas utilizadas na poda (IEB/USP)

Ao lado de um artigo escrito por especialista em agricultura, que tratara do produto base da economia – o café – havia um dedicado à capital. A tarefa coube a Victor da Silva Freire, figura eminente em 1916 e que ocupava o cargo de chefe da Diretoria de Obras Públicas da cidade de São Paulo. Nascido em Lisboa em 1869 (embora haja controvérsias sobre sua naturalidade), formou-se em engenharia civil na *École Nationale des Pontset Chaussées*, em Paris no ano de 1891. Em 1895 chegou ao Brasil e ingressou na prefeitura em 1899. Exerceu, entre 1898 e 1934, o cargo de professor de Tecnologia Civil e Mecânica na Escola Politécnica de São Paulo. Nos anos de 1932 e 1933, esteve à frente da Diretoria da instituição.

O artigo que publicou no Almanaque analisava a questão urbana em São Paulo, objeto constante de sua reflexão. A questão dos melhoramentos urbanos estava em pauta desde fins do século XIX, quando o crescimento urbano tornou-se uma questão dos poderes públicos. Com o crescente processo de industrialização e o progressivo aumento populacional – entre 1878 e 1937, São Paulo recebeu 2,4 milhões de imigrantes – era urgente ordenar, controlar e regularizar o uso do território.²¹⁴ É nesse momento também que determinados espaços e grupos como bêbados e prostitutas passaram a ser considerados problemas de segurança pública.²¹⁵

Para por em prática a regulação dos melhoramentos da cidade, foi indispensável a montagem de um plano urbanístico. A primeira ação nesse sentido partiu do engenheiro Adolfo Augusto Pinto, no limiar do século XX. Suas preocupações voltaram-se, sobretudo, para a melhoria das condições higiênicas, como o recolhimento de lixo, o abastecimento eficaz de água e o ajardinamento de vias públicas.²¹⁶

Entre 1910 e 1911, segundo Hugo Segawa, três projetos foram apresentados para dar conta dos desafios urbanos. O primeiro de Alexandre de Albuquerque, professor da Escola Politécnica, proposto por um grupo de homens ilustres da sociedade paulistana à Câmara e ao Congresso Legislativo Estadual. Objetiva construir três grandes avenidas, que se cruzariam nos moldes da Praça de *L'Etoile* (Paris), e para qual seria necessário desapropriar prédios e terrenos. Novas edificações, em estilo moderno, seriam erguidas

²¹⁴ SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. *Metrópole e paisagem: caminhos e descaminhos da urbanização*. In: PORTA, Paula (org.). *História da Cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX (1890-1954)*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 517-553.

²¹⁵ Idem, p. 530.

²¹⁶ SEGAWA, Hugo. *Prelúdio da Metrópole: arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

nas vias em estilo moderno. Para financiar as obras, sugeria-se que o poder público arcasse com a construção/prolongamento da rede de água e esgoto, bem como da iluminação das avenidas e da praça. Os construtores, por sua vez, comprometiam-se a compartilhar com o governo os custos da expropriação dos imóveis. A proposta de Alexandre de Albuquerque era nitidamente influenciada pelos conceitos do Barão de Haussmann (1809-1891), responsável pela reforma de Paris.

O segundo projeto, de nome homônimo ao do engenheiro Samuel das Neves, foi divulgado pela primeira vez no *Correio Paulistano* em 1911 e era patrocinado pelo governo do Estado. Os seus pontos principais eram a construção de viadutos, praças e de novas ruas, além do embelezamento e alargamentos de vias, já existentes.

O terceiro era de autoria de Victor da Silva Freire e Eugenio Guilhem. O então prefeito da cidade, Antonio Prado, criou uma Diretoria de Obras Públicas e convidou Victor da Silva Freire para ocupar o cargo de chefe da seção, enquanto Guilhem era o vice-diretor. Freire permaneceu no posto até meados de 1930 e foi o coordenador de todas as discussões sobre os projetos de aprimoramento do centro da cidade.²¹⁷ Sua proposta previa a construção de viadutos, um anel viário em torno do triângulo central, o alargamento de travessas e o ajardinamento de várzeas, como a do Carmo. O projeto baseou-se na disciplina urbanística codificada por Camillo Sitte (1843-1903).

A inquietação pela expansão da cidade levou Victor da Silva Freire a escrever, no Almanaque de 1916, o artigo *A Capital Paulista - presente e futuro*, no qual discutiu a lei nº 1.874, de 12 de maio de 1915, que determinara a divisão do município em quatro zonas ou perímetros circulares: área central, urbana, suburbana e rural.

A zona central, bem estruturada, abrigava o pólo comercial e financeiro, e concentrava ainda, bens e serviços. Freire apontou como bem acertado o artigo 6º da lei, que proibia a construção, nessa área, sem planta previamente aprovada pela prefeitura que, de sua parte, só expediria alvará de licença mediante o pagamento de “emolumentos devidos de acordo com as leis municipais”.

Em São Paulo, as zonas urbanas e suburbanas, compreendidas como arrabaldes, tinham situação particular. Segundo Freire, em alguns países não havia preocupação com tais espaços, pois as cidades apresentavam crescimento horizontal lento. Já em São Paulo a situação era diferente: “Entre nós, porém, esse crescimento é rápido, febril, manda a previsão que se pense já nos arredores que dentro em breve, absorvidos pela

²¹⁷ SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. *Op. cit.*, p. 534.

cidade, serão a ela incorporados.” Essas zonas, “para fazer parte da cidade devem (...) se achar em condições de não enfeiar, de não a incomodar ou a entorpecer no seu progresso.” Para tanto, o articulista sugeriu que se seguissem as determinações da “edificação moderna,” além de se obedecer ao preceito de que era proibida a construção em terrenos não arruados nos termos da lei n.1.666 de 1913.²¹⁸ As outras determinações da lei previram que as casas existentes em chácaras e sítios, nas proximidades do perímetro urbano, deveriam se orientar, caso fossem modificadas, de acordo com o art. 14 do ato 774, que diferenciavam o que era construir, reconstruir e reformar.

Em relação à zona rural, a lei em vigor (1874) estabelecia que se poderia construir da maneira que bem se entendesse, desde que a construção tivesse o recuo de 6 metros da estrada no mínimo e de 3 metros para terrenos adjacentes.

Victor Freire destacou, ainda, a importância da lei 1874, como ponto de partida para um programa que coordenasse a cidade e a sua expansão. Enquanto o chefe da Diretoria de Obras Públicas solicitou a compreensão, do leitor do Almanaque, face às necessidades da administração municipal, pois essa precisaria muito do apoio popular. Para facilitar o esclarecimento do público frente às intenções da prefeitura e seu projeto de urbanização, o autor explicou que se tratava de um plano de conjunto (também conhecido por plano de expansão), complexo que demandava os meios indispensáveis para sua realização. Para exemplificar, citou a cidade de Antuérpia, que obteve o primeiro lugar no Congresso Internacional das Cidades, realizado em Gand (Bélgica) em 1913, por ter um plano de expansão considerado modelo na época.²¹⁹

²¹⁸ Essa lei previra que a abertura de arruamentos dependia da aprovação de um projeto, ou plano técnico, elaborado segundo o levantamento topográfico do terreno. O plano projetado deveria ser rigorosamente executado, com a implantação de marcos de ferro que, demarcariam tanto os alinhamentos dos traçados da via, como os dos níveis do terreno. Ver: SIMONI, Lucia Noemia. *A expansão urbana no município de São Paulo e o processo de constituição dos regulamentos de aberturas de ruas no município de São Paulo*. Disponível em <<http://www.anpuh.uepg.br/xxiiisimposio/anais/textos/LUCIA%20NOEMIA%20SIMONI.pdf>> Acesso em: 05 ago. 2009.

²¹⁹ Segundo Victor Freire, o Plano de Antuérpia, primeiro reuniu uma comissão oficial em que se achavam representados todos os setores interessados e esses decidiram estabelecer algumas medidas, como o regime comum de escoamentos de águas, o aterro de baixadas e, ainda, a criação de um plano de viabilidade prática, que pudesse satisfazer tanto as necessidades de higiene pública, como a estética urbana, mas sem acarretar grandes inconvenientes à população. Em seguida, consultou-se um especialista em urbanização, para que se pudesse delinear o projeto e suas linhas mestras. O escolhido para a tarefa foi o arquiteto Bouvard. Entretanto, por motivos particulares, o arquiteto não ficou até o fim dos trabalhos e foi substituído por Delbeke. O plano ocupou-se com a criação e alinhamento de ruas, implementação e revitalização de vias férreas, atuais e futuras e a ocupação de espaços livres, com a criação de parques e praças. Foi realizado também um concurso de idéias, em que as pessoas podiam sugestões a respeito de providências para aproveitar terrenos ainda vagos.

O engenheiro discorreu, ainda, sobre os princípios que deveriam nortear o diagnóstico dos problemas de qualquer município, quais sejam: circulação, edificação, higiene e estética. Freire estava familiarizado com o pensamento urbanístico de seu tempo. Um grupo de arquitetos de Atenas, já havia proposto, no início do século, fundamentos similares aos apontados por Freire e divulgados por Charles Edouard Jeanneret Gris (1887-1965), mais conhecido como Le Corbusier. Tais pressupostos ainda hoje regem as propostas urbanísticas brasileiras.²²⁰

De acordo com Victor Freire, no que respeita à circulação, era preciso satisfazer as necessidades do movimento citadino no presente e no futuro. Por isso, caberia adequar as ruas às correntes circulatórias, de modo que se conseguisse um equilíbrio de movimento nas vias, para que uma não ficasse deserta enquanto a outra se tornasse congestionada.

No que se refere às edificações, o destaque era para o tamanho dos quarteirões, que deveriam ter a medida adequada ao abrigavam: fábricas e instalações industriais (100m por 200), residências particulares em jardins (80m por 100), residências comuns e comércio (60m por 120), residências de operários (35m por 140). Em relação a higiene, um dos quesitos enfatizados por Victor Freire era a importância da luz solar, fonte de claridade e de saúde para os habitantes das residências, tal que na construção das casas, ser essencial observar o acesso à iluminação.

Segundo Freire, a estética era ignorada e desprezada pelos engenheiros paulistas. Esses deveriam criar plantas que despertassem no observador a “satisfação desinteressada que nele provoca uma obra de arte”. E, além disso, as ruas não poderiam ser longas, para que não “cansassem a vista e o espírito”. A linha reta não deveria ser exclusivamente empregada, pois “curvas suaves produzem belíssimos efeitos”. Vias com defeitos deveriam ser disfarçadas ou interrompidas por elementos verticais (monumentos, fontes, arvoredos) ou por horizontais (praças de cruzamento que mudariam a direção da rua). Os leitos das ruas deveriam receber canteiros de flores, enquanto as partes não essenciais à circulação poderiam ser preenchidas por plantas ornamentais e elementos decorativos (estátuas, repuxos, caixas de correio, postes e jardins).

O engenheiro convocou a Sociedade de Cultura Artística para que trabalhasse em prol das ruas e praças da cidade. Além disso, alfinetou a urbanização carioca, ao

²²⁰ SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. *Op. cit.*, p. 523.

declarar que todos que chegavam a São Paulo surpreendiam-se com o requinte das residências, diferente das “disparatadas caixas de alvenaria, alinhadas ao longo da (...) Beira Mar e Atlântica”. Esse último comentário constituía-se em nítido exemplo da disputa então em curso entre a capital federal e São Paulo.²²¹



Fig. 26. Planta da cidade de São Paulo dividida e zonas em que estava dividida (IEB/USP)

2.2.3. Outras Temáticas

Os demais assuntos tratados no Almanaque de 1916 foram, em sua maioria, diversos dos abordados no volume de 1896. Certos elementos indissociáveis desse tipo de impresso, como a organização do tempo, persistiram. O calendário do ano abria o Almanaque, tal como ocorreu anteriormente. Para os meses, fornecia-se os deuses romanos correspondentes, para os dias o seu respectivo santos, sem esquecer as fases da lua, tão importantes na sabedoria popular. Cabe destacar, ainda, a convivência dos deuses pagãos com os santos da Igreja Católica e, ainda, o calendário revolucionário francês. Apresentou-se a lista de festas nacionais, religiosas e móveis.

Expressou-se ainda outra concepção de tempo, medido a partir da natureza, com suas necessidades e imposições. No artigo intitulado *Os meses dos lavradores*,

²²¹ Idem.

descreviam-se todas as características climáticas e as peculiaridades que envolviam a produção agrícola, isso para as diferentes regiões brasileiras. Note-se que os conselhos estavam ancorados nas crenças populares. Exemplo disso é a menção aos cuidados de só cortar madeira nos meses que não possuem a letra “r” (maio, junho, julho e agosto), de não castrar animais ou incubar ovos durante o mês de janeiro, além da necessidade de dobrar os cuidados com as plantações em fevereiro, quando os ninhos de gafanhotos começavam a se formar. O Almanaque de 1916 sugeria a abertura de valetas, visto que tais insetos “caminham mais do que saltam, nunca atingindo os seus saltos mais de 15 a 20 centímetros, o que torna fácil sua extinção.” Outros conselhos sugeriam iniciar o processo de fenação em março, para que os animais pudessem se aquecer com a chegada do inverno em junho, plantar em maio somente hortaliças que suportassem a chegada do frio e não cultivar as que não agüentariam o calor, como a couve-flor. A presença desses conselhos na publicação sugere que o Almanaque circularia também no meio rural.

A cidade de São Paulo, em conjunto com outros municípios, ganhou espaço no Almanaque de 1916, tal como havia ocorrido em 1896. No entanto, no primeiro almanaque, foram descritas noventa e nove cidades, total que quase dobrou em 1916, com cento e setenta. A natureza da abordagem também mudou, pois, se no almanaque do final do XIX predominavam nomes de pessoas ilustres de cada lugar retratado e menção aos principais edifícios públicos, em 1916 ganhavam destaque referências mais objetivas – número de habitantes, distância até a capital paulista, altitude, produtos cultivados, existência de escolas, teatros, correios, hotéis, telégrafos, horários de trens e valores dos bilhetes, opções de uso, caso houvesse, a existência de ramais férreos etc.. Observa-se também, a presença de muitas cidades relativamente recentes, fruto do chamado “novo oeste paulista,” região do Estado inexplorada até o início da primeira década do século XX. Tal contraste evidenciava a expansão do estado para outras direções, como Xiririca (atual Eldorado), localizada ao sul, e São José do Rio Preto, ao norte.

Outra novidade do Almanaque de 1916 diz respeito à iconografia. Pode-se classificá-la em quatro categorias, com especial destaque, em termos quantitativos, para a primeira delas, que reunia fotografias provenientes do arquivo do próprio jornal *O Estado de S. Paulo* e que ilustraram a reportagem sobre a trajetória do matutino.

Outro grupo reproduziu cenas das cidades de São Paulo, Araraquara e Campinas: suas praças, prédios, largos, teatros, escolas, pontes, edifícios públicos, ruas,

hospitais, catedrais, estações ferroviárias, palacetes, jardins, monumentos etc, com claro predomínio da capital. Há de se destacar a ênfase nos chamados “aspectos novos” da paulicéia, contrapostos aos “antigos”, o que deveria despertar o orgulho dos leitores paulistanos. Os que folheassem o Almanaque perceberiam que a capital havia se transformado e assumia ares de cidade moderna e progressiva.



Fig. 27. Aspectos Novos de São Paulo: Teatro Municipal (IEB/USP)



Fig. 28. Aspectos Antigos de São Paulo: a antiga Igreja da Sé. (IEB/USP)

Já o terceiro conjunto de fotografias exibia o desenvolvimento econômico do interior do Estado e muitas ilustravam o artigo de Paulo Pestana. Eram instantâneos de fazendas de café, cultivo de arroz, algodão, milho, fumo, de engenhos de açúcar e de indústrias têxteis. Os relativos a Primeira Guerra também continham imagens e constituem a quarta categoria, na qual estavam líderes dos países beligerantes, como Imperador austríaco Francisco José, o czar russo Nicolau II, o rei da Bélgica Carlos Alberto I, o presidente francês Raymond Poincaré, o imperador alemão Guilherme II, o rei inglês Jorge V, dentre outras personalidades, além de flagrantes da devastação ocasionada pelas batalhas.

Por fim, o Almanaque apresentava um conjunto significativo de anúncios ilustrados. Cabe destacar que, no intervalo de publicação do Almanaque de 1896 e o de 1916, houve significativa mudança na comercialização da publicidade. Se antes era elaborada nos próprios jornais ou por intermédio de agenciadores de anúncios, mediadores na negociação entre os que desejavam anunciar e as revistas e jornais, a partir de 1914, sua organização ocorreria em agências especializadas. Segundo Ricardo Ramos, a primeira empresa criada nesse sentido foi A Eclética, fundada por Jocelyn Benatton e João Castaldi. Como não havia um modelo de propaganda a ser seguido, orientou-se pelo padrão americano. Os anúncios passavam a ser mais objetivos, em contraposição aos longos e explicativos reclames do século XIX. Finda a Primeira Guerra, São Paulo contava com quatro agências além de A Eclética: a Pettinati, Edanée, a de Valentim Haris e a de Pedro Didier e Antonio Vaudagnoti.²²²

No Almanaque de 1916, as propagandas ocuparam cento e trinta e duas páginas do impresso, cerca de 37% do total. E traziam desenhos, fotografias e até com dois anúncios coloridos do Laboratório Roche e Granado, conformes e observa abaixo:

²²² RAMOS, Ricardo. *Do Reclame à comunicação: pequena história da propaganda no Brasil*. São Paulo: Atual Editora, 1987.p. 29/30.



Fig. 29. Propaganda do depurativo Iodostarine do Laboratório Roche. (IEB/USP)



Fig. 30. Anúncio dos produtos da Farmácia Granado, cujo representante em São Paulo era João Lopes. (IEB/USP)

Os produtos anunciados eram muito diversificados, com predomínio dos que propagandeavam motores e máquinas agrícolas/industriais, o que permite considerar que houve uma expansão da produção desse tipo de mercadoria, já que a guerra em curso na Europa dificultava a importação de qualquer tipo de material. Ao contrário do que se possa imaginar, não se vendiam apenas equipamentos para o cultivo do café. Ofereceu-se maquinário para a lavoura de arroz, açúcar, aguardente, fubá, algodão e mandioca, o que vai ao encontro das informações do artigo de Paulo Pestana sobre a diversificação das atividades agrárias no Estado nos anos anteriores a 1916. Havia também uma série de reclames sobre motores, transformadores, dínamos, lâmpadas e letreiros luminosos, itens importantes em uma cidade em desenvolvimento. A indagação presente no anúncio da *Light Power* sobre o “por que não fazer uso das coisas que facilitam a vida?” é respondida com o conselho: “deixai de ser rotineiros e aproveitai os progressos da ciência!”. Para enfatizar ainda mais a idéia, a propaganda apresentava um signo e no centro desse, haviam as palavras “conforto, asseio, economia,” rodadas por indicação de mercadorias: aquecedores, vibradores, letreiros, fogões, iluminadores, ventiladores, ferros de engomar, torradores, chaleiras e fogareiros, seguida das letras que formavam o nome *Light Power*. A simbologia criada indica a aceleração do tempo, da praticidade, do tempo aproveitado a cada segundo, nova realidade que chegava com a modernidade.

A tabela a seguir, permite visualizar o teor dos anúncios presentes do Almanaque de 1916:

Quadro V – Anúncios do Almanaque d`O Estado de S. Paulo para 1916

Anúncios	Quantidade
Motores e máquinas variadas	15
Lojas de roupas e calçados	16
Medicamentos, casa de saúde e drogarias	11
Lojas de Secos, molhados e bebidas	8
Bancos	7
Casas de instrumentos musicais	6
Livros	6
Comissários de café e cereais	6
Hotéis	5
Alfaiates	5
Tapeçaria e móveis	5

Companhias de seguro	4
Tipografias e papelarias	3
Periódicos	3
Advogados	3
Charutaria e fumo	2
Despachantes	2
Carrapaticidas	2
Indústrias variadas	2
Casas Lotéricas	2
Avicultura	2
Companhia de construção e material de construção	2
Artigos de montaria	1
Joalheria	1
Loja de tinta	1
Chapelaria	1
Empresa de Luz	1
Fábricas de massas	1
Vidraçaria	1
Fábrica de elevadores	1
Floricultura	1
Perfumaria	1
Marmoraria	1
Oficina de bicicletas	1
Barbantes e cordas	1
Casa de Armas	1
Fábrica de papel	1
Acessório para automóveis	1
Total	132

O segundo item mais anunciado foram as lojas de roupas e calçados. Segundo Heloisa Barbuy, o vestuário sempre foi um ramo muito próspero no comércio paulistano. De início havia muitos alfaiates, que produziam roupas masculinas sob encomenda e que conviviam amigavelmente com casas que vendiam roupas prontas (*tout fait* ou *prêt-à-porter*). No limiar do século XX, certas lojas especializaram-se no vestuário masculino e às vezes, vendiam roupas para meninos.²²³ O memorialista Jorge Americano ressaltou que, como não havia muitas lojas que comercializassem vestes para o público infantil, era grande o número de alfaiates e costureiras que o faziam. Os meninos costumavam vestir meias compridas, bermuda e blusa no estilo marinheiro. Ao

²²³ BARBUY, Heloisa. *A Cidade-Exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo (1860-1914)*. São Paulo: Edusp, 2006.

completarem 12 ou 13 anos, ganhavam trajes de "homem," sobretudo, das lojas *Bon Diable* e *Ville de Paris*.²²⁴

Dentre as lojas, destacava-se a *Au Sport*, localizada na Rua Direita, no chamado triângulo central, e dedicada exclusivamente à moda masculina. O estabelecimento anunciava artigos a preços baratos e garantia de devolução, caso as peças adquiridas não agradassem os fregueses. Também alardeavam que seus trajes eram indispensáveis para um cliente de fino gosto, seja em eventos da alta sociedade, uso diário ou, ainda, para prática de esportes. A *Au Sport* possuía ainda uma seção de enxovais para os estudantes e assegurava que entregava "todas as peças", de acordo com o regulamento do colégio, seja lá qual fosse.

Já a *La Ville de Londres*, situada na Rua São Bento, tinha grande sortimento de casimira e brim que, ao que parece, eram os tecidos preferidos na fabricação de artigos masculinos. O estabelecimento chamava atenção para o fato de seus produtos serem importados diretamente da França e Inglaterra e de ter novidades todo mês. Os dois países europeus, embora predominasse a referência francesa, eram os mais citados quando se tratava de vestuário. Por isso, muitas lojas portavam no nome referências a esses, caso da *La Ville de Londres* e da *La Ville de Paris*, esta última mencionada por Heloisa Barbuy.²²⁵

Cabe destacar que os preços das roupas vendidas pela loja estavam bem acima da média dos salários recebidos por pelo menos metade dos chefes de família da época. Em 1919, segundo Edgar Leuenroth e Hélio Negro, o salário de um trabalhador variava entre 80\$000 e 120\$000.²²⁶ Em 1916, a loja *Au Sport* anunciava que um traje para ocasiões especiais custava entre 130\$000 a 200\$000, o que significava que os clientes que optavam por essa aquisição não pertenciam a maioria da população. Os demais preços não deixavam por menos. Um terno de uso diário custava entre 45\$000 a 140\$000, enquanto o apropriado para o uso durante os esportes era vendido por 50\$000 a 130\$000 (casimira de lã) ou 35\$000 a 90\$000 (brins em cores). Esses preços se comparados com os valores gastos por uma família composta por marido, mulher e duas crianças demonstram a quem essas lojas pretendiam ter como clientela. A alimentação básica da família com itens como arroz, feijão, batatas, carne, leite, açúcar, entre outros,

²²⁴ AMERICANO, Jorge. *São Paulo naquele tempo (1895-1915)*. São Paulo: Carrenho Editorial/ Narrativa Um/Carbono 14, 2004.p. 63.

²²⁵ BARBUY, Heloisa. *Op.,cit.*

²²⁶ LEUENROTH, Edgar, NEGRO, Hélio. *O que é o Maximismo ou o Bolchevismo*. São Paulo: Editora Semente, s.d.

não saia por menos que 89\$000. Um terno de uso diário mais barato na *Au Sport* custava 45\$000 ao passo que uma família pagaria essa quantia caso alugasse dois cômodos com cozinha para sua moradia.²²⁷ O preço dos costumes para meninos também permite comparações significativas com os artigos domésticos indispensáveis a mesma família. Uma veste em brin custava de 3\$500 a 25\$000, enquanto uma de casimira era vendida por 7\$000 a 45\$000. Para uma família esses valores poderiam ser convertidos respectivamente em 3kgs e ½ de café a fósforos, querosene e três sacos de carvão, ou ainda 7kgs e ½ de açúcar a 15 litros de leite, 7 kgs de toucinho e 12 kgs de arroz. Os ternos com calças curtas vendidos na *Au Sport* variavam de 15\$000 a 35\$000 (brin) ou 25\$000 a 60\$000 (casimira). Esses últimos convertidos aos gastos da família corresponderiam, no caso das vestes em brin, a um vestido de chita para a mulher e dois chapéus e três camisas para o homem. As roupas infantis em casimira da *Au Sport* totalizariam um ano inteiro de roupas e calçados de segunda mão para os filhos da família.

A partir de 1907, São Paulo conheceu um novo estilo de lojas, cujo modelo baseava-se nos *grands magasins* franceses como o *Bon Marché de Paris*. A construção do primeiro empreendimento dessa natureza foi a Casa Alemã. Existiram outras como a Casa Lebre, a Preço Fixo e a Casa Fretin, mas só a Casa Alemã, conseguiu o porte e a administração peculiares às similares francesas.²²⁸ Outro modelo de grandes magazines, mas de origem inglesa, foram os *department stores*, representados pela Mappin Stores, inaugurada em 1913, na Rua 15 de Novembro, e que se fez presente no Almanaque de 1916. A Mappin oferecia-se aos clientes a última moda para senhoras e crianças, roupas brancas, camisaria e alfaiataria, móveis no estilo inglês, sedas, fazendas, rendas, laços e artigos de armarinho. Nota-se que suas mercadorias encontravam-se organizadas por departamentos e, mesmo na propaganda, essas apareciam separadas, seguindo a risca a “departamentalização” vigente no interior do estabelecimento.²²⁹ Ao contrário do que aconteceria futuramente com esse tipo de loja, em 1916 ainda não se vendia a crédito.

²²⁷ Idem, p. 16.

²²⁸ A formação preliminar da Casa Alemã começou em 1880, quando o alemão Daniel Heydenreich, chegou a São Paulo e passou a trabalhar na casa de ferragens de João Fischbacher. Daniel estocou em sua moradia, na Rua 25 de Março, prateleiras de variados produtos e os vendia na porta da igreja ou a domicílio. Assim que pode alugou uma casa, próximo do Triângulo. Seu negócio prosperou e conseguiu abrir a primeira filial em Campinas em 1887. A Casa Alemã passou por vários endereços e em 1904, mudou para a rua Direita no n. 16-18 e edificou seu prédio nos moldes cosmopolitas., com enormes janelas de vidro cobrindo toda a frente. Existiu até a década de 1950. Ver BARBUY, Heloisa, *Op.,cit.* p. 209-211.

²²⁹ O termo departamentalização foi extraído de BARBUY, Heloisa. *Op.,cit.*, p. 209.

Em um dos anúncios lia-se: “nossas compras na Europa e nossas vendas aqui são feitas somente a dinheiro.” A opção era assim justificada: “com esse sistema podemos garantir que os nossos preços são os mais baixos possíveis.”

As Casas Pernambucanas, por sua vez, localizava-se no Largo da Sé e não era ainda uma loja de departamentos, como nos dias atuais.²³⁰ Vendia fazendas no atacado e no varejo e, com apenas oito anos de existência, possuía filiais em várias localidades do interior paulista, como Araraquara, Botucatu, Franca, Jaú, Limeira, Piracicaba, Ribeirão Preto e Taubaté, para citar só alguns exemplos. É importante ressaltar que, no Almanaque de 1916, exceção feita aos grandes magazines que forneciam vestuário para toda família, não se encontrou lojas dedicadas à moda feminina ou aos cuidados da beleza da mulher. O mais próximo disso foi um anúncio da Mappin Stores sobre enxovais para noivas, que declaravam ter “um belíssimo sortimento em roupas para cama e mesa das melhores qualidades inglesas”. A ausência dos anúncios permite sugerir que as moças solteiras não eram vistas como público consumidor, já que até o casamento, tudo que se relacionasse a elas ficavam sob os cuidados das mães e era a essas que as propagandas deveriam seduzir.

Em seus anúncios, a Mappin e a Casa Pernambucanas reproduziram, por meio de fotografias, as fachadas de seus prédios, o que pode ser tomado como uma maneira de ostentação, persuasão e sedução com vistas a garantir uma visita às suas dependências. Segundo Márcia Padilha, o consumidor, ou mesmo aqueles que apenas adentravam nos estabelecimentos desse porte, poderiam alternar duas sensações díspares: a de pertencimento, já que eram compradores, e a de estranhamento, pois às vezes assumia o papel de espectadores, sem poder consumir tudo aquilo que lhes era oferecido.²³¹

²³⁰A Casas Pernambucanas foi fundada por Herman Theodor Lundgren. De origem sueca, Herman desembarcou no Brasil em 1855 e estabeleceu-se em Pernambuco. Comercializou variados produtos como carnaúba, sal, peles de animais e pólvora. Em 1866, fundou a Fábrica de Pólvora S/A Pernambuco, que lhe gerou capital para comprar em 1904, a Cia de Tecidos Paulista. Passou a se dedicar ao ramo têxtil e em 1908, conseguiu inaugurar sua primeira loja. Disponível em: <<http://www.pernambucanas.com.br/loja/100anos/Default.htm>>. Acesso: 01 jul. 2010.

²³¹PADILHA, Márcia. *A cidade como espetáculo*: publicidade e vida urbana na São Paulo dos anos 20. São Paulo: Annablume, 2001.



Fig. 31. Fachada da Mappin Stores. (IEB/USP)



Fig. 32. Fachada da Casas Pernambucanas. (IEB/USP)

A questão da aparência já era então uma das chaves de se vender bem. A fachada da loja A Bota Ideal, empresa voltada para a venda de calçados, também foi

reproduzida no seu reclame, o que significa que esse tipo de marketing não era exclusivo das grandes lojas:

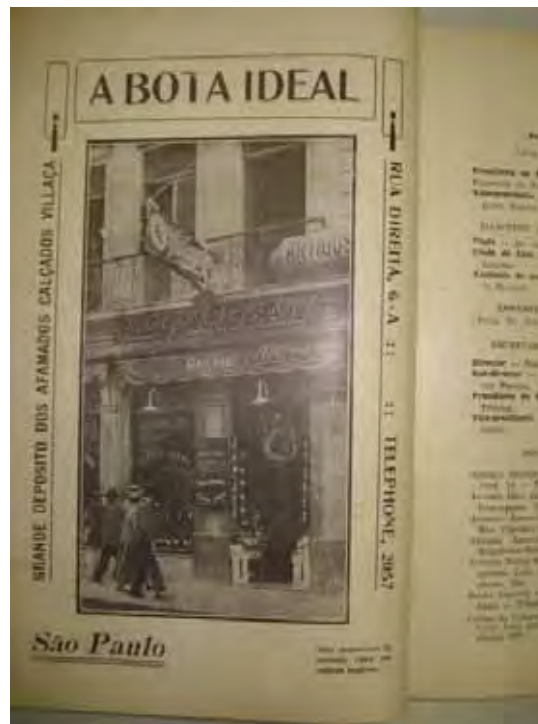


Fig. 33. Fachada da loja de calçados A Bota Ideal. (IEB/USP)

Ao que parece, estampar as imagens do estabelecimento, dos seus proprietários e dos funcionários, gerava credibilidade nos possíveis consumidores. A joalheria Pendula Internacional, de Francisco Martorelli, trazia sua foto com ares de homem íntegro. A propaganda da Charutaria Carioca optou por expor as operárias de sua fábrica, que esperavam a abertura dos portões para iniciarem a jornada de trabalho. Uma vez no interior, posaram para nova fotografia, o que possibilitaria aos leitores conhecer suas instalações e sua organização, numa estratégia para conferir-lhe respeitabilidade:

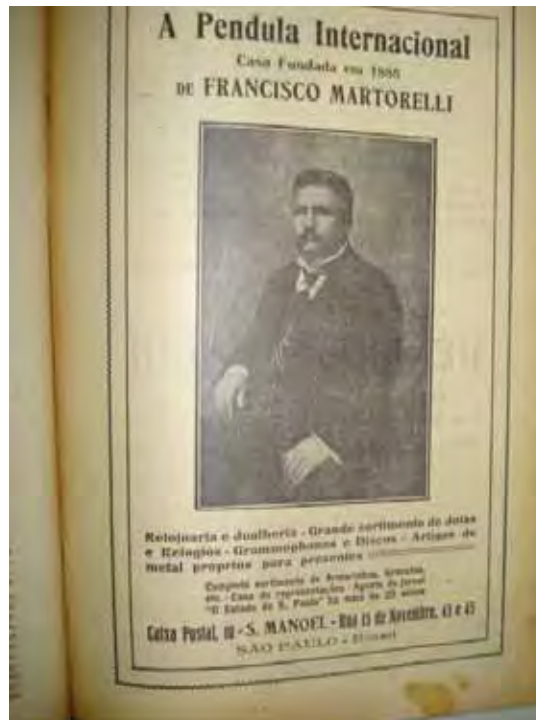


Fig. 34. Retrato do proprietário Francisco Martorelli em anúncio da Joalheria A Pendula Internacional. (IEB/USP)



Fig. 35. Fachada da Charutaria Carioca e fotografia de suas operárias. (IEB/USP)

Os medicamentos e similares continuaram a ser propagandeados em larga escala e ocuparam o terceiro lugar no rol dos produtos mais anunciados. Assim como na edição anterior do Almanaque, prometiam ser: “o agente mais poderoso que existe para combater com sucesso doenças pulmonares, agudas e crônicas” (Xarope Roche), “a última palavra em depurativos”, pois, “só é sífilítico, manchado e espinhento quem quer” (Elixir 914) e ainda “fortalecem e desinfetam os intestinos” (Pastilhas da Vida). Os fármacos da época pretendiam atacar, sobretudo, os males do estômago, problemas respiratórios, sífilis e reumatismo. Havia anúncios de casas de saúde, que atendiam pessoas que tinha moléstias de fundo nervoso, farmácias que possuíam em seus estoques produtos variados e opúsculos que indicavam os melhores tratamentos e remédios para todos os casos.

Além desses grupos mais numerosos, o Almanaque de 1916, abrigou um rol muito diversificado. Nota-se a crescente oferta das lojas de secos e molhados, bancos e hotéis, que já apareciam em quantidade considerável na edição anterior. Os estabelecimentos que comercializavam instrumentos musicais também se destacaram. Se, no Almanaque de 1896, anunciou-se apenas uma única loja de piano, na edição de 1916 o número aumentou para seis, que além do clássico piano, vendiam clarinetes, acordeões, flautas e tubas, dentre outros instrumentos de madeira ou de metal. Ofereciam-se, ainda, gramofones, discos e uma oficina de concertos gerais. A procura por esses “artefatos da modernidade” cresceu, o que é um índice da transformação em curso na cidade. Ainda não se pode desprezar o fato de serem elementos de distinção social. O hábito de tocar e ouvir música representava requinte e bom gosto.



Fig. 36. Casa Stephen que comercializava pianos. (IEB/USP)



Fig. 37. Acima a Casa Malta, fabricante de móveis e abaixo a Casa Odeon, especializada em gramofones e discos. (IEB/USP)

Por último, cabe apontar que a maioria das casas comerciais que anunciaram no Almanaque de 1916 oferecia o envio de catálogos aos interessados em melhor conhecer seus produtos. Esses estampavam roupas, máquinas agrícolas, bicicletas, livros, revistas e jornais, remédios, instrumentos musicais, tintas e até de magia e ilusionismo. Algumas vezes, usavam-se sinônimos para a palavra catálogo, caso do anúncio que propagandeava as Pastilhas da Vida, da Sociedade Medicinal Souza Soares, que

denominavam o folheto a ser enviado de “prospecto”. Os catálogos visavam não só a divulgação de novos produtos, como também colocar os produtos ao alcance dos consumidores que não pudessem se dirigir aos estabelecimentos.

A respeito desses, a pesquisadora americana Alexandra Keller fez ponderações interessantes, que levam a refletir sobre a circularidade e a procura de catálogos, como os anunciados nas propagandas do Almanaque de 1916. Keller, que estudou os catálogos de venda por correspondência da *Sears* e da *Roebuckand Company*, publicados entre 1899 e 1906, salienta que esses funcionaram como um emblema central da modernidade e que incorporavam um sistema de representações duplo, que despertava no indivíduo o desejo da mercadoria ausente, e ao mesmo tempo, utilizava-o como literatura e entretenimento. Em um primeiro momento, o receptor desses catálogos seria apenas um leitor para, em seguida, transformar-se em consumidor.²³² O sucesso de sua procura devia-se, então, ao fato de não se precisar pagar pelo catálogo.

O *Wishbook* da Sears, pesquisado por Keller, em sua fase mais vigorosa atingiu proporções majestosas e chegou a pesar 2,7 quilos, com um total de 1.500 páginas.²³³ Não se sabe infelizmente, como era a materialidade dos catálogos distribuídos pelas casas de comércio paulistanas, já que no Brasil até o momento, não foram realizadas pesquisas com esses folhetos.

Os catálogos de venda remetem, ainda, aos agentes de livreiros, que percorriam cidades da Europa em busca de interessados em comprar e que consigo levavam listas para ilustrar os produtos.²³⁴

Por fim, o *Almanaque d`O Estado de S. Paulo para 1916* foi um impresso capaz de expressar variadas temáticas, que abordavam desde eventos importantes, em curso no momento de sua publicação, como as reforma urbanísticas, o crescimento e consumo de São Paulo, a modernidade, cuja representação pode ser apreendida a partir dos anúncios publicitários contidos em suas páginas e, ainda, elementos indissociáveis desse

²³² KELLER, Alexandra. Disseminações da modernidade: representações e desejo do consumidor nos primeiros catálogos de venda por correspondência. In: CHARNEY, Leo, SCHWARTZ, Vanessa. *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

²³³ Idem, p. 188.

²³⁴ Monteiro Lobato lançou mão de prospectos para recuperar a prestigiosa, porém deficitária, *Revista do Brasil* quando a comprou em 1918. Um dos meios encontrados foi enviar um folheto a todos os agentes dos correios, no qual solicitava o endereço de papelarias, bazares, armarinhos, farmácias, lojas de ferragem, de fazendas, de qualquer estabelecimento que pudesse vender a revista e também os livros que editava. A quem interessasse, Lobato enviaria as obras em consignação e pagaria 30% de comissão sobre o preço de cada exemplar. Ver LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Unesp, 1999.p. 68.

impresso, como a questão temporal. Diferentemente do anterior, o Almanaque de 1916, continha uma vasta iconografia e colaboradores expressivos, do meio literário e social. Uma nova edição do impresso só seria lançada vinte e quatro anos depois em 1940. Durante o tempo de hibernação da nova edição, o mundo havia se transformado e a situação de paz e prosperidade do jornal que o havia criado também, como se verá seguir.

Capítulo 3: Para uma nova década, um novo Almanaque

Deixei Paris sob uma atmosfera sinistra. Todos certo de que era inevitável a guerra e convencidos de que pouca coisa restaria da Europa, depois do furacão. As despedidas foram tristíssimas. Os moços em idade militar, esperavam-me ver ainda, se não morressem na luta, os velhos vivem na perspectiva de assistir a partida dos moços e a destruição de tudo quanto os séculos acumularam de belo e de grande.²³⁵

Os anos de 1920 foram assinalados por uma série de transformações na imprensa paulistana e carioca. O aperfeiçoamento das tecnologias de impressão permitiu que se produzissem jornais e revistas de melhor qualidade e que se incorporassem novas seções e ilustrações de todo tipo. A Havas, única agência de notícias presente no país desde o século XIX, ganhou concorrentes, pois, novas filiais abriram seus escritórios em terras brasileiras, como a United Press, que prestava serviços para *O Estado de S. Paulo* desde 1918 e que passou a servir, a partir de 1922, periódicos cariocas como o *Jornal do Brasil* e, ao fim da década, *O Jornal*. Já a Associated Press, também recém-chegada, atendia o *Correio da Manhã*.²³⁶

Segundo o depoimento do jornalista Armando Ferreira Peixoto, a transmissão dos fatos internacionais para o Brasil iniciava-se em Nova Iorque, então o centro irradiador de noticiário para a América Latina, e seguia por telégrafo para Bueno Aires, onde se localizava o principal posto latino da United Press. De lá, as notícias eram transmitidas para o Brasil e outros países. Além desse trajeto, as informações chegavam

²³⁵ MESQUITA FILHO, Julio. Carta a sua esposa Marina. Nova Yorque. 06 mai 1939. In: MESQUITA FILHO. Ruy (org.) *Cartas do Exílio*. São Paulo: Terceiro Nome, 2006. p. 95.

²³⁶ BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. p. 85

por outro meio: telegramas em inglês eram enviados pela Western, a Pal American e a Italcabo.²³⁷

Em relação ao conteúdo, o jornalismo investigativo ganhou destaque. Nesse os integrantes dos jornais averiguavam e denunciavam desmandos públicos e privados, o que acabou por caracterizar o referido período.²³⁸ Nessa época ainda, a compra de *O Jornal*, de propriedade de Renato Toledo Lopes, por Assis Chateaubriand, inaugurou o movimento que consolidaria as grandes cadeias jornalísticas que marcaram as décadas posteriores. No entanto, algumas características da imprensa do começo do século XX ainda prevaleciam no interior das redações. O ingresso no mundo jornalístico continuava a ser por indicação de conhecidos e era quase sempre privilégio de jovens estudantes de Direito, com idade entre 16 e 20 anos. A péssima remuneração do meio, também guardava semelhança com o periodismo anterior e continuava a ser o principal motivo pelo qual se buscava exercer outras profissões, sobretudo o funcionalismo público. Nem todos aqueles que colaboravam para os jornais recebiam pelo trabalho, ainda que ganhassem *status* de jornalistas. Os que eram pagos embolsavam quantias em torno de 200 mil-réis, o que não era muito, já que a média de um funcionário do governo era de 600 mil-réis²³⁹.

Em São Paulo, em meados de 1921, a Câmara Municipal, mesmo sobre protesto da diretoria de alguns jornais, inclusive de *O Estado de S. Paulo*, aprovou a lei de descanso semanal, no qual as oficinas deveriam ficar fechadas das oito horas da manhã de domingo às oito da manhã de segunda-feira. Assim, o matutino deixou de circular no segundo dia da semana. No entanto, passou-se a fazer uma edição, mesmo que reduzida. Para isso, abria-se a redação exatamente na hora que terminava o prazo da lei para que o periódico circulasse às duas da tarde.²⁴⁰

A prosperidade que o *Estado* conquistara em anos anteriores não arrefeceu na década de 1920. Conforme demonstrou o balanço de 1923, publicado no ano seguinte, o lucro foi de 1.164 contos e 147 mil réis. Para 1925 eram anunciadas novas seções, que tratariam de higiene, pediatria, agricultura, entre outros assuntos e foram assinadas por Afrânio Amaral, Sud Menucci, Amadeu Amaral, Fernando de Azevedo e Vivaldo Coaracy.

²³⁷Depoimento de Peixoto, Armando Ferreira. In: *Memória da ABI*. Apud BARBOSA, Marialva. *Op. cit.* p. 85.

²³⁸BARBOSA, Marialva, *Op. cit.*, p. 62.

²³⁹Idem, p. 88 e 90.

²⁴⁰SUPLEMENTO do Centenário. *O Estado de S. Paulo*. 04 jan. 1975, p. 22. Informações subseqüentes sobre a trajetória do jornal foram extraídas do mesmo suplemento.

Em termos político-sociais, o matutino continuou a se envolver em questões fundamentais para o país. O jovem Júlio de Mesquita Filho interessou-se pela questão educacional e escreveu textos nos quais apontava São Paulo como Estado-chave, de onde deveria partir o movimento pela consolidação de um ensino eficaz e formador, responsável pela regeneração política da sociedade brasileira. Assim surgiu o projeto de se criar uma universidade em São Paulo. De acordo com Irene Cardoso²⁴¹, três documentos foram fundamentais para a iniciativa: o primeiro, intitulado “A Comunhão Paulista”, foi publicado na *Revista do Brasil* por Mesquita Filho em 1922. Nesse, defendia-se o imperialismo benéfico de São Paulo, justificado na figura do bandeirante e na expansão cafeeira. O segundo chamava-se “A Crise Nacional” e veio à tona em *O Estado de S. Paulo*, em 15 de novembro de 1925, e, posteriormente, foi publicado em livro. A crise em questão era a política, originada na época de implantação do regime republicano, visto que teria havido desorganização do sistema político, o que resultou, segundo o autor, na predominância das oligarquias. Para solucionar o problema, era necessário criar organismos de cultura, como as universidades, que formariam indivíduos munidos de poder e capacidade para destruí-las.

O último dos textos foi o inquérito sobre a instrução pública, promovido pelo *Estado* em 1926, cujos responsáveis foram Júlio Filho e Fernando Azevedo. Durante quatro meses o matutino publicou as respostas dos entrevistados, entre os quais estavam professores do ensino normal, secundário e das escolas superiores de Medicina, Direito e Engenharia, além de vários jornalistas. Dentre as variadas constatações, verificou-se a ausência de uma política educacional, norteadas por princípios pré-estabelecidos, e a idéia de que só a universidade seria eficaz na promoção da coesão nacional. Esses três textos lançaram o debate que culminaria com a implantação da Universidade de São Paulo em 1934.

Outro evento importante da década, e no qual o matutino também se envolveu, foi a criação do Partido Democrático (PD), em março de 1926, pelo conselheiro Antônio Prado. A procura por adesões encontrou apoio em nomes como Francisco Morato, Reynaldo Porchat, Gama Cerqueira, Cardoso de Melo Neto e Vicente Rao, que assinaram a ficha de filiação. O envolvimento do *Estado* com o novo partido foi expresso já na primeira reunião, realizada em um salão da Rua do Carmo. A abertura solene foi realizada pelo conselheiro Prado, seguida da leitura da ata de fundação.

²⁴¹ CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. *A Universidade da Comunhão Paulista*. São Paulo: Cortez, 1982.

Francisco Mesquita fez um longo discurso, no qual tratou da responsabilidade que o novo partido assumia frente a um país cheio de fraudes eleitorais e corroído pela politiquice. Nos dias subseqüentes, o matutino publicou notícias sobre a evolução do partido e o continuou a fazê-lo meses seguintes. Embora se proclamasse “apartidário”, o jornal não deixou de defender o novo partido e de descrever os pormenores da violência cometida pelo PRP em todo o Estado, em face das eleições para Câmara e Senado, prestes a se realizar.

Antes de findar o decênio, todos foram surpreendidos com a notícia da morte de Júlio Mesquita, em 1927. A partir de então, Júlio Filho assumiu a direção do jornal e a liderança do chamado “grupo do *Estado*,” e atuaria na vida pública, assim como fez o seu pai. Era usual identificar a redação do jornal como um grupo, não só pelos que nele trabalhavam, mas também por outros órgãos de imprensa e pelo próprio mundo da política. Segundo Irene Cardoso, o “grupo do *Estado*” atuava como uma espécie de partido ideológico, que promovia diversas campanhas e que encontrava no jornal seu porta-voz. Assim, tal como um partido político, o jornal estabelecia alianças e indivíduos ligados a ele ocupavam posições e cargos públicos. Dessa forma, o grupo aliou-se ao Partido Democrático, sem nunca se fundir a esse, teve dois de seus integrantes indicados para a Interventoria de São Paulo (Plínio Barreto, que ficou pouco tempo no cargo em 1931, e Armando Salles de Oliveira, a partir de 1933) e, futuramente, comporia com a Federação dos Voluntários e com o grupo da Ação Nacional, desligada então do PRP, para formar o Partido Constitucionalista, em 1934.²⁴²

Nos anos de 1930, *O Estado de S. Paulo* envolveu-se em outras questões cruciais, além das já citadas. A primeira delas foi a participação na Revolução Constitucionalista de 1932. Os paulistas, irritados com as nomeações de interventores para o Estado e sob o argumento de que não havia efetiva intenção de se convocar uma Assembléia Constituinte, entraram em conflito com o governo federal, chefiado por Getúlio Vargas desde 1930.

O movimento revolucionário eclodiu em 09 de julho de 1932 e todos os setores da sociedade paulista envolveram-se. Tentaram resistir como puderam frente às tropas varguistas, uma vez que a esperada adesão de outros estados da federação não se efetivou. O matutino foi um dos principais líderes da Revolução e um importante financiador. Todos os esforços do jornal foram direcionados para o conflito, o que fica

²⁴²Idem p. 45.

evidente nos editoriais e matérias publicadas durante todo o período. Apesar da escassez de papel, que levou o próprio *O Estado de S. Paulo* sair com apenas quatro páginas, as suas oficinas gráficas imprimiram, mediante esforço e apoio da Liga de Defesa Paulista, edições do *Jornal das Trincheiras*, publicação que se autodenominava “órgão oficial da Revolução Constitucionalista”, distribuído aos domingos e às quintas-feiras²⁴³.

As declarações de Marina Mesquita, esposa de Júlio de Mesquita Filho, nas cartas enviadas ao marido durante o levante, demonstram a situação delicada enfrentada pela família durante o conflito:

“Não sei quanto tempo isto durará e quanto tempo vou ficar sem você! Estou pensando em passar para a casa de mamãe por motivos econômicos. Ajudarei mamãe nas despesas e não usarei automóvel estando lá”. (18/07/1932).²⁴⁴

Para financiar a Revolução, todos os paulistas, de qualquer idade, foram convidados a doarem seus pertences. Assim, Marina relatava ao marido o desgosto de se desfazer da aliança de casamento:

É com um bom nó na garganta que me separo das nossas alianças. Tenho a impressão de que é um pedaço da gente que vai embora. Ao mesmo tempo, quando vejo pessoas de casa já com o anel de ferro, fico meio envergonhada de ainda estar com ouro na mão. E assim, aos poucos foise todo o nosso ouro. Ontem o Júlio levou ao banco alguns objetos que eu ainda tinha guardado e que dei em nome dos pequenos. (27/08/1932)

Os objetos levados ao banco, em “nome dos pequenos”, constituíam-se de um relógio com corrente, lapiseira e duas medalhas, todos pertencentes ao marido, e, ainda, pulseiras com datas da família, broche e anéis da própria Marina. As doações tinham o intuito de garantir aos seus filhos, e demais membros da família, o recebimento do “diploma de honra”, concedido aos que ajudaram a causa. Marina encerrou a missiva enfaticamente: “Agora nem que quisesse não tenho mais nada para dar”.

Terminada a Revolução, muitos foram presos e exilados, inclusive os integrantes de *O Estado de S. Paulo*, entre os quais Júlio de Mesquita Filho, que partiu para o exterior com sua família, onde ficaram abrigados num chalé na freguesia portuguesa de Estoril. Júlio só retornou em 1933, com a nomeação de seu cunhado, Armando Salles de Oliveira, como interventor paulista. Na edição de 21 de novembro, o jornal publicou fotografia de sua chegada, rodeado de amigos que foram recebê-lo.²⁴⁵

²⁴³ RODRIGUES, João Paulo. Informação e Mobilização: a atuação do jornal *O Estado de S. Paulo* na campanha constitucionista de 1932. *Patrimônio e Memória*, v.3, n.2, Nov. 2007, p.9 e 10.

²⁴⁴ As declarações posteriores feitas em carta por Júlio e Marina no período de seus dois exílios pertencem todas à mesma obra: MESQUITA FILHO. Ruy. *Op. cit.*

²⁴⁵ SUPLEMENTO do Centenário. *O Estado de S. Paulo*. 04 jan. 1975, p. 28.

Nos anos seguintes, Júlio foi novamente afastado da direção do *Estado* e, mais uma vez, exilado. A partir de 1934, Vargas iniciou uma série de medidas, que lhe asseguraram a continuidade no poder durante os próximos onze anos. A primeira delas foi a criação, ainda em 1934, do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), ligado ao Ministério da Justiça, que controlava a propaganda vinculada ao rádio e ao cinema. O DPDC foi dirigido por Lourival Fontes e funcionou até 1939.

Em seguida, Vargas preparou o golpe que instituiu o Estado Novo e que permitiu ao executivo concentrar cada vez mais o Estado em suas mãos. O fim do DPDC deu origem ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado pelo decreto-lei n. 1915 de 27 de dezembro de 1939, que controlava a atuação da imprensa e difundia a ideologia estadonovista.

Assim, a década de 1930 foi marcada pela presença cada vez mais constante do Estado nos meios de comunicação, o que foi determinante para a imprensa periódica da época, que sofreu os reveses dessa situação. A política implementada assegurou ao governo o poder de se fazer ler e também ouvir, visto que pelo rádio também se tentou estabelecer uma forma de controle, tal como ocorria na imprensa. O domínio dos jornais deu-se tanto por meio de coerção, como por troca de favores diversos, como a isenção de imposto sobre o papel utilizado pela imprensa, concedida aos órgãos que tivessem um comportamento considerado adequado pelo regime.²⁴⁶

Em entrevista a Gilberto Negreiro, o jornalista Joel Silveira comentou sobre a situação dos jornais no momento em que o aparato censor entrou em vigor:

“Um ou outro jornal que tentou se rebelar foi imediatamente fechado. Mas a grande imprensa daquele tempo imediatamente aderiu ao Estado Novo. Toda. Com exceção de *O Estado de S. Paulo*. É só você pegar as manchetes do dia 28”²⁴⁷

Pela não adesão ao novo regime imposto, a família Mesquita pagaria um preço alto, a começar pelas sucessivas prisões de Júlio de Mesquita Filho, que além de não aceitar a nova ordem, era visto com mal olhos por seu envolvimento com a política e por chefiar o tão afamado “grupo do *Estado*”. A primeira prisão ocorreu no dia 10 de novembro de 1937, dia que se instaurou o Estado Novo. Depois, Júlio foi preso outra vez, em companhia de Paulo Duarte, e levado à Delegacia de Ordem Política para prestar declarações. Seguiram-se mais duas prisões. Uma vez libertados, não demorou até que fossem presos novamente e levados para o Hospital Militar do Cambuci. Após

²⁴⁶ BARBOSA, Marialva. *Op. cit.*, p. 111.

²⁴⁷ Apud BARBOSA, Marialva. *Op. cit.*, p. 112.

terem sido soltos, foram recolhidos mais uma vez, mas para o Quartel do Esquadrão de Cavalaria, situado à Rua Manoel da Nobrega.²⁴⁸

Em 14 de setembro de 1938, todos os elementos considerados suspeitos pelo governo foram intimados a comparecer à sede da polícia política, na Rua Visconde de Rio Branco. Dentre os convocados estavam Júlio de Mesquita Filho, Cristiano Altenfelder, Márcio Munhoz, Paulo Nogueira Filho, Luiz Piza Sobrinho, Carlos de Abreu Sodré e Paulo Duarte. Uma vez lá, foram comunicados que, de acordo com a Constituição de dezembro de 1937, o governo “resolvera fixar a residência de cada um deles no interior do país, mas por uma deferência especial, deixava a cada um o direito de escolha do lugar onde desejavam residir”.²⁴⁹

Algum tempo depois, Mesquita Filho foi preso e enviado sob escolta para o Rio de Janeiro. Permaneceu preso em um prédio da Rua da Relação e após, cinco dias de estadia, foi levado até o gabinete do delegado e intimado a deixar o país, o mais rápido possível. Calcula-se que Júlio tenha sido preso dezessete vezes até o embarque para o exílio. Em nota de 01 de novembro de 1938, *O Estado de S. Paulo* comunicava:

Segue amanhã para Santos, onde embarcarão pelo Vapor Lipari com destino a Havre, os srs. Armando Salles de Oliveira, ex-governador de São Paulo e Júlio de Mesquita Filho, diretor de *O Estado de S. Paulo*. Os ilustres viajantes, que tencionam fixar residência em Paris, vão acompanhados (...) [respectivamente] por sua esposa d. Raquel Mesquita de Salles Oliveira e (...) d. Marina Vieira de Carvalho Mesquita.²⁵⁰

O cabeçalho do jornal só seria alterado em junho de 1939. O nome de Júlio como diretor foi substituído pelo de Léo Vaz e a mudança foi explicada na seção “Notas e informações.” Esclarecia-se que a diretoria passava oficialmente a Vaz, redator-secretário, que havia improvisadamente assumido a frente do jornal desde novembro de 1938, quando Mesquita havia se exilado. Plínio Barreto continuaria como redator-chefe e representante legal do antigo diretor.

No entanto, Júlio recebia os exemplares do matutino, bem como outras publicações produzidas nas oficinas do grupo, conforme fica evidente em carta enviada a esposa Marina, na qual reclamava do *Suplemento de Rotogravura* produzido nas oficinas:

Antes de terminar: a *Rotogravura* do *Estado* publicou um quadro de Teodoro Braga, individuo sem valor algum e nosso ferrenho inimigo, pois foi um dos signatários da petição inicial do processo crime que o Lopes de Leão e outros moveram contra o *Estado*. É triste para mim e

²⁴⁸SUPLEMENTO do Centenário. *O Estado de S. Paulo*. 04 jan. 1975, p. 29.

²⁴⁹Idem, p. 30.

²⁵⁰Idem.

desmoralizante para o jornal. Então, quem esta a frente da redação não sabe quais são os nossos inimigos e quais os amigos? (05/12/1939)

Durante o tempo em que o marido esteve no exílio, Marina dividia-se entre ficar com Júlio no exterior e visitar os filhos, que permaneceram no Brasil. Nas sucessivas vezes que retornou, Marina encontrou a polícia esperando-a para revistá-la, fato relatado em carta enviada ao marido, após uma de suas entradas no país:

Chegamos às cinco horas da tarde em Santos. À nossa espera estavam dois secretas com ordem de revistar toda nossa bagagem. Foi tudo remexido de alto a baixo, inclusive nossas bolsas e os bolsos dos rapazes. As cartas de Piza e do Castro foram lidas e relidas. A primeira não interessou o secreta. Em compensação a segunda fez o cafajeste me olhar dum *drôle de façon*, perguntar e reperguntar quem eram o Castro e o Heitor. Tudo isso porque o coitado do Castro falava com grande amizade em nós dois e no *Estado*. Tenho medo de que o Heitor seja aborrecido por essa ninharia. (04/06/1940)

No momento que Marina escrevia a carta a Júlio de Mesquita Filho, o jornal *O Estado de S. Paulo* já se encontrava tomado pelo regime Varguista há dois meses. A polícia invadiu a redação do periódico em 26 de março de 1940 e ocupou o prédio da Rua Boa Vista até o dia seguinte. As tropas foram embora, mas voltaram no dia 28 e, além da redação, entraram também nas oficinas da Rua 25 de março, por causa de uma denúncia anônima. Segundo a milícia foram “encontradas” duas metralhadoras, o que ocasionou o fechamento do *Estado* ficou fechado por nove dias e foi reaberto com novos diretores, escolhidos pelo governo.²⁵¹

Em longa carta datada de 04 de junho de 1940, Marina deixou o marido a par dos últimos acontecimentos:

A situação do jornal é exatamente o que nós prevíamos aí. No primeiro momento todos tiveram a mesma ideia que você – largar mão de tudo. Depois, a conselho dos advogados, essa situação foi posta à margem (...). Não se contando com boa vontade da maioria, deixar a empresa rodar poderia nos acarretar enormes aborrecimentos (...). Há duas hipóteses em vista ou o jornal volta aos seus donos com novos diretores escolhidos pelos acionistas e aceitos pelo governo ou vende-se o jornal. Para isso há vários grupos prontos para a compra. Os nomes dos componentes dos grupos são ignorados, mas são evidentes testas-de-ferro do próprio governo. (...) Pelo que tenho ouvido desde ontem, na sociedade a indignação contra tudo o que nos aconteceu foi grande. Muita visita, muito jornal devolvido, senhoras chorando, homens tomadíssimos. O jornal caiu brutalmente em todos os seus sentidos – anúncios, tudo, tudo.

A situação só se agravava. Em outra carta, Marina relatou o enorme interesse que Vargas tinha pelo periódico:

O que é mais radical em tudo isso: o governo declarou que o único jornal nacional do Brasil é o *Estado* e tem por isso de pertencer ao país. Que fazer diante disso tudo? Mendonça volta ao rio segunda-feira. Ai diz ele que pensa resolver tudo e devemos levantar as mãos para o céu se conseguirmos escolher o molho com que devemos ser comidos. (05 a 08/06/1940)

²⁵¹ Idem, p. 30.

As negociações sobre a compra efetiva do jornal se prolongariam por muitos meses e causariam desavenças na família Mesquita, visto que Júlio era o único que não queria se dar por vencido e, mesmo exilado, procurava pessoas importantes no exterior, que talvez pudessem interceder a seu favor. Marina confidenciou ao marido, em missiva de 28/29 de abril de 1942, que: “(...) na família não há novidades. Falar no negócio do *Estado* perto de mim é gafe.” No Brasil, Antônio Mendonça era o representante da família na transação e, ao mesmo tempo, encontrava-se num impasse, visto que os vários membros da família queriam resolver definitivamente a situação, enquanto Júlio lutava para que a venda não se realizasse. Em carta enviada a Mendonça, um grupo de acionistas, inclusive alguns membros dos Mesquitas, informaram que continuavam a favor da venda e, em carta a Mendonça, autorizavam esse a “estabelecer as condições de liquidação e praticar todos os atos necessários para fazê-la.” (16/10/1940)

Numa última tentativa de convencer a família, Júlio de Mesquita Filho escreveu uma longa carta, implorando que não vendessem a honra por um punhado de réis, mas se, em todo caso, fosse realmente essa a derradeira palavra de todos, ele cederia, embora isso o dilacerasse. Para concluir, tentou um último apelo:

(...) não haverá força na terra capaz de me acovardar diante de Getúlio (...) que fez desabar sobre o mundo a catástrofe que o vai destruindo. Ele poder-a reduzir-me a miséria, obrigar-me a tirar meus filhos das escolas, por não ter como sustentá-los e educá-los, mas não poderá jamais transformar-me num trãnsfuga, num traidor às idéias que recebi de meu pai e de meus avós. E estou certo de que vocês pensam como eu, que vocês concordarão em cessar as negociações. Eu lhes peço por tudo neste mundo. (17/03/1942)

Sem condições financeiras para manter-se no exterior, Júlio retornou ao Brasil em 1943 e foi preso assim que chegou. Foi libertado dois meses depois. A ditadura varguista o confinou, então, na fazenda da família em Louveira, onde permaneceu até 29 de outubro de 1945, dia em que Vargas foi deposto. O jornal continuou sobre domínio do regime até 07 de dezembro de 1945, quando terminou a ocupação e retornou as mãos da família Mesquita.

O *Almanaque d’O Estado de S. Paulo para 1940* foi publicado, portanto, num momento bastante conturbado. Segundo informações da própria publicação, embora tenha sido composto nas oficinas do jornal, foi impresso na Empresa Gráfica da *Revista dos Tribunais*, em dezembro de 1939. Como Júlio encontrava-se já fora do país, a produção deve ter sido supervisionada por Léo Vaz e Plínio Barreto.

3.1 O Almanaque d`O Estado de S. Paulo para 1940

A nova edição do Almanaque tinha o formato 13 x 19 cm e, assim como o de 1916, a capa era colorida e ilustrada com um desenho no qual se via, ao fundo, prédios altos e baixos, representando a “cidade”, e, em primeiro plano, simbolizando o “campo”, um indivíduo que arava a terra. Era uma forte alusão ao fato de que esses dois espaços, o urbano e o rural, podiam conviver sem problemas e também ao fato do Almanaque circular nos dois meios, tal como ocorria com o próprio jornal.



Fig. 38. Capa do Almanaque d`O Estado de S. Paulo para 1940. (IEB/USP)

Em seu interior o Almanaque de 1940, como os anteriores, era todo em preto e branco. As únicas exceções eram a capa, como já se apontou, e a contracapa, que estampava a propaganda da fábrica de tecidos Japy, com desenhos nas cores vermelho, azul e lilás. A escassez de cores na edição de 1940 contrastava com outros almanques de jornais publicados na mesma época como o do *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro que trazia farta publicidade a cores em seu exemplar.



Fig. 39. Propaganda do Extrato de Tomate Peixe, presente no *Almanaque da Manhã* (1940) (IEB/USP)



Fig. 40. Propaganda da Caixa Econômica Federal, presente no *Almanaque da Manhã* (1940) (IEB/USP)



Fig. 41. Propaganda da Caixa Econômica Federal presente no *Almanaque d'O Estado de S. Paulo para 1940*. Nota-se a diferença de qualidade entre o anúncio do *Almanaque da Manhã* e o do *Estado*, não só em relação a cor, mas também ao tamanho. (IEB/USP)

Tal como no de 1916, o presente Almanaque foi impresso a duas colunas, porém com um maior número de páginas, num total de 418. A diagramação das páginas não seguia um padrão fixo. Percebe-se que se procurou aproveitar todo espaço disponível,

mesclando-se textos de natureza variada. Uma notável inovação foi os assuntos voltados para a criança com a publicação de tipos de brincadeiras, truques de mágica e conselhos. Cabe destacar também a forte presença de mulheres na edição, não só como colaboradoras, mas também como público alvo das propagandas e de conteúdos do Almanaque, que reuniu receitas culinárias, reproduziu, sob a forma manuscrita, poesias de escritoras, além de conter editorial sobre a influência de roupas antigas na moda de 1940.



Fig. 42. O espaço foi utilizado ao máximo. Na imagem acima, nota-se a mescla de propagandas, uma rápida biografia, sugestão de brincadeiras para as crianças, piadas e trecho de um romance de Flávio de Campos. (IEB/USP)

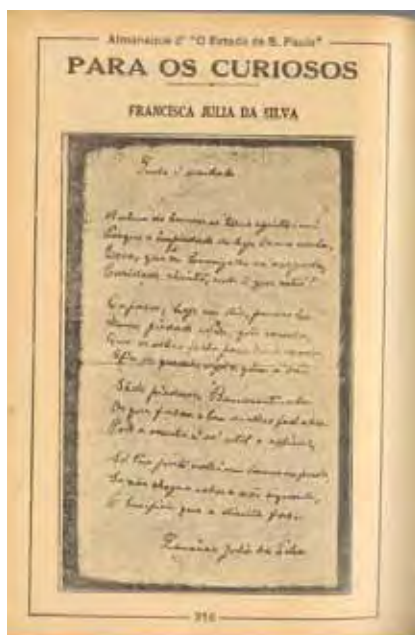


Fig. 43. Reprodução do poema manuscrito Tudo é vaidade de Francisca Julia da Silva. (IEB/USP)



Fig. 44. Conselhos as Crianças. (IEB/USP)

A apresentação que abriu o Almanaque, apesar de mais uma vez não ter sido assinada, demonstra que aquele que o organizou conhecia bem a trajetória desse tipo de impresso. Na abertura, ressaltava-se que os almanaques tinham passado por fases distintas, que iam do esplendor à decadência. Na primeira delas, era disputado por todos, independentemente de classe social, e eram confeccionados todos os anos pelas casas comerciais, a fim de divulgar seus produtos junto à freguesia. A decadência do gênero, segundo o subscritor da apresentação, deu-se em função das descobertas modernas e do advento do gênero revista, que fornecia leituras amenas sobre assuntos diversos.

Porém, o motivo de desencanto mais enfatizado era a uniformidade que distinguia a maioria desses impressos, já que eram elaborados de forma a permitir sua utilização por muito tempo. Isso teria gerado um rótulo muito usado para depreciar os metidos a “sabichão”: dizia-se que tinha “uma cultura de almanaque”. De fato durante muito tempo, tal expressão foi vinculada ao gênero, ao qual se atribuí a idéia de não trazer inovações aos exemplares, que por sua vez teriam sempre o mesmo formato e basicamente, conteúdo semelhante. Passou-se a elencar, ainda de forma pejorativa, a noção de que tudo que se publicava nele era uma série de conhecimentos superficiais, inúteis, que pouco ou não contribuían de forma expressiva na vida das pessoas.

Ainda segundo o autor do editorial, os novos tempos incutiram na população o desejo de, novamente, aproximar-se dos almanaques, mas esses deveriam ter um caráter renovado que intercalasse “os informes úteis com trabalhos sucintos e leves acessíveis a todas as inteligências”. A publicação deveria “cuidar das generalidades, de molde à por os leitores ao corrente do que vai de extraordinário pela nossa pátria e por esse planeta que nós habitamos”. E era justamente com essa proposta que o Almanaque de 1940 foi produzido, por isso pode-se mesmo afirmar que entre os três produzidos pelo diário dos Mesquita, o de 1940 foi o que mais procurou se aproximar dos conteúdos clássicos desse tipo de impresso.

Fez-se referência, ainda na devida apresentação, ao fato do Almanaque ser o terceiro levado a cabo pelo *O Estado de S. Paulo*, o que diferencia muito a apresentação de 1940, da produzida em 1916, que atribuía ao Almanaque daquele ano às honras de ser a primeira iniciativa do matutino nesse campo. Logo a apresentação do volume de 1940 acabou por tentar corrigir o erro cometido anteriormente. Para concluir a apresentação, reconheceu-se que a obra não atingiu o formato idealizado, embora, não se tenham medido esforços para se evitar falhas. Encerrou-se o texto nos seguintes termos: “E assim persuadidos, entregamos ao nosso público, conscientes de que esse se mostrará benévolo, e que compreendera o que tivemos em mira”.

Em relação à colaboração, foram oitenta e sete, das quais quarenta e três indicavam autoria e as demais não traziam assinatura, o que permite supor que estivessem a cargo do(s) responsável(eis) pelo volume ou mesmo que fossem material proveniente do arquivo do jornal, utilizado de forma esporádica, para cobrir algum “buraco” que talvez surgisse nas páginas do impresso. Essa idéia talvez explique o fato de que, das colaborações subscritas, cerca de cinco apresentavam data anterior a 1940. O grupo de colaboradores da nova edição do Almanaque foi o mais numeroso, se comparado com as outras edições, e o que apresentou maior diversificação, conforme se observa na tabela abaixo:

Quadro VI: Colaborações no Almanaque d’O Estado de S. Paulo para 1940

Colaboradores	Gênero	Título
Sem assinatura	Ensaio	Júlio Mesquita

J. Alberto J. Robbe	Ensaio	O Palácio do Ipiranga
J. Alberto J. Robbe	Ensaio	O Museu Paulista
Paulo Pestana	Ensaio	As origens de <i>O Estado de S. Paulo</i>
Nuto Sant' Anna	Ensaio	O Advento da República em São Paulo
Sem assinatura	Ensaio	Apontamentos Históricos sobre <i>O Estado de S. Paulo</i>
Almanaque Administrativo da Província (Reprodução)	Ensaio	São Paulo a 56 anos
Sem assinatura	Ensaio	Dois Centenários: fundação e restauração de Portugal
Sem assinatura	Ensaio	A Filatelia em São Paulo
Sem assinatura	Reportagem	A história do telefone
Sem assinatura	Reportagem	Vila dos Pássaros
Sem assinatura	Reportagem	A moda se repete
Sem assinatura	Reportagem	Marília
Sem assinatura	Reportagem	O Estado de Goiás
Sem assinatura	Reportagem	Triangulo Mineiro
Sem assinatura	Reportagem	Imposto sobre a renda
Sem assinatura	Reportagem	Aviação Comercial
Sem assinatura	Reportagem	O problema do trânsito
Sem assinatura	Reportagem	A hidroeletricidade no Brasil
Sem assinatura	Reportagem	O Estado de Mato Grosso
Jose Sancho	Reportagem	Estação experimental de Sorocaba
Sem assinatura	Reportagem	Os serviços da Light em São Paulo
Sem assinatura	Reportagem	As uvas de Jundiaí
Sem assinatura	Reportagem	A racionalização do trabalho
Sem assinatura	Reportagem	Pirassununga
Sem assinatura	Reportagem	Xadrez
Sem assinatura	Reportagem	Mais um planeta no horizonte
Sem assinatura	Reportagem	Ribeirão Preto
Sem assinatura	Reportagem	Associações e Clubes de São Paulo
Sem assinatura	Reportagem	A comunicação com o litoral
Sem assinatura	Reportagem	A imigração em São Paulo

Sem assinatura	Reportagem	Serviço Telegráfico
Sem assinatura	Reportagem	Serviço Postal
Sem assinatura	Reportagem	Girassol
Sem assinatura	Reportagem	Campinas
Sem assinatura	Reportagem	Bragança
Sem assinatura	Reportagem	A ditadura alimentar do Japão
Alberto de Oliveira	Poesia	Cantares
Sem assinatura	Poesia	Papai Noel
Alceu Wamosy	Poesia	Duas Almas
Philemon Assunção	Poesia	Pressentimento
Soares Bulcão	Poesia	Filosofia popular
Soares Bulcão	Poesia	Parecias
Olegario Mariano	Poesia	Migalha de Ventura
Maura de Sena Pereira	Poesia	Parábola
George Boyer	Poesia	E o vento
Mario Donato	Poesia	Aventura
Agenor Silveira	Poesia	Sacadura Cabral – Gago Coutinho
GlécinaGeribaldiRossato	Poesia	Sopra una tomba
Paulo Eiró	Poesia	O Sobrado
Sérgio Milliet	Poesia	A estrela vespertina
Paschoal Carlos Magno	Poesia	Oração
José Bonifácio	Poesia	Soneto
Moacyr Piza	Poesia	Soneto
Guilherme de Almeida	Poesia	O cantar dos cantares
Sampaio Freire	Poesia	Sonho velho
Ricardo Gonçalves	Poesia	A dança dos Tangarás
Fabio Montenegro	Poesia	A árvore
Affonso Schmidt	Poesia	Zingarela
Martins Fontes	Poesia	Riqueza Franciscana
Belmiro Braga	Trova	Cantares
Antonio Correia de Oliveira	Trova	Dizeres do povo
Jorge Fonseca Junior	Trova	Haikais
Raimundo Correa	Trova	Trovas

Tito de Barros	Trova	Trovas
J.M. de Macedo	Anedota	Uma indiscrição de D. Pedro I
Sem assinatura	Anedota	Emilio de Menezes
Sem assinatura	Anedota	Martim Francisco
Araripe Junior	Anedota	Euclides da Cunha e Floriano
Paulo Gonçalves	Peça teatral	O Cofre
Léo Vaz	Crônica	O colibri
Affonso Schimdt	Crônica	O Santo
Fernando Mendes de Almeida	Crônica	Tipos clássicos da cidade
Sem assinatura	Conto	A arvore das Lagrimas
Valdomiro Silveira	Conto	Pazes
Paulo Ribeiro Magalhaes	Conto	Pan – conto para crianças
Edmundo Amaral	Conto	Os milagres do canário
Povina Cavalcante	Conto	A palavra do silêncio
Aureliano Leite	Biografia	Américo de Campos
Ezequiel Freire	Biografia	Varella
Sem assinatura	Biografia	Edouard Daladier
Sem assinatura	Biografia	Chamberlaine
Sem assinatura	Biografia	Tommaso G. Bezzi
Sem assinatura	Biografia	Tenente Coronel Santo Antônio
Sem assinatura	Biografia	Voltaire
Sem assinatura	Biografia	Ricardo Figueiredo
Sem assinatura	Biografia	Oswaldo Cruz
Sem assinatura	Biografia	Tomas de Molina
Sem assinatura	Biografia	Machado de Assis
Sem assinatura	Biografia	Oscar Freire
Sem assinatura	Biografia	Arnaldo Vieira de Carvalho

Em relação ao gênero ensaio, contam-se onze colaborações, das quais sete traziam assinatura, sendo duas de um mesmo autor, João Alberto José Robbe que, segundo informações do próprio Almanaque, era assistente da seção de História do Museu Paulista em 1940. Para a publicação, Robbe relatou o empenho da gente paulista junto às autoridades governamentais, ainda na época do Império, para se erguer, no

Ipiranga, um monumento comemorativo à Independência. O assistente do Museu destacou a política para arrecadar fundos, qual seja, a organização de loterias. Desta forma, conseguiu-se levantar quantia significativa para que se iniciasse o projeto do engenheiro Tommaso Gaudenzio Bezzi. A construção arrastou-se durante alguns anos e, em 1940, os trabalhos ainda não haviam terminado, já que a instituição carecia de obras de acabamento e ornamentação.

O outro texto do mesmo autor complementava o primeiro, pois tratou da instituição do Museu Paulista, a partir da junção da coleção pertencente ao Coronel Joaquim Sertorio, presente em um pequeno museu da Praça João Mendes e comprado pelo Conselheiro Francisco de Paula Mairinque e, posteriormente, doado ao Estado paulista, juntamente com outros objetos que o mesmo conselheiro havia adquirido de um colecionador conhecido como Pessanha. A sessão solene de inauguração do Museu Paulista foi realizada em 07 de setembro de 1895, com a presença de representantes do poder público e da sociedade. Robbes descreveu também como foi a organização interna do museu, os decretos que nortearam as providências quanto à aquisição e incorporação de novos objetos para compor o acervo, a organização da revista do Museu e a realização de várias exposições.

As outras duas colaborações foram escritas por Nuto Sant`Anna e Paulo Pestana. O primeiro chamava-se, na verdade, Benevenuto Silvério de Arruda Sant'Anna e embora tenha se formado em farmácia e odontologia, dedicou-se a literatura e colaborou no *Correio Paulistano*, *O Pirralho*, *A Vida Moderna* e a *Cigarra*. Foi diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo e fundou a *Revista do Arquivo Municipal*. Um pouco depois de colaborar no Almanaque, foi eleito para a Academia Paulista de Letras (1945). Seu ensaio abordou a recepção da notícia da proclamação da República em São Paulo e a organização administrativa que se seguiu para a consolidação da Província em Estado.

Já o outro autor de ensaios, Paulo Pestana, colaborou no volume de 1916 e, tal como havia feito antes, redigiu algumas páginas sobre a trajetória do jornal *O Estado de S. Paulo*. Cabe destacar que Pestana iniciou o seu texto com palavras significativas, se confrontadas com a situação do matutino na época. Afinal seu diretor, Júlio de Mesquita Filho, encontrava-se exilado há pouco mais de um ano e o periódico sofria pressões por parte do governo varguista:

Em algumas páginas vamos esboçar a história de um jornal que acabou por tornar-se mais do que a propriedade de uma empresa o patrimônio moral da coletividade a que serve. Referindo-se ao *O Estado de S. Paulo* é freqüente ouvir “o nosso jornal”, da mesma forma que se diz “o nosso porto do mar” ou “a nossa produção agrícola ou industrial”.



Fig. 45. Logotipo do jornal, representando o Alemão Bernard que distribuía o jornal em seu início. (IEB/USP)



Fig. 46. *O Estado de S. Paulo* em comunicação com o Rio de Janeiro durante a noite



Fig. 47. Página sendo depositada na rotativa Marinoni por funcionário. (IEB/USP)



Fig. 48. Originais dos textos eram enviados da redação por um tubo chamado de "pneumático" até as oficinas que ficavam na Rua Barão de Duprat. (IEB/USP)



Fig. 49. As máquinas produziam 48.000 jornais por hora. (IEB/USP)

Os textos que fazem parte dos ensaios concentraram-se, em sua maioria, em momentos da história de São Paulo e da história do matutino. Pode-se até conjecturar que, por diversas vezes, tinha-se a intenção de estabelecer semelhanças entre os o jornal e o Estado ao se destacar a prosperidade de ambos:

Essa simpatia do público nunca nos desamparou. Ao contrário com o desenvolvimento da nossa vida, os conseqüentes melhoramentos introduzidos no jornal e o enriquecimento da população com o surto agrícola, comercial e industrial dos últimos cinqüenta anos, a utilidade desse jornal cresceu com São Paulo.

Outro exemplo dessa intenção foi o modo como se apontou, no texto sobre Júlio Mesquita, a distinção entre ele e outros diretores da imprensa e, ainda, a posição jornalística de São Paulo frente a outros lugares, com o intuito de destacar, mais uma vez, São Paulo como pólo irradiador de tudo que fosse benéfico para o país:

Sua morte num dia triste de 1927 paralisou São Paulo, repercutindo nos centros cultos mais afastados dos nossos. Seu nome ficou como um marco no cabeçalho do jornal, onde pontificou, onde ensinou a nós outros jornalistas, a lição cristão da tolerância e da serenidade, imprimindo ao jornalismo paulista uma feição que o distingue fundamente dos demais.

Em relação às reportagens, apenas uma foi assinada pelo colaborador José Sancho. No entanto, a ausência de identificação não torna o conteúdo menos significativo, visto que os temas abordados trataram de assuntos diversos e importantes. Pode-se subdividir-los em três categorias de interesse: identificação de regiões, artefatos e problemas do mundo moderno e variedades.

Da primeira categoria fazem parte reportagens cujo foco de interesse foram as cidades que, com o passar dos anos, haviam se desenvolvido, como foi o caso de Marília, que se situava em região pouco ou quase nada explorada no momento em que se produziram os outros dois almanaques. Já as cidades de Sorocaba, Pirassununga, Campinas, Bragança e Ribeirão Preto cresceram de forma acentuada e tiveram, assim como no primeiro Almanaque, seus perfis novamente traçados. Cabe apontar que o município de Campinas foi o único a ter sua descrição presente nos três almanaques publicados pelo *O Estado de S. Paulo*. Talvez isso se explique pelo fato da família Mesquita tinha uma forte ligação com a cidade, afinal o próprio Julio pai, falecido em 1927, ter nascido lá em 1862. Mas não só as cidades apareceram na edição de 1940, visto que foram publicadas reportagens sobre o Estado de Mato Grosso, Goiás e da região do Triângulo Mineiro. A justificativa para tal encontra-se no texto sobre o Triângulo, em que se afirmava:

Para que se possa ter uma idéia do que representa de fato o nosso país, torna-se necessário uma excursão a seu interior. É imprescindível o conhecimento do brasileiro que trabalha

anonimamente pela grandeza de sua pátria e que vive contente lá, bem longe dos grandes centros.

O interesse por essas regiões demonstrava, ainda, a intenção de se mapear e conhecer o país, projeto iniciado no limiar do século XX pela comissão Rondon.

A segunda subcategoria apresentou temáticas ligadas à invenções técnicas. Uma delas foi a apresentação da história do telefone que, apesar de datar do último quartel do século XIX, não fazia muito tempo que integrava o cotidiano das pessoas. Procurou-se relatar como se deu a sua invenção por Graham Bell, professor de uma escola de surdos-mudos.²⁵² No texto havia um apanhado sobre a presença do telefone em diversos países como França, Estados Unidos e no Brasil. Entre nós o aparelho aportou na capital do Império em 1877, enquanto a instalação da Companhia Telefônica do Brasil deu-se em 1882. Em São Paulo, as concessões para o uso do aparelho datavam de 1904, embora o telefone tenha demorado a se popularizar, visto que o próprio *O Estado de S. Paulo* incluiu apenas em 1931, o número de contato da empresa em suas páginas para que os interessados em assinar o matutino, entrassem em contato com o setor responsável.

Bem mais recente era a difusão dos aviões como meio de transporte, aspecto relatado na reportagem sobre a Aviação Comercial que contabilizou, no ano de 1938 no Brasil, um total de 50 mil pessoas transportadas, 140 mil quilos de correspondência e cerca de 700 mil quilos de carga. Na reportagem comentou-se, ainda, sobre as empresas aéreas existentes na época, seus vôos e trajetos, que incluíam cidades de todas as regiões do país e destinos internacionais, como Buenos Aires, Assunção, Miami e França. O texto incluía ainda as tarifas aéreo-postais. Dentre as empresas anunciadas, o destaque ficou por conta da Vasp, que publicou um reclame sobre os seus serviços no Almanaque. Cabe destacar ainda, que o transporte por via aérea causava certo temor em 1940. Na carta que Marina Mesquita enviou ao marido, pode-se perceber o tamanho da insegurança de Júlio de Mesquita Filho ao pedido de sua esposa para fazer o trajeto São Paulo-Bueno Aires de avião:

Recebi duas cartas suas – uma atrasada e outra do dia 10. Mamãe esta com a tensão e a dosagem de uréia um pouco alterada. Sendo assim, precisa se submeter a um regime de uns dez ou quinze dias antes de se operar. É uma grande maçada. Primeiro porque vão ser dias preocupados. Segundo porque eu não poderei embarcar a 24, como tencionava. Só eu sei o que isso me contraria! Por esse motivo queria ir de avião. Assim que mamãe ficasse boa, eu voava. De vapor

²⁵² No entanto, o congresso dos Estados Unidos, em resolução de 15 de junho de 2002, reconheceu que o aparelho foi inventado na verdade pelo italiano Antonio Meucci, que havia imigrado para os Estados Unidos e conseguido pagar apenas a patente provisória da invenção. Depois Meucci vendeu o protótipo para Graham Bell que o registrou a patente como sua em 1876.

não sei quando isso poderá ser. Pense bem e veja que não há motivo para eu não fazer a viagem pelo ar. Todos os dias a Condor voa sem o menor acidente, por que imaginar que comigo ela vai despençar? Reflita com calma e mande-me por favor a ordem. Sem você concordar esta claro que não emprenderei a façanha. (9 a 12/07/1940)

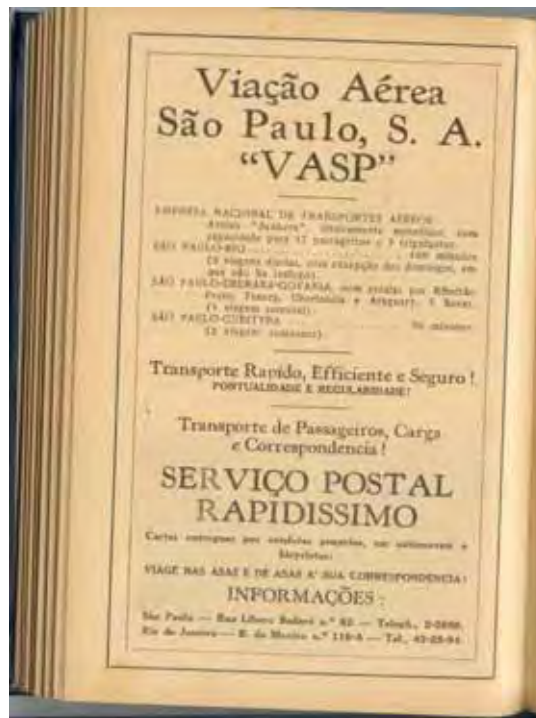


Fig. 50. Anúncio da Viação Aérea São Paulo VASP. (IEB/USP)

Nota-se que Marina comparou naquela época, a viagem de avião a uma façanha, a uma aventura necessária. O fato merece destaque, sobretudo, por Marina ser uma mulher de classe abastada, que já havia viajado inúmeras vezes a Europa, mas que ainda não possuía familiaridade com esse meio de transporte.

Outra questão ligada à modernidade contemplada nas páginas do impresso foi o problema do trânsito na cidade de São Paulo, que não parava de crescer, sobretudo com os estímulos oferecidos para a compra de automóveis da Ford, que o próprio Almanaque de 1940 propagandeou. Inclusive vale notar que o anúncio da Ford foi estampado ao lado da reportagem que discutia o problema e enfatizava as tentativas da prefeitura para resolver o problema como o alargamento de vias e a criação de outras.



Fig. 51. O problema do Trânsito. (IEB/USP)



Fig. 52 Anúncio do Ford V-8.

A hidroeletricidade brasileira foi apresentada como incipiente, em termos mundiais, embora não nos faltasse potencial. A produção brasileira per capita em 1936 era de apenas 260 Kw/h, enquanto o de outros países como Canadá encontrava-se na casa de 2.037 Kw/h. No entanto, na reportagem, não se identificaram as razões dessa taxa brasileira, mas São Paulo era apontado, novamente, como o Estado que mais bem servia-se da geração de energia. Assim, mais uma vez se ufanava São Paulo, ainda que a partir dessa época tenha havido um esgotamento da idéia do Estado paulista como berço da nação, o que não impediu que em anos posteriores, e mesmo atualmente, que se retomasse a idéia da locomotiva pujante e desbravadora.

A trajetória dos serviços da Light foi abordada de forma a demonstrar como a empresa prestou serviços a cidade em expansão já no início do século XX. O primeiro bonde elétrico da companhia trafegou em maio de 1900, e ia do Largo São Bento até a Barra Funda. No mesmo ano foram inauguradas as linhas com destino ao Bom Retiro, Consolação e Penha. Para que os passageiros identificassem as trajetórias dos bondes que circulavam, usavam-se lanternas coloridas, de tal forma que as pessoas que vissem os carros soubessem que, a luz azul emitida era a do bonde que fazia o trajeto do Bom Retiro e a luz verde o da Penha. O texto enumerou, também, a quantidade de bondes, condutores e motorneiros que, em 1900 eram respectivamente, 15, 40 e 32. Já quando

da publicação do Almanaque de 1940, os montantes totalizavam 567, 1.033 e 1.045. Na contagem da empresa, 285.483.053 passageiros haviam sido transportados no ano de 1938, o que evidencia o quanto a locomoção por bondes era parte integrante da vida dos paulistanos. Assim, essas reportagens sugeriam cada vez mais a idéia da praticidade da vida moderna e o avanço do progresso material que havia sido conquistado nos últimos anos. Em uma das propagandas presentes no impresso, a da companhia de papéis Copag fazia referência justamente a essa questão ao afirmar em seu reclame: “No século do avião e da velocidade, vencem os que não perdem tempo”.

Cabe destacar ainda, a presença dessas reportagens no Almanaque, não apenas no que se refere aos assuntos discutidos, mas também ao fato de apresentar os temas em formato de reportagem. Nos Almanques anteriores não se constatou a presença desse estilo jornalístico. A explicação para a busca de uma nova forma de se fazer jornalismo passaria a fazer parte da redação dos jornais brasileiros na primeira metade do século XX. De acordo com Marcelo Bulhões, novos gêneros além da reportagem, como a notícia e a entrevista passaram a ser largamente empregados na imprensa. O campo teria se inovado nesse sentido a partir de exigências não só profissionais, mas também mercadológicas.²⁵³ Associado a isso, dois padrões de jornalismo travaram um embate no século XX, o francês e o americano, no qual esse último tornou-se hegemônico.

As mudanças provocadas nos periódicos na transição dessas duas maneiras de se fazer jornal afetaram toda sua estrutura. A literatura antes vigente, consubstanciada em sonetos, poesias e folhetins, ainda que durante certo tempo não fosse nomeada dessa forma, perdeu espaço para os fatos da vida real. Se durante muito tempo os folhetins fizeram parte do conteúdo do jornal, mesmo que ocupando seu rodapé, esse modelo seria substituído aos poucos por um jornalismo propenso a incluir nas páginas da imprensa fatos verídicos, que prendessem a atenção do leitor da mesma forma que o romance contado aos pedaços fizera durante longo tempo. Cabe se ressaltar, todavia, que os folhetins não desapareceram da noite para o dia e muitos menos quando o século XX despontou. Os folhetins publicados pelo jornal *O Estado de S. Paulo* até meados de 1925, por exemplo, evidenciam o gosto do público por essa forma de literatura, o que demonstra a convivência de elementos antigos e novos durante certo período.

Um das primeiras transformações ocorridas a partir do modelo americano era usar no jornal a ordem direta da frase, conter o uso de adjetivos, aplicar a fórmula da

²⁵³ BULHÕES, Marcelo Magalhães. *Jornalismo e literatura em convergência*. São Paulo: Ática, 2007.

pirâmide invertida e aplicar o lide (do inglês *lead*), que corresponderia às seis perguntas consideradas básicas na composição do fato: quem, o que, quando, onde, como e por quê.²⁵⁴ A intenção era cada vez mais informar e não doutrinar como era pautada a maneira francesa de publicar. E essa objetividade ligava-se, sobretudo, a noção de aceleração do tempo, que como se viu, apontava sempre para a busca de um ritmo de vida mais dinâmico, veloz, pois esse era o novo movimento da cidade e como a imprensa é indissociável da cidade, esta deveria se portar da mesma forma.

Concomitante a essa nova roupagem nas notícias, a modalidade de reportagem que então passou a concorrer com o popular folhetim foram os *faits divers*, que ao lidar com componentes diversos, exploravam um painel variado dos acontecimentos cotidianos.²⁵⁵ O melodrama, os fatos repentinos e descabidos passaram a ser apresentados nos jornais e de certa forma muitas lembravam o enredo dos folhetins, embora certos escritores-jornalistas negassem o folhetim em prol do jornalismo investigativo. Mas ao redigirem as histórias acabavam por mesclar um pouco de fantasia aos fatos reais, especialmente se o fato remontasse a alguma tragédia ocorrida ou a situações ocultas em que determinadas pessoas estavam envolvidas. O escritor Benjamim Costallat, foi um desses homens que acreditava se distanciar totalmente do folhetim, ainda que em 1924, no auge de sua carreira, tenha sido contratado pelo *Jornal do Brasil* a lançar uma série de reportagens, que mergulhariam no submundo da cidade. O título escolhido para o empreendimento, *Mistérios do Rio*, assemelhava ao popular folhetim francês de Eugene Sue, *Os mistérios de Paris* e foi anunciado com furor pelo jornal carioca.²⁵⁶

Coincidências ou não a parte, os *faits divers* ganharam o gosto dos leitores e se tornaram muito populares. Segundo Valéria Guimarães, jornais como *Correio Paulistano* e *Diário Popular* os apresentava em seções isoladas intituladas Fatos Diversos e Noticiário. Em outros periódicos de grande circulação, como *O Estado de S.Paulo*, os *faits divers* eram alocados sob o epíteto Notícias Diversas. Muitos foram publicados durante vários dias corridos e substituídos conforme novos apareciam. As armas para conquistar os leitores eram constituídas de polêmicas fotos e desenhos sobre

²⁵⁴ Idem, p.30.

²⁵⁵ Idem, p. 112.

²⁵⁶ Idem, p. 113.

o ocorrido, além de uma boa dose de imaginação do autor da reportagem sobre o que de fato havia acontecido.²⁵⁷

Embora não constem *faits-divers* do Almanaque de 1940, as reportagens nele contidas permitem explorar a idéia desse novo modo de fazer jornalismo que rompeu as barreiras do jornal ao se apresentar também nesse tipo de impresso, tantas vezes criticado por manter em sua estrutura o mesmo formato e conteúdo. Cumprira-se assim o referendado pelo responsável dessa nova edição do Almanaque ao prometer um volume atualizado, mas sem deixar de lado o que era de praxe nesse tipo de gênero.

Outra característica do modelo americano de jornalismo era ser avesso à abrir espaço para literatura, já que essa apontada como uma espécie de entulho que assolava as páginas dos jornais. Essa configuração levou o jornalismo e a literatura a buscar novos lugares para seus encontros que não fossem a edição do jornal diário.²⁵⁸

Talvez esse propósito de encontrar algo que pudesse reunir novamente jornal e literatura tenha visto o Almanaque como um dos caminhos que podiam levar a solução, visto que a produção literária no Almanaque de 1940 foi muito significativa. As contribuições foram numerosas e podem ser enquadradas em vários gêneros como poesia, trovas, anedotas, crônica, contos e peça teatral. A maior parte foi assinada, embora haja algumas anônimas. As poesias foram as mais publicadas, num total de vinte e quatro, ao passo que foram cinco trovas e contos, quatro anedotas, três crônicas e uma peça teatral. Em relação à diversificação dos gêneros e quantidade de publicações, o Almanaque de 1940 superou o de 1916. O aumento do número dos contos e das crônicas também foi significativo em comparação ao Almanaque de 1916. Uma característica importante desses dois gêneros literários é o de apresentar instantâneos da vida, de modo a permitir que se estabeleça uma relação entre o elemento chave dessas narrativas e os eventos da época do qual foram produzidos.

Assim, o cronista em particular utilizaria o repertório de notícias disponibilizado aos leitores dos jornais para compor suas crônicas. Durante certo tempo, esse gênero foi visto com certo menosprezo, porém, a partir de 1930 adquiriu certa notoriedade e funcionou como um recanto destinado a amenizar a folha diária, misto de preocupações e tensões vigentes.²⁵⁹

²⁵⁷ GUIMARÃES, Valéria. *Sensacionalismo e modernidade na imprensa brasileira no início do século XX*. Revista ArtCultura (UFU), Uberlândia/MG, 2009, v. 11, p. 227-240.

²⁵⁸ BULHÕES, Marcelo. *Op. cit.* p. 29.

²⁵⁹ No Brasil a crônica foi largamente utilizada por escritores, no qual pode-se destacar o capixaba Rubem Braga que dedicou-se quase que unicamente ao gênero. *Idem*, p. 48.

No caso do Almanaque de 1940, a grande maioria dos textos foi escrita por homens embora, pela primeira vez na história das edições dos Almanques do jornal, duas mulheres tenham prestado sua colaboração. O grupo masculino e uma das mulheres, Glicinia Geribaldi Rossato, trataram de temas freqüentes na produção literária, tais como amor, morte, saudade, fatos do cotidiano etc. Já Maura de Sena Pereira,²⁶⁰ no Almanaque de 1940 escreveu “Parábola”, texto em que expressou os incômodos de se usar vestidos apertados, que comprimiam o corpo, mas que estavam de acordo com o padrão da sociedade da época. O prazer de se ver livre das rendas e de se ver diferente das outras moças foi relatado em sua poesia:

Então comecei eu mesma sozinha a lutar
Durante os anos mais pesados da juventude
castiguei os meus dedos
Até desprender alguns fofos decrépitos
E em vários dos meus arrojados elétricos de grande tímida
Rasquei triunfantemente alguns rendões amarelados
No sentido da minha libertação foi bem pouco
Mas o bastante para que meu vestido
Ficasse diferente, olhado, comentado
E eu mais sem jeito no meio dos outros vestidos virgens.

Durante muito tempo, a idéia de ser mãe, esposa e dona de casa foi apontada como o destino natural das mulheres, a qual desde moças aprenderiam a respeitar os pais, preparar-se para o casamento, momento tão celebrado pela família da noiva e conservar sua inocência sexual, comportando-se assim de acordo com os princípios morais que a sociedade impunha. As moças deveriam seguir regras de comportamento que incluíam, entre outras exigências, se vestir adequadamente, pois do contrário poderiam ser classificadas como moças levianas e ficariam “mal faladas”, o que prejudicaria o interesse dos rapazes de boa família.²⁶¹ A autora da poesia, Maura Senna parecia discordar dessa imposição as mulheres uma vez que publicou tal poesia no Almanaque de 1940, fato inovador em um Almanaque que nunca antes havia publicado qualquer espécie de escrito feminino. No entanto, a visão da vida doméstica como

²⁶⁰ Maura foi eleita para a Academia Catarinense de Letras em 1930 quando tinha apenas 26 anos de idade. Foi sempre lembrada pela sua participação na vida literária de seu Estado natal, bem como no movimento feminista. Segundo Rodrigo Brasil, Maura publicou em 1925 um artigo feminista em que ressaltava a importância das mulheres se educarem e ocuparem espaços na sociedade. BRASIL, Rodrigo. Moderna, feminista e revolucionária. In: *Revista Anexo*. Joinville 23 jul 2003. Disponível em: <<http://www1.an.com.br/2003/jul/20/0ane.htm>>. Acesso em: 08 jul 2010.

²⁶¹ BASSANEZI, Carla. Mulheres dos Anos Dourados. In: DEL PRIORE, Mary. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

marca de feminilidade não deixou de figurar, a exemplo das receitas de lombo recheado, pirão de batata doce e gelatina de camarão que compunham as páginas do Almanaque. Mais uma vez demonstrou-se assim, a dualidade de um impresso que havia se comprometido já na apresentação, de apresentar em seu conteúdo elementos modernos, mas, no entanto, sem abandonar os vestígios de uma tradição.



Fig. 53. Reportagem sobre moda. (IEB/USP)

Se, no volume de 1916, dedicou-se um número considerável de páginas para a guerra que estava em curso desde 1914, o mesmo não ocorreu em 1940. No entanto, deve-se levar em conta que no momento da produção da nova edição do Almanaque, o conflito havia começado há apenas três meses, razão pela qual o assunto foi tratado somente com curtas biografias e fotos de pessoas importantes dos países beligerantes: o primeiro ministro inglês Winston Churchill, o comandante das forças inglesas, General Lord Gort e o presidente francês Albert Lebrun que, segundo o comentário do Almanaque:

Por si só representa a França. E a França por si só quer dizer um dos povos mais cultos, mais operosos, mais bravos, merecedora, portanto, de admiração de quantos prezam os sentimentos que dignificam a humanidade. (...) É por isso que nesse momento difícil para a Europa, nossos olhos e nossos corações se voltam para a figura serena de Albert Lebrun, o homem que os franceses escolheram entre todos os seus homens para representar a sua bela e sua admirável nação.

Mas não foram só biografados os participantes do conflito, mas também brasileiros como Américo de Campos, Varella, Oswaldo Cruz, Machado de Assis,

Oscar Freire, além de Ricardo Figueiredo, que trabalhou como gerente do jornal durante 35 anos e Arnaldo Vieira de Carvalho, sogro de Júlio de Mesquita Filho.

Em relação aos demais conteúdos, o calendário novamente foi associado aos santos do dia e, dessa vez, procurou-se descrever detalhadamente que tipo de influência os nascidos em determinado mês sofreriam em seu comportamento. Dividiam-se os nascidos por decanatos de modo a lhes indicar a pedra da sorte, a flor mais afortunada, o melhor dia da semana e quais os melhores signos para se “contrair matrimônio,” para viver assim uma vida feliz, de modo que aqueles que fizessem aniversário em janeiro deveriam procurar pessoas nascidas entre 22 de julho e 22 de agosto, os do mês de fevereiro deveriam casar com os nascidos entre 20 de janeiro e 19 de fevereiro e assim por diante. Logo abaixo dessas informações, havia um calendário destinado ao lavrador, bem como as providências que deveriam ser tomadas frente à colheita e o trato dos animais.



Fig. 54. Reprodução do Calendário. (IEB/USP)

Diferentemente do Almanaque de 1916, a publicidade do volume de 1940 não foi numerosa. Em termos quantitativos, não perdeu para o Almanaque de 1896 que, no entanto, foi publicado e circulou quando a cidade de São Paulo começava a se desenvolver, situação muito diferente da imperante em 1940. Dentre os cento e um

anúncios, muitos eram repetidos e não ocuparam lugar de destaque nas páginas do impresso, salvo algumas exceções. A maioria foi concebida em tamanho pequeno e colocada nas margens da página. Conforme destacado anteriormente por Marina Mesquita na carta de 04 de junho de 1940, a ocupação do jornal pela milícia de Vargas e mesmo o afastamento involuntário de Julio Mesquita do Filho do *Estado*, em 1938, afetou consideravelmente a publicidade do matutino, sua maior fonte de lucros.



Fig. 55. A publicidade, não teve destaque como nos Almanques anteriores como se nota nos anúncios destacados. (IEB/USP)

A grande novidade em relação à publicidade foi a veiculação de anúncios dirigidos às mulheres, sobretudo, de cosméticos. Nos outros volumes publicados anteriormente pelo jornal não havia esse tipo de material. Em 1940, os reclames estampados anunciavam a grande preocupação em se ter uma “tez” bonita e saudável e os cuidados necessários. Em propagandas como a do produto Glidermol, ressaltava-se que eram fundamentais três elementos: uma alimentação saudável, uma boa saúde e o uso de cremes faciais, como o Glidermol, “usado com feminina constância, que da a cutis frescor e mocidade”. Já o creme Pirco propunha: “use Pirco contra rugas e rasgue a certidão de nascimento!”. Mas o alvo não era só as mulheres. Alguns produtos de forma geral apresentavam-se úteis para homens e mulheres, pois, apresentavam benefícios passíveis de ser conquistados por ambos os sexos. O Tônico Iracema, por exemplo, era

uma loção que continha propriedades que devolviam aos cabelos brancos a sua cor natural, sem danificá-los. O produto impedia também a queda e eliminava a caspa, por isso, segundo o anúncio havia conquistado vários prêmios internacionais. A propaganda ainda solicitava ao público: “Use o Tônico Iracema e não aceite substitutos, porque é um produto que há 35 anos vem merecendo a confiança e a preferência das pessoas do mais apurado gosto.”

Propagandeavam-se, além disso, bebidas, como a cerveja Malzebier, da Antártica, que convidava o sexo feminino a experimentar a bebida no tamanho pequeno, cerca de ¼ da garrafa comum. Chamava-se a atenção para o fato do teor alcoólico ser quase insignificante, por isso recomendável para todas as idades, além de possuir um alto valor nutritivo.



Fig. 56. Anúncio da propaganda da Malzebier da Antártica. (IEB/USP)



Fig. 57. Anúncio do creme Glidermol. (IEB/USP)

O Mappin, que no anúncio do Almanaque de 1940 se auto-intitulava “o maior estabelecimento de moda do Brasil,” oferecia inúmeros modelos de blusas, vestidos, perfumaria, rendas, pedicuro, luvas, bolsas, bijuterias, objetos de adorno e salão de beleza. A loja de departamentos, que desde 1916 possuía um suntuoso estabelecimento, estampava, no Almanaque de 1940, imagem de seu pomposo edifício, no qual se dava

especial atenção ao universo feminino, evidência do crescente interesse pela mulher enquanto consumidora.

Outras casas propunham-se a atender às necessidades das mulheres, como a Casa Gato, que destacavam a venda de enfeites para vestidos, a loja A Jóia, que oferecia novidades nos calçados toda a semana e valia-se de trocadilho com o nome do estabelecimento: “Pise sobre Jóias”, além da Casa Joalheria Adamo e da Casa Novelise, que efetivamente comercializavam jóias.

No entanto, mais uma vez se destacou a oferta de tônicos, remédios, purgativos e casas de saúde. Embora os tempos fossem outros, a publicidade desses produtos não diminuiu. Novamente se prometia acabar com dores, gripes, anemia, problemas estomacais, do fígado, intestinos, coração e até sexuais. Slogans eram usados para chamar a atenção do público, por isso era comum recorrer a frases do tipo: “Dores? Fontol! É o melhor e é nacional”, “Citoferro – representa a melhor defesa”, Iodalb – o amigo do nosso coração”, “Tosse, bronquite, gripe? Xarope São João”, “Elixir Doria, quem não o conhece no Brasil?”. Esse último trazia, ainda, o desenho de um homem com a boca aberta, enquanto dela saía uma espécie de monstro, que representava a azia, as cólicas, e a indigestão.



Fig. 58. Propaganda do Elixir Doria. (IEB/USP)

As casas de saúde tratavam doenças que atingiam os olhos, o nariz, a boca e moléstias de fundo nervoso. Nesse último caso, destaca-se a presença de sanatórios. No Almanaque de 1896, havia anúncios de médicos particulares que cuidam dos enfermos, às vezes em consultórios localizados em sua própria residência e não em instituições especializadas. No entanto, no Almanaque de 1916, esses estabelecimentos já surgiam com o nome de “Casas de Saúde”, que procuram atrair possível clientela insistindo nas qualidades do estabelecimento, como se vê para a Casa do Dr. Homem de Melo, fundada em 1907:

Situada no esplêndido bairro Alto de Perdizes em um parque de 23.000 metros quadrados constando de diversos pavilhões modernos, independentes, ajardinados e isolados, com separação completa e rigorosa de sexos, possuindo um pavilhão de luxo, fornece aos seus doentes esmerado tratamento conforto e carinho.

O anúncio informava, ainda, que o médico em questão possuía residência nas imediações da clínica, uma forma, talvez, de transmitir segurança aos que a procuravam. No Almanaque de 1940, o “Sanatório Pinel” optou, simplesmente, por apresentar uma fotografia do estabelecimento e enumerar os tratamentos oferecidos, conforme se nota abaixo:



Fig. 59. Anúncio do Sanatório Pinel. (IEB/USP)

Novos produtos, que não figuraram nos almanaques anteriores, foram ofertados em 1940. Este foi o caso das máquinas de escrever Royal Portátil, “solida, elegante, compacta.” Cabe destacar que Flora Sussekind, ao problematizar a forma como os artefatos da modernidade entre o final do século XIX e o início do XX alteraram significativamente o comportamento e a percepção de escritores, deu especial importância a máquina de escrever. O aparelho, atualmente obsoleto, foi encarado com desconforto e temor, além de ter sido objeto de várias crônicas e artigos. A ideia de se escrever diretamente na máquina parecia absurda para alguns dos letrados da época, que preferiam realizar o trabalho de composição do texto em duas etapas: primeiro à mão e depois à máquina, logo não cogitavam datilografar diretamente no aparelho. Tal aspecto pode ser acompanhado nas cartas trocadas entre Godofredo Rangel e Monteiro Lobato no decorrer de 1909 e na crônica de Lima Barreto, “Esta minha letra...”, publicada na *Gazeta de Notícias*, em 1911. O interesse de Monteiro Lobato apontava para a

possibilidade de ter suas cartas passadas á máquina, como confidenciou a Rangel, em 1943.²⁶²

A máquina Royal, propagandeada no Almanaque de 1940, apresentou uma inovação perante as já existentes: o “marginador mágico”, que possibilitava “com um ligeiro toque de dedo” realizar a “magia” de obter-se uma “marginalização instantânea”. O uso dos dedos significava não só tatear as teclas, mas dar pequenos toques no canto superior do aparelho para que as letras corressem de um extremo ao outro do papel. Já a Remington Portátil, prometia ser “sólida, elegante e compacta” e era vendida pela Casa Pratt, diferente da Royal, oferecida na Casa Odeon, em São Paulo e na Casa Edison, localizada no Rio de Janeiro.



Fig. 60. Propaganda da Máquina de escrever Royal. (IEB/USP)

²⁶² SUSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de Letras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.



Fig. 61. Anúncio da máquina de escrever Remington. (IEB/USP)

Outro produto até então inédito nos Almanques do *Estado* foi o reclame do automóvel Ford, cujo anúncio proclamava “Ford oferece mais pelo seu dinheiro, por que em qualquer época a Ford sempre vale mais!”. A Ford Company operava no país desde 1914 e, em 1925, detinha o monopólio da produção de veículos no país. Na década de 1920, o diplomata brasileiro José Custódio de Lima ofereceu ao empresário norte-americano concessões de terra no Pará e isenção de impostos. Em 1927, Ford enviou dois navios ao Brasil com material tecnológico atualizado para a criação de uma cidade americana na selva. Embora a iniciativa de estabelecer uma fábrica no meio da floresta não tenha dado os resultados esperados, em função de um conjunto diversificado de fatores, a chamada Fordlândia funcionou até 1945 e chegou a receber a visita de Getúlio Vargas (1940), que saudou o trabalho do industrial.²⁶³ Na propaganda do Almanaque, a Ford enumerou uma série de características que tornava o seu produto inigualável: quem adquirisse o automóvel, ganharia um carro com motores de 8 cilindradas em V, velocidade de 60 a 85 cavalos, com possantes freios hidráulicos e chassis mais resistente.

Encerrava-se a publicação de Almanques pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. Embora, o de 1940 não tenha sido o último brinde distribuído pelo matutino, visto que

²⁶³ HAAG, Carlos. A pastoral americana. *Pesquisa FAPESP*. São Paulo, n. 158, p. 16-21, abr. 2009.

no ano seguinte o Suplemento de Rotogravura circulou pela última vez entre os novos leitores e os assinantes assíduos do jornal. Esse momento marcou não apenas o esgotamento do sistema de premiação, inaugurado por Américo Brasiliense e Campos Sales em 1875, que perdurou por sessenta e seis anos, mas também a passagem do controle do matutino para o Estado varguista. A estratégia de premiação, iniciada quando da criação do jornal, encerrava-se sob uma atmosfera de incertezas pois os que, durante longo tempo esforçaram-se para que o jornal adquirisse notoriedade não mais o comandavam. Enquanto isso, a cidade de São Paulo, berço do periódico, encontrava-se no limiar de uma nova era, a da metropolização, que se acentuaria na década seguinte.

Considerações Finais

Eça de Queiroz, ao elaborar uma origem para os almanaques, narrou uma velha lenda talmúdica segundo a qual a angústia dos filhos de Seth, frente à chuva tenebrosa e vingadora enviada por Deus, despertou nesses o desejo de gravar sobre o granito e tijolos, “o livro de todo o saber” e, desta forma, não perder o conhecimento aprendido e a forma de se viver. Esse, segundo o escritor, teria sido o primeiro almanaque criado no mundo. De forma literária e sedutora, Eça chamou a atenção para um aspecto muito importante dos almanaques: a tentativa de se registrar os elementos de formação de uma época, sua vida científica e social.²⁶⁴

Os almanaques publicados pelo o jornal *O Estado de S. Paulo* não diferiram de tal modelo, embora tenham características peculiares, já que se tratavam de almanaques jornalísticos. A pesquisa e a análise sistemática dos exemplares, amparada pela leitura do próprio matutino, demonstraram que sua produção deu-se num contexto maior, qual seja, uma política de premiações e distribuição de brindes aos seus leitores, que visava resolver a questão do pagamento de assinaturas e, ainda, atrair novos interessados.

Os esforços do *Estado*, que hoje, diante do aprimoramento das técnicas de propaganda parecem pueris, evidenciam que os jornais e também as revistas, preocupavam-se em estreitar os vínculos com o leitor e, ainda no século XIX, esboçavam a transformação dos jornais em verdadeiras empresas.

As tentativas dos proprietários em sanar os atrasos nos dividendos se concentraram em inicialmente, em despertar o bom senso dos assinantes com a publicação de anúncios para a regularização da dívida. Mas como se percebeu, tal propósito, não logrou êxito. A saída foi exercer um pouco de criatividade e recompensar os bons pagadores, o que acabou por atrair outras pessoas. Durante algum tempo, as loterias premiavam os leitores com valores em dinheiro e foram o principal atrativo, mas depois acabaram substituídas pela entrega de romances. Pode-se supor que os volumes entregues aos assinantes tenham sido impressos nas oficinas do próprio jornal, visto que o *Estado* contava com uma moderna seção de obras, que realizava trabalhos externos para outros periódicos e demais interessados. Cabe destacar ainda, que esses romances parecem ser em sua maioria, obras que foram publicadas em folhetim nas páginas do jornal e depois condensadas em livro.

²⁶⁴QUEIROZ, Eça. *Op. cit.*

A direção do matutino decidiu pelo retorno das loterias em 1905 e essa só se extinguiu em 1931. A premiação dos vencedores passou a ser em apólices do jornal e não em mais dinheiro. Em dado momento foi substituída pela entrega de mercadorias passíveis de serem retiradas em qualquer casa comercial da época. Essa variedade nos brindes demonstra como o *Estado*, procurou sempre renovar suas estratégias frente a uma prática que a tempos estava sendo empregada.

Em relação aos Almanques, o de 1896 foi produzido após a ausência de premiação no ano anterior. Os anúncios veiculados na folha em 1895 prometiam apresentar aos leitores uma publicação que mesclaria agricultura, comércio e literatura, além de um apanhado de informações úteis. De certo modo o organizador, Francisco Gaspar, cumpriu o prometido, ainda que ele mesmo duvidasse disso e que nem todos os colaboradores alardeados pelo reclame tivessem, de fato, figurado na publicação. Seu conteúdo e materialidade apresentou-se de forma simples, se comparado aos outros volumes que seriam futuramente impressos. No entanto, assegurou que determinadas informações que, hoje pareceriam perdidas, como dados sobre os incipientes municípios e seus habitantes, não se perdessem e funcionassem como uma espécie de “senso” da época.

O segundo volume, produzido em 1916, não foi divulgado com tanto afincamento nas páginas de *O Estado de S. Paulo*, quanto o primeiro e guardava diferenças importantes em relação ao antecessor, não apenas em face das temáticas desenvolvidas, mas também na diagramação. Se, em 1896, as páginas eram organizadas de forma simples e sem ilustrações, o exemplar seguinte contava com imagens variadas – fotografias e desenhos. Quanto ao conteúdo, abordou temas cotidianos, discutidos de forma clara e objetiva por especialistas, o que leva a crer que seu(s) organizador(es) procurou fornecer um exemplar que dialogava com os temas de interesse do leitor.

Já o último exemplar, que veio a público, anos depois, em 1940, apresentou-se como uma espécie de síntese dos anteriores, haja vista que mesclou grande quantidade de produção literária, característica do impresso de 1896, com comentários sobre eventos em curso, tal como ocorreu em 1916. Cabe destacar que não parece ser gratuito o fato de a apresentação justificar os altos e baixos do gênero almanaque ao longo dos anos e, ainda, mencionar a produção dos dois anteriores, sem fazer qualquer menção aos volumes que a direção havia mandado imprimir (e talvez mesmo orientar sua organização) na cidade de Lisboa, em 1903 e 1904. Talvez a menção dos altos e baixos também se enquadre, no fato do jornal ter passado por tempos de glória e infortúnio, o

que ficou claro, ainda, no artigo sobre a história do jornal apresentada em 1916 e 1940, que à exceção do volume de 1896, sempre procurou narrar a história do matutino e daqueles que ajudaram a construí-la.

O Almanaque de 1940 dispôs sobre assuntos diversos, aconselhamentos, provérbios e passatempos. Deu destaque ao calendário e ao tempo e o apresentou de maneira variada, característica central dessa espécie de impresso. O volume de 1940 pareceu ser elaborado de modo a se constituir uma leitura que deveria ser partilhada por toda família e não só pelo pai, que seria o titular da assinatura. Nessa edição, a mulher e a criança foram escolhidas como público alvo e o conteúdo do Almanaque se dirigiu a essas, a partir da publicação de receitas diversas, dicas de beleza e a oferta de inúmeros produtos. Para as crianças foram dirigidos conselhos de como se comportar e sugerido atividades de lazer, como brincadeiras, truques que pareciam mágica, cantigas, ilusões de ótica e piadas.

As datas para o lançamento das edições permitem supor que, tais impressos sempre apareceram em contextos muito peculiares da história do jornal. O Almanaque de 1896 foi escolhido como brinde num momento em que o *Estado* passou por importantes reformas em sua composição e estrutura. Nada mais apropriado que a escolha de um Almanaque e de romances, para inaugurar a nova seqüência de premiação, uma vez que esses não saíam onerosos à nova empresa que se constituía e modernizava.

Aquele concebido em 1916, apareceu concomitantemente aos empreendimentos no quais a folha dos Mesquita lançou, como a *Revista do Brasil* ou mesmo o *Estadinho*. O Almanaque de 1940 foi editado quando Julio de Mesquita Filho encontrava-se exilado e o jornal tentava driblar as dificuldades de ter sua principal figura ausente da redação. Pode-se presumir com esses fatos que, toda vez que o *Estado* encontrava-se em alguma situação diferenciada, o Almanaque vinha à tona.

A despeito de a origem talmúdica sobre os filhos de Seth, mencionada por Eça de Queiroz, ser fantasiosa, pode-se dizer que os Almanaques d`*O Estado de S. Paulo* cumpriram, de certa forma, a idéia de registro dos sábios do conto do escritor português, já que, nos três exemplares, procurou-se condensar o cotidiano de diferentes momentos da capital paulista e do Estado, seu desenvolvimento, ritmo, personagens, além da própria história do jornal que os lançou.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Alzira Alves de. et al. *A Imprensa em transição*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- _____. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- ABREU, Márcia (org.). *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura no Brasil: Fapesp, 1999.
- _____. *História de Cordéis e Folhetos*. Campinas: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1999.
- ABUD, Katia Maria. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições*. São Paulo. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1985.
- ALMEIDA, Gastão Thomas de. *Imprensa do interior: um estudo preliminar*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Arquivo do Estado, 1983.
- AMERICANO, Jorge. *São Paulo naquele tempo (1895-1915)*. São Paulo: Carrenho Editorial/ Narrativa Um/Carbono 14, 2004.
- ANDRADE. Joaquim Marçal Ferreira de. *História da fotorreportagem no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- ASSIS, Machado de. Como se inventaram os almanaques. In: MEYER, Marlyse (org.). *Do Almanak aos Almanques*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- AZEVEDO, Carmem L; CAMARGOS, Márcia; SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato: Furacão na Botocúndia*. São Paulo: SENAC, 1997.
- BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica*. São Paulo: Martins, 1967.
- BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- BARBUY, Heloisa. *A Cidade-Exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo (1860-1914)*. São Paulo: Edusp, 2006.
- BARTHES, R.; COMPSGNON, A. *Leitura*. In: Enciclopédia Einaudi. : Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1987. V.11.
- BASSANEZI, Carla. Mulheres dos Anos Dourados. In: DEL PRIORE, Mary. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Leitura, Leitores, Letrados, Literatura. In:_____. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRAGA, José Luiz. Questões metodológicas na leitura de um jornal. In: PORTO, Sérgio Dayrell. *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. *A Cidade Inventada: A Paulicéia construída nos relatos memorialistas (1870-1920)*. Dissertação de mestrado. Campinas: Unicamp/IFCH, 1993.

BRUNO, Ernani Silva. *História e Tradições da Cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1954. v. 3

BUITONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa feminina*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BULHÕES, Marcelo Magalhães. *Jornalismo e literatura em convergência*. São Paulo: Ática, 2007

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. *Os primeiros Almanques de São Paulo*. São Paulo: Convênio IMESP/DAESP, 1983.

_____(cord.) *São Paulo: uma viagem no tempo*. São Paulo: CIEE, 2005.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. *O bravo matutino*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

_____. O controle de opinião e os limites da liberdade: Imprensa Paulista (1920-1945). *Revista Brasileira de História*. São Paulo. V. 12, nº 23/24 pp. 55-75 /set.91/ago. 92.

CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. *A Universidade da Comunhão Paulista*. São Paulo: Cortez, 1982.

CARDOSO, Rafael (org). *Impresso no Brasil (1808-1930)*. Rio de Janeiro: Verso Brasil, 2009.

CARONE, Edgard. *A Primeira República (1889-1930)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

CASALECCHI, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista: política e poder (1889-1926)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CASANOVA, Vera. *Lições de almanaque*. Um estudo semiótico. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

CHARTIER, Roger. Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 8, n.16, 1995, p.179-192.

_____, ROCHE, Daniel. O livro: uma mudança de perspectiva. In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1976.

_____. (org.). *Práticas da Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

_____. As práticas da escrita. In: _____. (org.) *História da Vida Privada: da renascença ao século das luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

COSTA, Ângela Marques; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *1890-1914: no tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

COUTINHO, Afrânio; SOUZA, J. Galante de. *Enciclopédia de Literatura Brasileira*. São Paulo: Global Editora: Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/DNL: Academia Brasileira de Letras, 2001.

CRUZ, Heloísa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana (1890-1915)*. São Paulo: Educ: Fapesp, 2000.

_____. *São Paulo em revista: Catálogo de publicações da imprensa cultural e de variedade paulistana (1870-1930)*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1997.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. *O Iluminismo como negócio: história da publicação da Enciclopédia (1775-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEL FIORENTINO, Teresinha. *Prosa de ficção em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1982.

DUARTE, Paulo. "Cento e vinte anos de imprensa paulista." In: *A Cidade de São Paulo*. São Paulo, Imprensa d'O Estado de São Paulo, 1954.

_____. *Júlio de Mesquita*. São Paulo: Hucitec, 1977.

DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes Literários da República: a história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

EL FAR, Alessandra. *O livro e a leitura no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.

EWBANK, Thomas. *A vida no Brasil ou diário de uma visita à terra do cacauero e das palmeiras*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 1976.

FEBVRE, Lucien P. V; MARTÍN, Henri-Jean. *O aparecimento do livro*. São Paulo: Hucitec, 1992.

FERREIRA, Antônio Celso. *A Epopéia Bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

_____, LUCA, Tânia Regina de, IOKOI, Zilda Gricolli (orgs.). *Encontros com a história: percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

_____. *Para ler nos caminhos de ferro. : O Almanach Litterário de São Paulo (1876-1885). Patrimônio e Memória*. v. 2, nº 1, jul. 2006. Acesso em: 20 out. 2006.

FREITAS, Affonso de. *A Imprensa Periódica de São Paulo desde seus primórdios em 1823 até 1914*. São Paulo: Tip. do Diário Oficial, 1915.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. *O almanaque, a locomotiva da cidade moderna: Campinas, décadas de 1870 e 1880*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp/IFCH, 1998.

GARAMBONE, Sidney. *A Primeira Guerra Mundial e a imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

GLEZER, Raquel. São Paulo e a elite letrada brasileira no século XIX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. V. 12, nº 23/24 pp. 19-30 /set.91/ago. 92.

GODÓI, Joaquim Floriano de. *A Província de S. Paulo: trabalho estatístico, histórico e noticioso; apresentação Tânia Regina de Luca*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: FUNDAP, 2007.

GOMES, Ângela de Castro *et alli*. *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova fronteira: CPDOC, 2002.

GRÁFICA. *Arte e indústria no Brasil: 180 anos de História*. São Paulo: Bandeirantes Gráfica, 2003.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T. A. Queiroz: Ed. da Universidade de São Paulo, 1985.

HOBBSAWM, E; RANGER, T. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JANOVITCH, Paula Ester. *Preso por Trocadilho: a imprensa de narrativa irreverente paulistana de 1900-1911*. São Paulo: Alameda, 2006.

LAJOLO, Marisa, ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1998.

_____. Jeca Tatu em três tempos. In: SCHWARZ, Roberto. *Os pobres na Literatura Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LE GOFF, Jacques. Calendário. In:_____. *História e memória*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.

LEITE, Sylvia Helena Telarolli de A. *Chapéus de palha, panamás, cartolas: a caricatura na literatura paulista (1900-1920)*. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

LEUENROTH, Edgar, NEGRO, Hélio. *O que é o Maximismo ou o Bolchevismo*. São Paulo: Editora Semente, s.d.

LOFEGO, Silvio Luiz. *História e Tradição da cidade de São Paulo: memória de uma metrópole*. Dissertação de mestrado. Assis: Unesp/FCL, 1996.

LOPES, Fátima Faleiros. *Memória, história, educação: trilhas sugeridas por um almanaque*. Dissertação de Mestrado. Campinas, Unicamp, 2002.

LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Unesp, 1999.

------. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (org). *Fontes históricas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-153.

LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.

KELLER, Alexandra. Disseminações da modernidade: representações e desejo do consumidor nos primeiros catálogos de venda por correspondência. In: CHARNEY, Leo, SCHWARTZ, Vanessa. *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

MACHADO NETO, Antonio Luis. *Estrutura Social da República das Letras*. São Paulo: Grijalbo, 1973

MARTINS, Ana Luiza, LUCA, Tânia Regina de. *Imprensa e Cidade*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

_____, _____. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____, BARBUY, Heloisa. *Arcadas: História da Faculdade de Direito do Largo São Francisco 1827-1997*. São Paulo: Alternativa, 1998.

_____. *Revistas em revista: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República*. São Paulo: Edusp: Fapesp: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

_____. *História do Café*. São Paulo: Ed. Contexto, 2008

MAUAD, Ana Maria. Emblemas do tempo: imagens sobre a passagem do século XIX para o XX na imprensa Carioca. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 4, n.3, p. 533-552, Nov. 1997- Fev. 1998.

MELO, Luís Correa de. *Dicionário de Autores Paulistas*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1954.

MENEZES, Raimundo de. *Dicionário Literário Brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 1969.

MEMÓRIA URBANA: *A grande São Paulo até 1940*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2001.

MESQUITA. Julio. *A guerra (1914-1918)*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2002.

MESQUITA FILHO. Ruy (org.) *Cartas do Exílio*. São Paulo: Terceiro Nome, 2006.

MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma historia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

- (org.). *Do Almanak aos Almanagues*. São Paulo: Atêlie Editorial, 2001.
- MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios*. São Paulo: Hucitec/Instituto Nacional do Livro, 1982.
- MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO. *História da tipografia no Brasil*. São Paulo: Praxis, 1979.
- NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro (180-1920)*. São Paulo: Annablume, 1998.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Leitura e leitores no Brasil, 1820-1822: o esboço frustrado de uma esfera pública de poder. *Acervo*. Rio de Janeiro, v. 8, nº 12, p.123-138, jan/dez. 1995.
- _____; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania M. B. *História e Imprensa*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- NOBRE, Freitas. *História da Imprensa de São Paulo*. São Paulo: Leia, 1950.
- OLIVEIRA, Maria Coleta. Os almanques de São Paulo como fonte para pesquisa. IN: MEYER, Marlyse(org.). *Do Almanak aos Almanagues*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- PADILHA, Márcia. *A cidade como espetáculo: publicidade e vida urbana na São Paulo dos anos 20*. São Paulo: Annablume, 2001
- PARK, Margareth Brandini. *História e leituras de Almanagues no Brasil*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil: São Paulo: Fapesp, 1999.
- PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. “A Máquina da Memória”- História, Evento e Tempo Presente no Almanaque Abril (1975-2006). Tese de Doutorado. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- PESTANA, Paulo. A História de um jornal. In: *Almanach do O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Seção de Obras de OESP, 1916.
- PINSKY, Carla Bassanezi (org.) Fontes Históricas. 2^a ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- PORTA, Paula (org.). *História da Cidade de São Paulo: a cidade no Império 1823-1889*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- _____. *História da Cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX (1890-1954)*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

RAMOS, Ricardo. *Do Reclame à comunicação: pequena história da propaganda no Brasil*. São Paulo: Atual Editora, 1987.

RIO, João do. *O momento literário*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/Dep. Nacional do Livro, 1994.

RODRIGUES, João Paulo. Informação e Mobilização: a atuação do jornal *O Estado de S. Paulo* na campanha constitucionalista de 1932. *Patrimônio e Memória*, v.3, n.2, Nov. 2007.

RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Campinas: Editora da Unicamp/CECULT, 2001.

SCHUMAHER, Schuma. *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

SEGAWA, Hugo. *Prelúdio da Metrópole: arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

SERRA, Tânia Rebelo Costa. *Antologia do romance-folhetim (1839 a 1870)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

SETUBAL, Maria Alice (coord.) *A formação do Estado de São Paulo, seus habitantes e os usos da terra*. São Paulo: CENPEC, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

_____. *Modos de vida dos paulistas: identidades, famílias e espaços domésticos*. São Paulo: CENPEC, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

_____. *Manifestações artísticas e celebrações populares no Estado de São Paulo*. São Paulo: CENPEC, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SUSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de Letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

TELLES, Norma. Escritoras, Escritas e Escrituras. In: DEL PRIORE, Mary. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.